



Diário da Manhã

Diário da Manhã

Director — JOSÉ MANUEL DA COSTA

Número Especial Comemorativo da Visita
de S. M. a Rainha Isabel II de Inglaterra

LISBOA, 23 DE FEVEREIRO DE 1957

AMIZADE

O melhor calor que pode aquecer o coração do Homem é o da amizade leal e pura, capaz de resistir à contradição das ideias, à violência dos interesses ou à volubilidade dos caprichos. Quando a amizade pode suportar e vencer todos estes rudes adversários, tantas vezes demoniacamente agitados e excitados por signos malévolos ou intenções perturbadoras, então a amizade é, no espírito do Homem, laço de entendimento com o seu semelhante quase tão resistente e forte como o vínculo religioso da Fé que a Deus nos une e prende: torna-se indissolúvel.

Igual valor e poder, mesmo quando sujeita a maior variabilidade de circunstâncias, tem a amizade que se desenha e firma entre os Povos, organizados agregados humanos carecedores tanto ou mais do que os próprios homens do calor e da força da convivência, do entendimento e da paz.

A Amizade entre Portugal e a Grã-Bretanha tem o peso da sua própria resistência, traz o selo dos séculos, aguentou as vicissitudes dos tempos vários, manteve em magoados momentos a consistência necessária para ser e permanecer para além do efémero e do transitório, pôde ser amizade verdadeira, sobrevivente ao circunstancial, sempre comovidamente reencontrada quando voltava a revestir-se da lealdade e da pureza que lhe estavam nas origens longínquas.

Na fluidez dos Mares há sempre lácticas e expressas compreensões, fraternais encontros, francos e abertos, e porque assim são os Mares e os marinheiros, assim se fazem os Povos para quem o Mar é razão de ser, fonte de vida e de grandeza, mesmo quando uma e outra pagam seus naturais tributos à má sorte e às horas adversas.

Pelos caminhos do Mar comum e subindo a gloriosa estrada líquida do Tejo será amanhã recebida e acolhida, no nobre pórtico da Casa Lusitana, a mais impressionante e duradoira mensagem da Amizade entre dois Povos.

Sua Graciosa Majestade a Rainha Isabel II da Grã-Bretanha, Símbolo do Seu Povo e da Sua Pátria, reencontra no Terreiro do Paço o Chefe do Estado, Representante da Nação Portuguesa, e naquele solene momento de severo protocolo e profundo significado diplomático o que mais conta e vale será precisamente o encontro da Amizade; cada vez mais firme por mais experimentada, mais intensa por mais consciente, mais viva, mais pura e mais leal (se o pôde ser!) por mais liberta nos valores do Espírito, mais responsável nos destinos de uma Civilização e até, em bom rigor, mais duramente compenetrada das necessidades de uma Sobrevivência.

Na longa e intensa vida de relação dos dois países perpetuou naturalmente tudo que pôde caracterizar e provocar a robustez ou o entibamento de uma Amizade, tal qual suede no coração do homem, e a

grande vitória tem consistido sempre na ascensão e na sublimação de tudo quanto é perfeito e nobre, claro e franco, pois essa é a condição da Amizade, só assim toma vulto e altura, só assim Ela pode ser igual a si mesma: pura no cristal, forte no poder criador.

A Rainha Isabel II, Graciosa de Seu título e qualidades, vem encontrar um país antigo, velha nação de longa história e grandes feitos, mas há-de ver sorrir-lhe e festejá-la um Povo jovem na alegria, simples e verdadeiro em seu modo de vida, franco e leal por sua grande experiência das coisas boas e das coisas más do Mundo — que tudo, por Deus, lhe foi dado viver! Um Povo vibrante e remoçado em acolhimento respeitoso e cordial.

É pesada a Coroa dos Reis da Inglaterra e pesados vão os tempos de hoje para os homens, para os povos, para os governantes da velha Europa e do mundo do Ocidente.

Deus permita que a Rainha Isabel da Grã-Bretanha encontre e sinta em Portugal, na contramaré dos tempos novos, a vivência de um dos maiores bens que ainda existem no coração das gentes e na solidariedade dos povos: a Amizade leal e direita, sincera e pura. É deste modo que vai recebê-la o Povo Português, vendo na Sua Juventude e na alta dignidade do Seu cargo um Símbolo feliz e exacto do Povo Britânico — Velho Aliado com quem tão intensamente vivemos no Passado e com igual ânimo encaramos as horas do Presente, com ele traçando e acertando na Amizade os difíceis caminhos do Futuro, sempre incerto hoje e mais que nunca decisivo.

Deus ajude os dois Povos Amigos e os Seus Altos e Legítimos Representantes.

Juiz Manuel de Costa

*T*HE State Visit of Her Majesty Queen Elizabeth II to Portugal gives us occasion to rejoice in both our countries. It will add lustre in the present troubled times to an association which has lasted for nearly six hundred years.

In this long period, although differences may very occasionally have arisen between us, they were but transitory, and I think that I may truly say that our friendship has endured and has been cemented by our common experience and heritage.

Our missions in the World have equally been carried out in their different ways in good faith and to the best of our ability. If there be some today who would deny the merits of our endeavours in the past, we should both I think be content to abide by the verdict of History on a difficult task not badly accomplished. Both our countries today can face new menaces confidently in the knowledge of those overcome in the past.

The British people will follow The Queen's progress here with deep interest, and I am sure that their lasting friendship and esteem for the people of Portugal, already enhanced by the visit of their President to London, will thereby be still further fortified.

CHARLES NORMAN STIRLING

Embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa

O português gosta de História. Para ele a vida já é, por si própria, demasiado curta; e mais curta ainda parecerá se o homem se julgar como um caso isolado. Ir ao passado buscar raízes é pôr nobreza e profundidade na vida. Mais ainda: é fazer um acto de fé sobre o futuro. Aquilo que veio de longe e já resistiu à lei do transitório, parece destinado a sobreviver longamente.

Este sentimento de nobreza e selecção é dos traços humanos mais característicos na alma dos portugueses. Com esse eco do passado, os cenários da sua existência ganham encanto novo que deleita simultaneamente o espírito poético do povo e a sua indômita ansiedade de se perpetuar.

O português é muito mais feliz quando a paisagem que o envolve, os factos em que intervém ou os elementos com que lida se apresentam impregnados pelo singular perfume da História.

A visita da Rainha Isabel II da Grã-Bretanha é para o nosso povo uma dessas ocasiões da mais alta evocação. E pode dizer-se que não obstante ser um acontecimento excepcionalmente grandioso, não deixa de ter o seu quê de subtilmente familiar. Duvido que em qualquer outro país a Muito Graciosa Soberana tenha sido mais ternamente julgada e admirada desde o momento da sua subida ao trono que entre a boa gente de Portugal.

Quem viu passar nos cinemas o filme da Coroação sabe o que foi a suave emoção despertada no coração do povo português pela figura frágil e gentil da jovem Rainha de tão grande Reino e simultaneamente as bênçãos carinhosas que de todos os lados lhe foram dirigidas.

Por detrás da figura da Rainha, está a Grã-Bretanha, a sua prodigiosa projecção no Mundo, a glória das suas marinhas de guerra e mercante, a flor de heroísmo da Royal Air Force. Está tudo isso e está também a velha Aliança com Portugal. O povo sente essa grande realidade porque é uma noção que lhe veio através dos séculos, e a ela está ligada longa cadeia de recordações que implicam grandes ansiedades e vicissitudes mas também vibrantes e duradouras vitórias.

É bom que os povos amigos estreitem as suas relações e se conheçam melhor. Nós sabemos bastante em Portugal acerca das coisas de Inglaterra. E a Inglaterra tem nos últimos anos feito um marcado esforço para estar mais informada a nosso respeito. Foram inúmeros os gestos de interesse e amizade vindos ao nosso encontro e coroados agora pela visita da Rainha.

O povo português sabe o que a Inglaterra representa neste Mundo tão cheio de incerteza. Ligam-no a ela velhos laços de confiança e simpatia que os altos e baixos da História frequentemente puseram à prova para só confirmarem com mais força a razão de ser de uma amizade secular.

PEDRO THEOTÓNIO PEREIRA

Embaixador de Portugal em Londres

PORTUGAL vai ter a honra da visita de Sua Majestade a Rainha Isabel II da Grã-Bretanha.

É a primeira visita do Chefe do Estado Britânico ao seu velho aliado desde o princípio deste século. Bastantes portugueses ainda estarão lembrados das visitas feitas por S. M. Eduardo VII e em seguida por S. M. a Rainha Alexandra a Portugal e do entusiasmo da população nesses dias.

Não será certamente menos entusiástica a recepção que todos os portugueses farão a Sua Majestade Isabel II do que aquela que fizeram há meio século aos Seus Bisavós.

Além do respeito que nos merece Sua Majestade, o coração de todos os portugueses vibrará quando virem a Rainha irradiando juventude e beleza e pensarem nas responsabilidades que pesam sobre os seus ombros juvenis.

Ao visitar a Batalha Sua Majestade ali encontrará o túmulo daquela Princesa inglesa que foi Rainha de Portugal, Mãe e educadora de seus filhos que bem marcaram um período glorioso na História de Portugal e da sua epopeia dos descobrimentos.

De 1943 em diante, no período em que fui Embaixador na corte de St. James, encontrei a jovem Princesa Isabel em diversas ocasiões, em Londres, — era um período bem duro para o seu país. Mais tarde assisti ao Seu casamento e tenho gravada na memória a Sua entrada na Abadia de Westminster pelo braço de Seu Pai S. M. Jorge VI.

Recordo-me especialmente, um dia na festa dos veteranos de Chelsea, à volta da viagem Real ao Sul de África, Sua Majestade, então Princesa, referir-se em termos muito elogiosos à nossa Marinha de Guerra e à sua tradição, contando o encontro no alto mar do «Vanguard», em que a Família Real viajava, com as unidades portuguesas.

Estas tinham ido apresentar os cumprimentos do estilo ao largo da costa de Portugal, debaixo de um temporal desfeito, o pior que Sua Majestade jamais tinha visto.

Foram palavras que me tocaram profundamente.

Tenho a certeza de que Sua Majestade, ao voltar para Inglaterra, sentirá saudades de Portugal, terra do velho aliado de há seiscentos anos.

DUQUE DE PALMELA

«A alegria com que Vos recebemos é a expressão dessa fidelidade a um sentimento colectivo que o tempo fortaleceu»

Senhora:

É com os sentimentos sempre vivos do meu reconhecimento pela forma cativante como, há pouco mais de um ano, fui acolhido na Grã-Bretanha que dirijo a Vossa Majestade e a Sua Alteza Real o Duque de Edimburgo as mais calorosas boas-vindas. O júbilo com que saúdo Vossa Majestade é inteiramente partilhado por toda a Nação Portuguesa, a qual, ao longo de uma convivência secular que os textos diplomáticos consagram, se sente estreitamente ligada, por tradicionais laços de amizade, ao Vosso glorioso País.

Mas a alegria que sentimos pela presença aqui de Quem no mais alto plano representa o nosso velho Aliado é acentuada, em feliz concorrência das coisas, pelo facto dessa presença estar envolvida pelo esplendor que irradia de Vossa Majestade. Os interesses políticos e o respeito mútuo são o fundamento sobre que se cimentou progressivamente a amizade dos dois Países: a mocidade e encanto de que sois portadora ao fazer despertar nos corações do povo português o entusiasmo a que tendes assistido sublinha bem o calor humano dessa amizade. Aliás, no decurso das relações que nos prendem, não tem faltado a presença da graça feminina a penetrá-las da sua doçura.

A História de Portugal ficou indissolúvelmente ligado o nome de Filipa de Lencastre: o seu alto exemplo, virtudes e ânimo são património moral de que nos orgulhamos. O seu sangue continuou-se nos da sua geração e não sei que outros tenha havido que mais mereçam da Pátria, pois a ilustraram em Casa e a expandiram no Mundo.

Mais tarde foi Rainha de Inglaterra — Catarina de Bragança. A excelsa Princesa soube participar, nobre e dignamente, da vida do seu novo País: e tanto se lhe afeiçoara que mesmo já dele ausente o seu pensamento jamais o abandonou.

Estas duas gentilíssimas figuras femininas comuns à História dos nossos Países, que pela sua acção e virtude tanto contribuíram a fortalecer o entendimento familiar entre ambos os povos, não poderiam deixar de ser evocadas e lembradas ao saudar a graciosa pessoa de Vossa Majestade.

Também na memória de muitos ainda vivos, e na lembrança de todos, está a visita que vosso Augusto Bisavô, o Rei Eduardo VII, fez a Portugal nos começos deste século. Foi — e isso não esquecemos — a sua primeira viagem oficial, como Soberano, a um País estrangeiro. A despeito de problemas delicados que no plano das relações internacionais esperavam resolução e punham certas manchas sombrias na atmosfera política do tempo, o Mundo vivia em clima de relativa tranquilidade e segurança, isento das angústias que, na hora presente, afligem a humanidade. Os povos do Ocidente espalharam então pelo Universo, como sempre o têm feito, as aquisições da sua inteligência, do seu saber, da sua técnica, deixando por toda a parte, em larga sementeira, os valores espirituais e materiais que haviam acumulado em séculos de enriquecimento



cultural. Populações atrasadas — tantas em desesperado atraso! — sentiam os benefícios da civilização: novos horizontes se lhes abriam, ao fomentarem-se as riquezas, ao cuidar-se da sua saúde e conforto, ao adoçarem-se-lhes os costumes. Com sacrifícios, e tantas vezes os do próprio sangue, elevou-se o seu bem-estar material e afinou-se o seu nível espiritual sob a influência dos princípios que estão na raiz do humanismo ocidental.

Na vanguarda dos que, na sua expansão ultramarina, eram os portadores do estilo de vida ocidental — alinhavam, Senhora, os nossos dois Países. A visita de Vosso Ilustre Bisavô, ao reafirmar uma amizade secular, marcava o bom entendimento e mútua cooperação das duas Nações numa obra comum de civilização.

Meio século passado, dá-nos Vossa Majestade a honra de também a podemos receber na nossa Pátria. O Mundo vive, agora, horas mais intranquílias do que há cinquenta anos e a obra civilizadora em que temos prosseguido nem sempre tem encontrado — mormente na última década — a compreensão que seria justo esperar das realizações efectuadas. Não obstante, os nossos dois países continuam a manter estreitos vínculos de solidariedade e a colaborar mutuamente na mesma tarefa civilizadora, que está no génio do seu próprio destino. Essa colaboração estende-se a todos os domínios em que se desenvolvem as relações de ambos os países: o político, o cultural e o comercial.

No quadro mais vasto dos organismos internacionais, em que o Reino Unido e Portugal são participantes, a colaboração alarga-se à escala mundial e neles cooperamos, com os mais Estados, para alcançar um sempre crescente entendimento entre todos — na prosperidade, na liberdade e na paz.

Senhora, o povo português dá o seu justo valor aos laços seculares que o vinculam, numa amizade mútua, à Grã-Bretanha, amizade que felizmente o liga também a outros membros da grande Comunidade que chefiais. A alegria com que Vos recebemos é a expressão dessa fidelidade a um sentimento colectivo que o tempo fortaleceu. Mas o encanto da Vossa pessoa e a graça da Vossa presença tornaram, pela admiração que inspirais, ainda mais caloroso esse sentimento, que se traduz no entusiasmo com que por nós sois acolhida.

Senhora, levanto a minha taça à saúde de Vossa Majestade, de Sua Alteza Real o Duque de Edimburgo e pelas prosperidades e felicidades do povo da Grã-Bretanha.

(Discurso do Sr. General Craveiro Lopes no banquete no Palácio da Ajuda, no dia 18 de Fevereiro de 1957)

«Não creio que haja no Mundo outras duas nações que se possam orgulhar de uma amizade tão antiga e contudo tão sólida»

É com vivo gosto, Senhor Presidente, que me encontro, juntamente com o meu Marido, no altivo e belo país que é Portugal, e desejamos agradecer a Vossa Excelência e ao povo lusitano as inesquecíveis boas-vindas recebidas hoje enquanto atravessávamos as ruas da vossa capital.

Lembrou-me Vossa Excelência que, ao virmos a Lisboa, seguimos as pisadas de meu Bisavô, o Rei Eduardo VII, que visitou Portugal há mais de cinquenta anos. Recordo-me também da maneira como um antepassado meu, João de Gaunt, Duque de Lencastre, veio até Portugal, e como a sua filha — a célebre Filipa de Lencastre que Vossa Excelência mencionou — se tornou Rainha e Consorte de D. João I, e mãe do egrégio Infante de Sagres.

Esses tempos parecem agora muito remotos. Foi porém nessa época que se lançaram as bases dessa Aliança e amizade que ainda hoje liga, para benefício de ambas, as nossas duas nações. Não creio que haja no Mundo outras duas nações que se possam orgulhar de uma amizade tão antiga e contudo tão sólida. Deve haver muitas razões para a sua longa e firme duração. Entre elas sobressai o facto de sermos ambos povos marítimos, com costas desafiando o Oceano Atlântico e o Novo Mundo. Quando, hoje de manhã, o nosso barco entrou no magnífico estuário do Tejo, vieram-me à memória esses indómitos navegadores portugueses que daqui saíram para descobrir novos Continentes e dar forma concreta de litorais e estuários aos sonhos e fábulas da Europa de então.

Estes laços, criados no passado, têm continuado a estreitar-se em anos recentes. As nossas relações comerciais prosseguem e ousa esperar que se tornarão ainda mais frutuosas. Estamos lado a lado nas duas organizações básicas do Mundo Ocidental — a Organização do Tratado do Atlântico Norte e a Organização para a Cooperação Económica Europeia. Além disso, partilhamos de uma herança cultural comum que é nosso dever preservar dos perigos que a cercam. Ao fazê-lo, procuremos, unidos, a melhor maneira de a ampliar e enriquecer.

Vivemos numa época tumultuosa. Ambos os nossos países enfrentaram no passado tormentas, e passaram-nas a salvo. Confio em que eles farão agora o mesmo. Nestes recentes e conturbados tempos o entendimento e o apoio do nosso mais velho Aliado tem sido fonte de força e de satisfação para nós. Num Mundo em contínua mutação a velha Aliança de 600 anos entre os nossos dois países brilha como um exemplo de constância que bem pode encorajar outros, além de nós próprios. Que possa continuar a encorajar as gerações vindouras.

Ergo a minha taça, Senhor Presidente, à saúde de Vossa Excelência e à da Senhora de Craveiro Lopes, e à felicidade e prosperidade do povo de Portugal.





*A BATALHA DE ALJUBARROTA
SEGUNDO UMA GRAVURA IN-
GLESA, CONSERVADA NO MU-
SEU BRITÂNICO*

ALIANÇA TÃO VELHA

COMO A NACIONALIDADE PORTUGUESA

ESCREVER, ainda que em síntese, a história da aliança luso-britânica é não só erguer em glória o valor da mais velha amizade que o Mundo conhece e que séculos após séculos dois povos têm sabido estreitar e consolidar, mas, mais do que isso, traçar em caracteres de esplendor algumas das mais belas páginas da crónica desta Europa, Mãe de Civilizações, criadora de Continentes, obreira dos maiores fastos da vida multimilenária da Humanidade.

Pela parte que a nós, portugueses, a aliança diz respeito, ela é tão velha como a própria Nacionalidade.

Foi logo ao nascer que Portugal encontrou a seu lado a Inglaterra, lançando-se então os alicerces firmes desta indestrutível amizade. Na fraternidade com que portu-

gueses e ingleses alinharam seus Exércitos, para, sob o supremo comando do primeiro Rei português, se abalancarem à conquista de Lisboa, encontraremos nós o acto inicial desta amizade multissecular.

Graças ao esforço dos seus cavaleiros e à ajuda dos seus aliados, os cruzados ingleses, pôde D. Afonso Henriques conquistar a grande metrópole sarracena, ganhando para a sua coroa a mais bela e preciosa jóia.

Ao mesmo tempo e na afirmação de uma camaradagem que os tempos aumentariam e consolidariam puderam os ingleses alicerçar entre nós uma influência que pelos séculos fora se dilataria. Lisboa ficou sendo, logo após a conquista, a primeira cidade portuguesa, mas o primeiro agradecimento do Rei lusitano aos seus aliados

seria a escolha do cruzado-sacerdote inglês D. Gilberto de Hastings para iniciar o catálogo dos bispos lisboenses nesse longínquo meado do século XV. Enquanto os portugueses povoavam a velha urbe moura, aos ingleses era dada a missão de povoarem as terras vizinhas, que o nosso primeiro Rei ia conquistando e logo confiando aos seus aliados, tal qual aconteceu com Santarém, Sintra, Almada, Palmela, Alcácer do Sal, Lourinhã, Tomar, Vila Verde, Pontével, Sesimbra, Vila Franca de Xira, etc....

Era a compensação de um auxílio do qual os nossos aliados logo tiravam evidente proveito.

Mais tarde, a conquista do Algarve, também feita com o auxílio inglês, de novo vem acentuar mais ainda a influência dos nossos aliados no povoamento do País.

No reinado de D. Dinis, o nosso sexto Rei, aparecem os primeiros Tratados de Comércio entre portugueses e ingleses. Firmam-nos o nosso Rei Lavrador e os Soberanos britânicos Eduardo I e Eduardo II. No reinado seguinte, já cingindo a coroa D. Afonso IV, as relações de amizade consolidam-se e transcendem o âmbito das relações comerciais. Chega-se à realização do projecto, que, aliás, se malogrou, de casar o célebre Príncipe Negro com a Infanta de Portugal D. Leonor, filha do Soberano português.

Ainda no reinado de D. Afonso IV celebra-se entre o Rei de Portugal e o Rei Eduardo III, de Inglaterra, um tratado de comércio por 50 anos que obriga simultaneamente os marítimos e mercadores ingleses e os mercadores, marítimos e comunidades da marinha das cidades e vilas de Portugal a mútuo auxílio e íntimo entendimento.

Anos decorridos, no reinado de D. Fernando I, o Formoso, estreitam-se ainda mais as relações entre os dois povos, já velhos amigos e aliados. A fim de negociar um tratado de aliança, paz e amizade ofensiva e defensiva, que visava especialmente a luta contra Henrique de Trastámara e obstar a que o ambicioso Príncipe lograsse impor os seus direitos ao Trono de Castela, D. Fernando envia a Londres, em 1372, como seu plenipotenciário, o fidalgo galego, seu grande privado, João Fernandes Andeiro.

Em resultado destas negociações veio a Lisboa o Conde de Cambridge, filho de Eduardo III, com um Exército de 2.000 homens, 1.000 homens de armas e 1.000 archeiros, a fim de auxiliar D. Fernando I na guerra com Castela, guerra em que os ingleses também andavam empenhados por ser o Duque de Lencastre, por sua mulher a Princesa D. Constança, pretendente à coroa castelhana. Também por esta mesma ocasião chegaram a iniciar-se negociações para o casamento do Príncipe Eduardo, filho do Conde de Cambridge, com a Infanta D. Beatriz, filha do Monarca português. Este enlace malogrou-se, vindo a Princesa portuguesa, depois de feitas as pazes com Castela, a casar com o Soberano deste país, D. João I.

Como D. Fernando I, por sua morte, não deixasse herdeiro varão, ante o risco de a coroa ir parar às mãos do Rei de Castela, esposou da herdeira, o Infante por-

tuguês, Mestre de Avis, D. João, irmão natural do Rei defunto, declarou-se pretendente ao Trono.

Para melhor fazer valer os seus direitos, logo nos fins de Dezembro de 1383 o Mestre de Avis enviou ao Rei Ricardo II de Inglaterra, como seus embaixadores, Lourenço Martins, que depois seria alcaide-mor de Leiria, e o inglês Tomás Daniel. Ambos levaram a missão de, de acordo com a letra dos Tratados, alistar soldados para combaterem em Portugal.

Talvez porque desta diligência não tivesse surtido o efeito desejado, no ano seguinte o Mestre enviou novos embaixadores a Inglaterra. Foram então Fernando Afonso, Mestre de Santiago, e Lourenço Anes ou Joanes Fogaça, que no reinado de D. Fernando fora chanceler-mor do Reino.

O Rei de Inglaterra recebeu os embaixadores do Pretendente ao Trono português com grandes demonstrações de deferência e deu-lhes licença para recrutarem soldados nos seus domínios, tanto homens de armas como archeiros, a fim de socorrerem e defenderem o Reino de Portugal.

Para mais eficientemente resultar a sua determinação, Ricardo II manda, em Janeiro de 1385, embargar até ao domingo da festa da Purificação de Nossa Senhora, 2 de Fevereiro, todos os navios e marinheiros que estivessem no porto de Plymouth, a fim de partirem para Portugal com os homens de armas e archeiros de Reginald Cobham, Peter Gressingham, Elias Blythe, Robert of Graham e Tomás Dale. Além destes, muitos outros senhores ingleses vieram na comitiva do Mestre de Santiago.

Em 2 de Abril de 1385 chegaram às nossas águas três navios ingleses com tropas. Foi em vão que as naus castelhanas que bloqueavam Lisboa tentaram opor-se à entrada dos barcos vindos de Inglaterra.

Ao lado dos portugueses do Mestre de Aviz e de Nun'Álvares combatem na batalha de Aljubarrota algumas centenas de cavaleiros britânicos.

A vitória de Aljubarrota determinou o Mestre de Aviz a estreitar e consolidar ainda mais os laços de amizade com o seu aliado inglês, mandando de novo embaixadores para negociarem em Londres um Tratado de Paz e Aliança entre os dois reinos. Este assinou-se, efectivamente em 9 de Maio de 1386, na Casa do Capítulo do Castelo de Windsor, entre os representantes dos Reis de Portugal e da Grã-Bretanha. É um instrumento diplomático com treze artigos que ficou conhecido pelo Tratado de Windsor.

Imediatamente o Parlamento inglês aprovou a aliança, e foi mais além, pois até autorizou que o Duque de Lencastre, irmão do Rei, partisse para Portugal a fim de reivindicar os seus direitos ao Trono de Castela.

Com efeito, o Duque partiu pouco depois, trazendo na sua companhia sua mulher, a Princesa D. Constança, e seus filhos, entre os quais D. Filipa de Lencastre, e ainda uma numerosa frota em que vinham dois mil homens de armas ou lanças, três mil archeiros e muita outra gente de guerra.

D. João foi ao Porto esperar o seu aliado, que aportara à Corunha em 25 de Julho de 1386. Foi ali que conheceu a Princesa D. Filipa de Lencastre, de quem se enamorou e com a qual veio a casar em 2 de Fevereiro de 1387, no meio do júbilo geral.

Desta união particularmente abençoada por Deus proveio a Inclita Geração de Altos Infantes de que nos fala o Épico.

A vida na corte portuguesa, que já no reinado de D. Fernando muito sentira a influência inglesa, principalmente no que dizia respeito à organização militar sob a direcção da Rainha D. Filipa de Lencastre que conservou na sua casa alguns nobres ingleses, tomou então uma feição vincadamente britânica. Dos filhos do seu casamento com o Mestre de Aviz, o terceiro e o quinto têm nomes ingleses: D. Duarte, que é o correspondente ao Edward inglês e D. Henrique, o Henry que ao tempo era dos nomes mais comumente usados em Inglaterra.

Os Príncipes abandonam os tradicionais títulos de Infantes e passam a ser Duques: D. Pedro, Duque de Coimbra, D. Henrique, Duque de Viseu.

Para mais e melhor realizar a aproximação com a

Aliada, D. João I procurou efectuar uma bem vincada política de casamentos.

Deste modo casou, em 1405, sua filha natural D. Beatriz com o fidalgo inglês Conde de Arundel. O casamento revestiu-se da maior solenidade, a ele assistindo o próprio Rei de Inglaterra, Henrique IV, que foi padrinho, bem como o Príncipe de Gales e quase toda a Corte inglesa. D. João I fez-se representar por seu filho o Conde de Barcelos, futuro Duque de Bragança, que acompanhou sua irmã com uma luzida corte de vários cavaleiros e fidalgos portugueses.

Quando foi para Borgonha, para casar com o Duque Filipe, o Bom, a Infanta D. Isabel, filha de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, mercê de um grande temporal teve de arribar a Inglaterra onde foi recebida com as maiores deferências pelo Soberano inglês e pela sua corte.

Anos decorridos, após a morte de D. Duarte I, a Rainha viúva D. Leonor e o Infante D. Pedro, ao assumirem o Governo como Regentes na menoridade de D. Afonso V, tiveram como um dos seus primeiros cuidados jurar, em nome do jovem Soberano, manter a paz e a amizade estipulada pelos Tratados entre Portugal e a Grã-Bretanha.



O CASAMENTO DE D. JOÃO I
COM D. FILIPA DE LENCASTRE,
NUM «IN FÓLIO» DO MUSEU
BRITÂNICO



NO PÓRTICO DA BATALHA, NO RENDILHADO GÓTICO DA PEDRA, AS ARMAS DE D. JOÃO I E DE D. FILIPA DE LENCASTRE EVOCAM UMA ALIANÇA QUE SOBREVIVE AO DOBAR DOS SÉCULOS

D. Afonso V, como seu avô, D. João I, seu pai, D. Duarte, e seus tios, os Infantes D. Pedro e D. Henrique, possuiu também a alta Ordem Militar da Jarreteira.

Por esta altura, também, Henrique IV, da Grã-Bretanha, querendo ainda mais estreitar a amizade com Portugal concedeu a alta condecoração ao único português que não sendo de estirpe real até hoje a possuiu: o heróico D. Álvaro Vaz de Almada, conde de Abranches.

Foi também Henrique IV que concedeu ao Príncipe português D. Jaime, filho do Duque de Coimbra, o Infante

D. Pedro, uma pensão vitalícia de 100 marcos e autorizando-o a aceitar todos os benefícios eclesiásticos do reino de Inglaterra. Por último recolheu ainda na sua corte o Príncipe D. João, filho mais novo do Infante D. Pedro.

D. Afonso V entendeu, em determinado momento, haver infracções várias aos Tratados da Aliança e nesse sentido protestou junto do soberano britânico. Este apressou-se a responder aos Embaixadores portugueses, D. Fernando de Castro e Doutor Pedro Faleiro, tendo mandado

O HISTÓRICO LOCAL, NA SERRA DO BUÇACO, ONDE O GENERAL CRAUFORD ORDENOU A CARGA À BAIONETA QUE TROUXE A VITÓRIA ÀS TROPAS ANGLO-LUSAS NA CÉLEBRE BATALHA DO BUÇACO.





NESTA GRAVURA INGLESA MOSTRA-SE UM EPISÓDIO DA BATALHA DO BUÇACO — O ASSALTO A SANTO ANTÓNIO DO CÂNTARO — GRANDE FEITO MILITAR NA LUTA DE PORTUGAL PELA SUA INDEPENDÊNCIA EM QUE A AJUDA DO EXÉRCITO BRITÂNICO FOI DECISIVO FACTOR DO EXITO.

redigir cartas e outros documentos determinando observância rigorosa dos referidos Tratados e prometendo tudo fazer para confirmar «o amor singular que subsistia em uma tal fraternidade e afeição que existia no fundo do seu coração, para agradar ao Rei de Portugal».

Ao ascender ao trono britânico a Casa de York, na pessoa do Rei Eduardo IV, renovaram-se expressamente os Tratados de Paz, concórdia e amizade perpétua que existiram entre os Reis anteriores.

D. João II, em 1482, mandou a Inglaterra uma Embaixada composta pelo Doutor João de Elvas, Fernão de Pina e Rui de Sousa com o fim de renovar a aliança e ao mesmo tempo comunicar a Eduardo IV o seu senhorio da Guiné. As cartas patentes de D. João II foram passadas em Montemor, em 8 de Fevereiro de 1482, e a 13 de

Setembro do mesmo ano o Rei de Inglaterra louva o zelo e o amor do Rei de Portugal e aprova, confirma e jura os ditos tratados de amizade, que quer sejam inviolavelmente observados e mantidos.

Em 8 de Dezembro de 1489 é ainda o Príncipe Perfeito que de Évora confirma e renova os Tratados, confederações, convenções, alianças, amizade perpétua e ligas, jurando por si e por seus herdeiros e sucessores de os cumprir e fazer cumprir.

D. João II possuiu, também, a Ordem da Jarreteira.

Nos reinados de D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião as relações anglo-lusas mantiveram-se de uma maneira geral no mesmo ritmo de amizade. No penúltimo destes reinados chegou-se mesmo a acordo entre os representantes do Piedoso e os da Rainha Isabel I, em referên-

cia a vários conflitos provocados pelo corso. Fez-se até um Tratado de paz, concórdia e amizade perpétua que foi assinado pelos Embaixadores Francisco Galdes e William Cecil, respectivamente em nome do Rei de Portugal e da Rainha de Inglaterra, em 1576.

Ao verificar-se a perda da independência em Alcácer Quibir, quando da ocupação de Portugal por Filipe II, de Espanha, a Rainha Isabel tomou acto continuo o partido da Duquesa de Bragança, D. Catarina, cuja causa passou a ajudar quanto pôde. Ao ver, porém, que a vontade popular formava em volta de outro pretendente, o Príncipe D. António, Prior do Crato, depois de tudo tentar para conciliar os pretendentes Isabel I passou a auxiliar o infeliz filho do Infante D. Luís, para cuja causa conseguiu o apoio da França, ajudando o mais possível o Pretendente português a desembarcar nos Açores e a manter aqui o seu efêmero reinado. Quando D. António procurou refúgio no exílio, Isabel I ofereceu-lhe hospitalidade em Inglaterra, que o Príncipe desventurado aceitou.

Depois, durante a dominação espanhola, a Inglaterra continuou auxiliando sempre quanto pôde a resistência dos portugueses ao Estrangeiro.

Restaurada a independência pátria, um dos primeiros cuidados de D. João IV foi restaurar, também, a Aliança.

Deste modo, logo no começo de 1641, o fundador da Dinastia de Bragança enviou a Londres uma Embaixada composta por D. Antão Vaz de Almada, o Doutor Francisco de Andrade Leitão e António de Sousa Macedo, que serviu como secretário.

Basta atentar na qualidade das pessoas que formavam a Embaixada para se ter ideia clara do cuidado que D. João IV pusera na sua constituição.

António de Sousa Macedo, que ficou como nosso Ministro em Londres, era já um diplomata experimentado, homem de extraordinárias qualidades de inteligência, escritor e político de grandes recursos. Vencendo todas as dificuldades levantadas pelo Embaixador espanhol, Sousa Macedo conseguiu que a Embaixada fosse recebida por Carlos I.

Acto continuó, pode dizer-se, se deu início às negociações para o novo Tratado, que foi assinado em 26 de Janeiro de 1642, catorze meses apenas após a revolução redentora.

D. João IV, para mais estreitar a Aliança, chegou a pensar em casar o Príncipe Real D. Teodósio com uma Princesa inglesa. A morte do Príncipe obrigara, porém, o Soberano português a abandonar o projecto, que mais tarde a Rainha D. Luísa de Gusmão retomaria, mas com o casamento de sua filha, a Infanta D. Catarina, com o próprio Rei de Inglaterra, Carlos II.

Pelo Tratado de Whitehall, de 23 de Junho de 1661, contratou-se, com efeito, o casamento de Carlos II da Grã-Bretanha com a Infanta de Portugal D. Catarina, filha de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão e irmã de D. Afonso VI, que levou como dote as cidades de Tânger e Bombaim.

Em reciprocidade, a Inglaterra enviou-nos um Exército de 12.700 infantes e cavaleiros para nos auxiliarem na guerra com a Espanha. Graças à medeação com a Inglaterra pudemos, também, fazer a paz com a Holanda.

No reinado seguinte, sentando-se no Trono português, D. Pedro II e no de Inglaterra a Rainha Ana, fez-se entre os dois países amigos e aliados o célebre Tratado de Methwen, de fundo sentido comercial.

Na guerra da Sucessão de Espanha, Portugal assumiu todas as responsabilidades da aliança, defendendo ao lado da Inglaterra a candidatura do Arquiduque Carlos de Áustria.

Anos passados, quando do grande terramoto de 1755, a Grã-Bretanha quis logo manifestar-nos a sua solidariedade. Assim, o Parlamento inglês votou logo um subsídio de 100.000 libras ao mesmo tempo que Jorge II enviava a Lisboa Lord Towns, na qualidade de seu Embaixador extraordinário, com cartas do Soberano britânico para D. José, oferecendo-lhe um milhão de libras. Dias depois chegavam ao Tejo seis navios de guerra repletos de mantimentos, ferramentas e dinheiro.

Quando das invasões francesas, Portugal pôde de novo contar com o apoio decidido da sua velha aliada, que bastante o ajudou no combate às hostes napoleónicas e à sua expulsão do território pátrio.

Com o triunfo, entre nós, das ideias liberais, mais ainda se acentuou a amizade entre os dois países. Foi à Inglaterra que se acolheu a jovem Rainha D. Maria II, enquanto seu pai se dirigia para o Continente a lutar pelos seus direitos.

D. Pedro V e D. Luís I visitaram várias vezes a Inglaterra, onde foram sempre recebidos como parentes queridos, tendo ambos sido feitos cavaleiros da Jarreteira e cumulados de inequívocas provas de deferência por parte da Rainha Vitória e de seu marido o Príncipe Alberto.

Foi mesmo em Londres que el-Rei D. Luís, então simples Duque do Porto, recebeu a notícia de ter seu irmão D. Pedro V adoecido gravemente. De regresso a Lisboa já não encontrou seu irmão vivo.

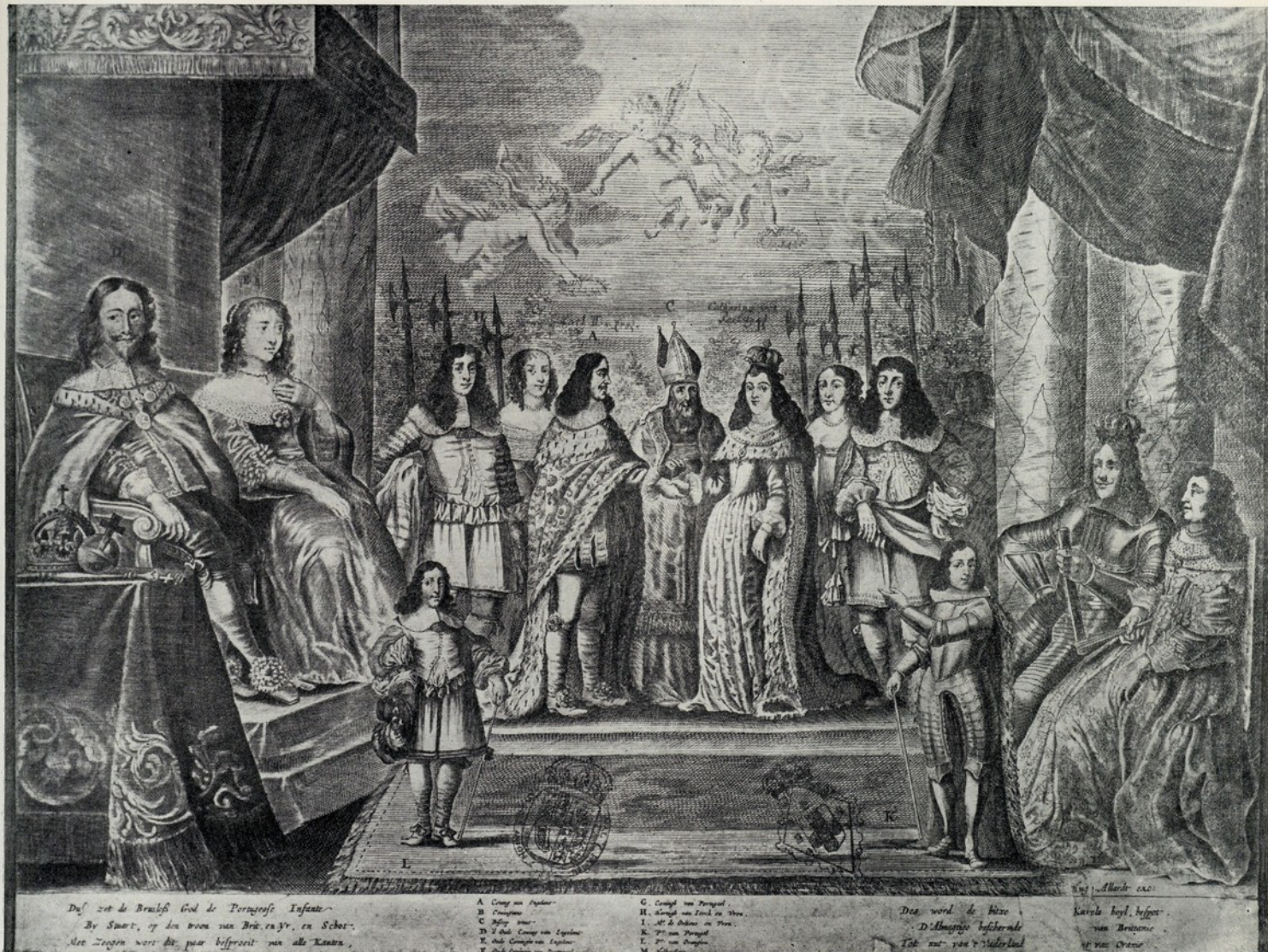
A morte de D. Pedro V causou em Inglaterra a mais dolorosa impressão.

No último século a amizade luso-britânica teve apenas a sombreá-la o ultimato de 1890, provocado pelo desvio da nossa política externa, então orientada por Barros Gomes, no sentido alemão.

O prestígio pessoal e diplomático de el-Rei D. Carlos I, que várias vezes visitou a Inglaterra, a sua amizade com Eduardo VII, os esforços inteligentes e patrióticos do Marquês de Soveral puderam fazer apagar os efeitos do «Ultimatum» e realizar o segundo Tratado de Windsor, de 4 de Outubro de 1899.

O Tratado de Windsor foi depois ratificado pelas viagens de Eduardo VII, da Rainha Alexandra e do Duque de Connaught a Lisboa, bem como as de D. Carlos, do Príncipe Real D. Luís Filipe e de D. Manuel II, a Londres.

Mais tarde a nossa participação na primeira Grande



CURIOSA GRAVURA ALEMÃ ALEGÓRICA AO CASAMENTO DA INFANTA D. CATARINA COM CARLOS II, REI DE INGLATERRA. NO PRIMEIRO PLANO, À DIREITA, SENTADOS, ESTÃO D. JOÃO IV E D. LUISA DE GUSMÃO; À ESQUERDA, NUMA EVOCAÇÃO, CARLOS I, O REI DECAPITADO POR CROMWEL.

Guerra ao lado da Inglaterra uma vez mais ainda veio estreitar a velha e secular aliança.

De igual modo as visitas do Príncipe de Gales, depois Eduardo VIII, e de seu irmão o Duque de Kent, em 1931, como a vinda deste último até nós, como Embaixador especial de seu irmão o Rei Jorge VI às comemorações centenárias, foram novas provas da amizade anglo-portuguesa.

Por fim as facilidades concedidas nos Açores, durante a última guerra, à nossa velha aliada, bem como a visita oficial a Londres, em 1952, do sr. Presidente da República General Craveiro Lopes, são bem expressão inequívoca e esplendorosa de uma amizade que em nossos dias atinge seu ponto culminante com a actual vinda até nós de Sua Majestade Graciosa a Rainha Isabel II e seu marido S. A. R. o Duque de Edimburgo.



A. Die Inful S. Michaelis.
B. Die Französische haubt Nauen
C. Die 3 Englische Gallionen auff
der Französischen seitten
D. Der Franzosen flucht.
E. DON ANTHONII flucht
F. Die 2 gefangne Fursten
auf der zillen
G. Die hocken der Spanier
vor guardi.
H. Der groß gallion S. Martin.
I. Der groß gallion S. Mathei.
Alex. Mair. Augustanus
fecit.

TEXTO DO PRIMEIRO TRATADO ANGLO-PORTUGUÊS

ARTIGO PRIMEIRO

Em primeiro lugar, estabelecemos e ajustamos, que haverá a partir desta data, entre os nossos mencionados Senhores Eduardo, Rei de Inglaterra e França, e D. Fernando, Rei de Portugal e Algarve, e D. Leonor, Rainha sua consorte, e entre os seus sucessores nos citados reinos de Inglaterra e Portugal e seus estados, terras, domínios, províncias, vassallos e súbditos que fielmente lhes obedecerem, uma verdadeira, fiel, constante, mútua e perpétua amizade, união, aliança e liga de sincera afeição e que como verdadeiros e fiéis amigos serão de hoje em diante, reciprocamente, amigos para os seus amigos, inimigos para os seus inimigos e se hão-de ajudar, defender e apoiar uns aos outros, mutuamente, na terra e no mar contra todos aqueles, vivos ou mortos, de qualquer categoria, posição, classe ou condição que sejam e contra as suas terras, estados e domínios. Hão-de esforçar-se por perseverar, tanto quanto puderem a sua defesa pessoal, segurança, interesse e honra e a integridade, conservação e restituição, interesse e honra e a integridade, conser-

vação e restituição dos seus direitos, propriedades, bens e amigos, sejam eles quais forem.

Impedirão fielmente, em toda a parte os danos e as injúrias, infâmias ou vilezas de que tenham conhecimento ou que uma das partes saiba virem a ser, de futuro, intentados ou projectados contra a outra, tomando para isso as necessárias providências; e de tudo darão conta o mais expeditamente possível, por cartas ou mensageiros ou por qualquer outra via que melhor possa servir-lhes, sem reservas e completamente; informando, prevenindo e aconselhando útilmente a outra parte contra quem tais coisas conceba, relativamente ao que ficou mencionado.

ARTIGO SEGUNDO

Do mesmo modo, nenhuma das partes contratantes estabelecerá amizade com inimigos, rivais ou adversários da outra parte, nem conscientemente por si própria ou por intermédio de terceiros aconselhará, ajudará ou favorecerá os inimigos, rivais ou adversários da outra parte, em seu detrimento, dano ou prejuízo; nem os favorecerá de qualquer maneira, recebendo-os em seus reinos (em seu reino ou reinos), terras, domínios, províncias ou praças; nem conscientemente consentirá que eles sejam favorecidos, recebidos, protegidos ou abrigados, tanto pública como particularmente, sob quaisquer especiosas desculpas designios ou pretextos; sem, no entanto, incluir na designação de inimigos, rivais ou adversários, os que agora ou de futuro, por qualquer razão, tenham fugido ou hajam sido exilados ou banidos dos reinos ou das outras províncias, terras, domínios, ou praças de um dos mesmos Reis, mas, pelo contrário, declarando reciproca-

GRAVURA HOLANDESA QUE DOCUMENTA MAIS UM ACTO DA ALIANÇA ANGLO-LUSA — A ESQUADRA INGLESA COMBATE NO MAR DOS AÇORES EM DEFESA DOS DIREITOS DE D. ANTÓNIO, PRIOR DO CRATO, AMEAÇADOS POR UMA ARMADA FRANCO-ESPANHOLA.

mente legal que a tais pessoas seja dado acolhimento e abrigo no reino ou nas terras e praças sujeitas ao outro Rei, a não ser que esses fugitivos, exilados ou proscritos tenham sido gravemente acusados de alta traição e considerados traidores ao Rei e ao reino; ou se encontrem sob a suspeita de terem dado motivo a justificados receios sobre as suas intenções de tramar a desonra, dano, injúria ou agravo de ambas as partes ou de uma delas, e como tal venham a ser justamente considerados inimigos e adversários; e nesse caso, qualquer das partes, quando solicitada pela outra, será obrigada a entregar o acusado que se encontre nas referidas condições, a pedido da parte requerente, ou a expulsá-lo, bani-lo ou despedi-lo da sua vizinhança, reinos, domínios e terras.

ARTIGO TERCEIRO

E assim, se os reinos, terras, domínios ou praças de uma das partes forem infestados, atacados ou invadidos por terra ou por mar, pelos inimigos, adversários ou rivais, ou se estes inimigos se propuserem, prepararem, ou de qualquer modo mostrarem desejo de infestar, atacar ou invadir a outra parte ou a de seus sucessores, serão por essa parte contra quem empreender tais ataques, e por cartas ou leais mensageiros solicitados, prestarão assistência ou socorro de tropas, archeiros, besteiros, navios, galés eficazmente armados para a guerra ou qualquer outro meio de defesa (contanto que esses meios de defesa, ou alguns dos que foram mencionados, existam ou sejam usados no reino a que esse socorro seja pedido); e então deverá a dita parte assim solicitada «bona fide», fornecer, prover e mandar o dito socorro à parte requere-

rente para protecção do reino ameaçado por essas invasões, ou das outras províncias, domínios ou praças, ou para a sua reconquista quando perdidas por essas invasões, contra os ditos inimigos, invasores ou adversários ou contra quem as intente invadir ou atacar, de qualquer categoria, condição, classe e dignidade; e sempre e em qualquer tempo a mesma parte deverá, sem grande prejuízo para o seu país, estar disposta a fornecer uma certa quantidade de tropas armadas, archeiros, besteiros, navios e galés eficazmente apetrechados com todos os requisitos e outros meios de defesa (excepto quando o seu custo for excessivo ou façam falta no país) à custa, expensas e pagamento da parte requerente, sendo estritamente avaliados por quatro militares experientes ou idóneos e circunspectos membros da profissão jurídica (dos quais dois deverão ser enviados ou escolhidos pela dita parte), atendendo à qualidade dos indivíduos a mandar, às suas posições e às circunstâncias do tempo, e às povoações e praças em que as pessoas indicadas exercerão o seu saber militar, e dentro do espaço de tempo em que, depois da citada requisição, tal auxilio possa ser preparado e mandado, tomando-se igualmente em conta a urgência da parte requerente e as possibilidades da parte solicitada para completar os seus preparativos; ficando entendido que em todos estes procedimentos não haverá duplicidade nem má-fé e que será mantido o recto caminho da conduta mais justa e da benignidade.

Dado e feito na real cidade de Londres, na grande igreja Catedral da mesma, na data da Festa Nova do Corpo de Cristo, isto é, aos dezasseis dias do mês de Junho do ano de Nosso Senhor de 1373, 11.º da Indicação, e no ano terceiro do pontificado do Papa Gregório XI.



RETRATO DO INFANTE D. HENRIQUE QUE ORNAMENTA UMA EDIÇÃO INGLESA DE «OS LUSIADAS», DO SÉCULO XVII. INTERESSANTE GRAVURA EM QUE O FILHO DE D. FILIPA DE LENCASTRE É FIGURADO NA ÉPOCA DA SUA ACÇÃO MILITAR EM CEUTA, E OSTENTANDO A INSIGNIA DA ORDEM DA JARRETEIRA. NO CANTO SUPERIOR ESQUERDO HÁ UMA CURIOSA ALEGORIA AO INFANTE COMO HOMEM DE CIENCIA E DE ARMAS.

RELAÇÕES CULTURAIS LUSO-BRITÂNICAS

ALGUNS DOS SEUS ASPECTOS

A vinda a Portugal de Sua Majestade Graciosa a Rainha Isabel II e do seu Augusto Consorte, Sua Alteza Real o Duque de Edimburgo, em retribuição da visita do Chefe do Estado português à Grã-Bretanha, evoca a majestade permanente da gloriosa Nação que como nenhuma outra está intimamente entrelaçada com a nossa desde os mais recuados tempos.

Passando em claro as relações do nosso território em épocas pré-históricas com a Irlanda, estudadas com profundeza por Bosch Gimpera, não falando sequer do intercâmbio comercial, por via atlântica e terrestre, entre os bretões e as populações ibéricas nos primeiros séculos da nossa era, temos conhecimento de que já em 1216 foram passados mais de cem salvo-condutos a portugueses que comerciavam em Inglaterra.

O tratado de paz e aliança, celebrado em Windsor em 1386, veio definitivamente firmar laços indissolúveis entre as duas Pátrias, não só políticos, mas culturais, para o que basta lembrar que os poemas da Távola Redonda foram divulgados entre nós pelo séquito que acompanhou a excelsa Princesa inglesa, — filha de João de Gaunt, o inspirador da primeira aliança política anglo-lusa em 1373, cujos antecedentes mais próximos se encontram no tratado comercial celebrado em 1353 com o representante dos negociantes de Lisboa e Porto — Filipa de Lencastre, modelo de virtudes cristãs, mãe da Inclita Geração, dos altos Infantes, de Henrique, o Navegador, a alma dos descobrimentos marítimos, cuja união com o Rei português da Boa Memória se apresenta aos nossos olhos como penhor da Providência de que a comunhão de Portugal e da Inglaterra se manteria inalterável pelos tempos fora.

A permanência desse instrumento diplomático, acto porventura único na história política dos povos, através dos séculos, demonstra sem contestação que a situação geográfica à beira do Oceano, prefácio da história anglo-lusa, nos ligou para sempre como grandes potências marítimas, impondo destinos comuns à nossa acção em todas as partes da terra. A ambos os povos o Atlântico marcou rumo universal: mais de uma vez na consecução de fins seculares se encontraram comerciantes, missionários e soldados de um e outro país; em mais de uma oportunidade, ingleses e portugueses verteram lado a lado o seu sangue na defesa de conveniências mútuas e até de nobres e desinteressados ideais.

Quem poderá relembrar sem emoção o apoio dado ao paladino da independência nacional, o infortunado Prior do Crato, pela Grande Isabel de Inglaterra, the wonder of the world, como a exalta Peele em celebrado poema; o auxílio decisivo prestado pelas tropas inglesas na guerra da libertação, por ocasião das invasões napoleónicas, para não mencionar já a participação dos arceiros ingleses em Aljubarrota e dos cruzados ingleses na tomada de Lisboa, a cidade de que foi seu primeiro bispo um cruzado da mesma nacionalidade, Gilberto de Hastings, como o eram alguns dos cônegos que constituíram o cabido daquela Sé?

Evidentemente que as relações políticas intensificariam os laços culturais. E assim é que já no século XIV foi traduzido em português, e logo a seguir para castelhano, um poema de tanta curiosidade como é a Confessio Amantis de John Gower, por diligência de um Roberto Payne, cônego da Sé de Lisboa.

Rememorarei ainda que a Tragédia Espanhola de Thomas Kyd, obra-prima de um dos precursores mais famosos de Shakespeare, a quem cabe antes deste a glória de ter dramatizado a história do Hamlet, lhe foi sugerida pelos acontecimentos que se desenrolaram na Península após a morte do Cardeal-Rei D. Henrique e tanto preocuparam a opinião pública inglesa. Lá se alude à frota dos cruzados ingleses que tomaram parte na tomada de Lisboa aos sarracenos

em 1147; à lendária expedição de Roberto de Gloucester a Portugal, tema também do drama Look about you, da suposta autoria de Watson; à expedição do Conde de Cambridge, filho de Eduardo III, em auxílio de D. Fernando contra os espanhóis. Ali se menciona a patriótica resistência da Ilha Terceira contra o domínio espanhol. Embora os factos, o que não é de estranhar em obras de imaginação, sejam deturpados, a peça tem um fundo político verdadeiro: a perda da independência portuguesa. A expedição de Drake e Norris a Portugal em 1599 inspira a Peele o seu famoso Farewell to Norris and Drake, onde fala «do Tejo dourado, das Índias ocidentais e da espaciosa baía de Portugal».

O desastre de Alcácer Quibir é dramatizado pelo mesmo autor em The Battle of Alcazar, que embora não se possa classificar de obra-prima, pelas dimensões do quadro, audácia das acções dos personagens, proporções dos caracteres, chega a atingir grandeza trágica.

As aventuras do famoso Condottieri irlandês Marquês de Leinster, comandante dos terços italianos na desastrosa jornada de África, serviu de tema à peça anónima The Play of Stuckley e a várias peças de que apenas restam fragmentos, tendo como protagonistas D. António, o Prior do Crato, e o infortunado D. Sebastião, cujas desditas se prestavam admiravelmente à idealização artística e inspiraram também Dryden no seu drama Don Sebastian.

Qual o estudioso da literatura inglesa ignorante de que em dois dos livros mais lidos em Inglaterra, o Robinson Crusoe e as Viagens de Gulliver, as qualidades nobres de fidelidade, abnegação e liberdade são personificadas num capitão português?

Longa e famosa é a tradição dos estudos portugueses em Inglaterra. Citarei, entre outros, o poeta laquista Robert Southey, que visitou Portugal e a Espanha por duas vezes e residiu em Lisboa em casa de seu tio, o reverendo Hill, cuja rica biblioteca lhe forneceu copiosos materiais para as suas obras, planeando uma bibliografia que não chegou a vir a lume de todos os livros escritos acerca de Portugal e de que saiu apenas uma parte — a História do Brasil — e na qual faz justiça à nossa acção civilizadora, afirmando que «nenhum povo com tão restritos recursos seria capaz de praticar feitos de tal transcendência». Mencionarei também a sua versão do Palmeirim de Inglaterra, a que, com apurado espírito crítico, atribui origem portuguesa, antecipando-se às investigações de D. Carolina Michaelis e Menéndez Pelayo, que se pronunciaram pela originalidade portuguesa da obra.

A memória de outro grande poeta, Wordsworth, que num dos seus sonetos exalta essa velha forma lírica, não se esquecendo de citar Camões, pois pelo soneto suavizou as agruras do desterro, devemos tributar reconhecimento, como autor do Ensaio sobre a Convenção de Sintra, hoje quase desconhecido, mas, no dizer de Canning, a produção mais eloquente no género, desde os dias de Burke, onde dá largas à sua indignação, por aquele tratado ser tão vantajoso para os franceses, como injusto e nocivo para Portugal.

Como esquecer que uma das primeiras traduções em língua estrangeira dos Lusíadas (1665) se deve a Sir Richard Fanshawe, embaixador de Carlos II, o esposo da princesa portuguesa D. Catarina de Bragança, nas cortes de Portugal e Espanha, a que se seguiram as de William Mickle (1775) que chamou aos Lusíadas o poema da construção do Novo Mundo, afirmando com o seu compatriota, o delicado autor das Estações, que a renovação do espírito comercial da Europa se deve ao génio luso; de Sir Richard F. Burton (1880) que também verteu para a sua língua produções líricas do imortal poeta, apreciando tanto a nossa epopeia que a levava consigo por toda a parte como verdadeiro talismã nas suas peregrinações pelas cortes da Arábia; a de J. J. Aubertin (1878), etc.?

Registem-se ainda os nomes de Samuel Johnson e Sir John Bowring: o primeiro, o afamado polígrafo, tradutor da Viagem à Abissínia do P.^o Jerónimo Lobo e que 20 anos antes de Mickle, seu íntimo amigo, pensou fazer uma tradução do poema camoniano; o segundo, literato, economista e político que visitou Portugal em 1815 e é autor do volume Antiga Poesia e Romances de Espanha (1824) que inclui, entre outras, traduções de Sá de Miranda, Gil Vicente, Conde do Vimioso e de outras poesias anónimas do Cancioneiro Geral de Garcia de Resende.

Esboçando em esboço rápido o panorama das relações seculares luso-britânicas no campo da cultura, não se pode omitir o nome do opulento e excêntrico grand seigneur de Monserrate, William Beckford, tão íntimo das melhores famílias de Portugal, a começar pelo jovem príncipe do Brasil, filho de D. José I, também ele escritor, autor do livro de viagens, único no género: Italy, Sketches of Spain and Portugal; e das Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaca e Batalha, cheias de corêdo e interesse para o conhecimento do meio social e político da época, obra recentemente reeditada sob patrocínio do Instituto Francês em Lisboa.

E se Byron, despeitado por um infeliz caso pessoal em Lisboa, não foi gentil no Childe Harold para os portugueses, atenuou-se-lhe a injustiça pelos louvores entusiásticos às belezas da paisagem de Sintra!

Quero ainda lembrar o nome da novelista inglesa, Jane Porter, que em obra de pura fantasia romanesca, sem qualquer base histórica, Don Sebastian or the House of Braganza, dá expressão à crença popular de que D. Sebastião não morrera em Alcácer Quibir. Fugido e disfarçado, reapareceu na figura de D. João IV, o restaurador da independência.

E acima de todos Isabel Browning, a imortal poetisa dos Sonetos do Português e dos lindos versos de Catarina a Camões... e da Visão dos poetas, em que o nosso épico é glorificado entre os maiores artistas que no decurso dos séculos alcançaram celebridade.

Não é de surpreender, pois, que também nos nossos dias se ostente galeria tão impressionante de escritores ilustres de assuntos portugueses. Recordemos os nomes de alguns de maior valia: Edgar Prestage, o erudito biógrafo e estudioso da obra de D. Francisco Manuel de Melo, autor de Os Descobrimentos e a Diplomacia Portuguesa na época da Restauração e dessa magnífica lição inaugural, proferida em 8 de Outubro de 1923 no «King's College», de Londres. — Portugal, Brasil e Grã-Bretanha — em que exalta o génio colonizador dos portugueses, cujo melhor atestado é o Brasil, «pela mistura dos sangues e não aniquilamento das raças indígenas, política sempre seguida pelos portugueses em toda a parte onde se estabelecerem». Aubrey Bell, o mais penetrante historiador da literatura portuguesa; Rodney Gallop, que percorreu o país, coligindo copiosíssimo material folclórico, referente sobretudo a superstições, festas, romarias, canções populares, num livro precioso traduzido em português com o título Cantares do Povo Português; o malgrado catedrático de Oxford, o Prof. W. Entwistle, romancista eminente, autor de obras valiosíssimas sobre as literaturas peninsulares, de crítica literária e investigação histórica e filosófica, autor da edição crítica da Crónica de D. João I, de Fernão Lopes, do Romanceiro peninsular, da Lenda Arturiana na literatura da Península, onde versa o problema da autoria do Amadis de Gaula e do erudito trabalho filológico The Spanish language together with Portuguese, Catalan, Basque, todos estes amigos nossos já ceifados pela morte impiedosa.

Dos vivos, ocorre-me Charles Boxer, sucessor na Universidade de Londres, na Cadeira Camões, de Prestage e autor de trabalhos notabilíssimos sobre a expansão portuguesa no Extremo Oriente, donde irradia simpatia e compreensão pela acção de Portugal naquelas longínquas paragens; Marcus Cheke, o erudito biógrafo do Marquês de Pombal e do estudo sobre a caluniada rainha Carlota Joaquina; o professor da Universidade de Londres Bowra, autor de apreciado estudo sobre a épica de Vergílio a Milton, onde há um capítulo sobre Camões; o Dr. Downes, tradutor esmerado de Eugénio de Castro; o professor eminente P. E. Russel, the last, but not the least, historiador de elevada gerarquia, que a despeito da sua juventude, escreve uma obra que sem favor se pode classificar de monumental, pela riqueza e ordenação do material de documentos, muitos deles inéditos: A intervenção inglesa em Espanha e Portugal no tempo de Eduardo III e Ricardo II, não falando já em outras produções suas, como João Fernandes Andeiro na corte de João de Lencastre, As fontes de Fernão Lopes, Galés portuguesas ao serviço de Ricardo II, cuja voz autorizada se tem feito ouvir mais de uma vez nas Universidades portuguesas.

Do interesse sempre crescente no mundo culto por assuntos portugueses, nos deu notícia pormenorizada o eminente Embaixador de Portugal em Londres, Dr. Teotónio Pereira, no brilhante discurso proferido no jantar anual da benemérita e patriótica Sociedade Anglo-

-Portuguesa, onde faz a resenha da longa série de obras inglesas da actualidade inspiradas na nossa terra.

A propósito, quero consignar o facto de que um dos primeiros estrangeiros homenageados em 1940 com o prémio Camões do Secretariado Nacional da Informação, foi o inglês John Gibbons com o seu livro I gathered no Moss, revelador da maior simpatia e compreensão da terra e da boa gente portuguesa, com as suas virtudes, modéstia, sobriedade, feito hospitaleiro, alegria espontânea, simplicidade de costumes.

Com tal passado de íntima solidariedade espiritual dos povos de língua inglesa e portuguesa, de que apresento apenas um bosquejo ligeiro que nem sequer me permite traçar um tema tão alicianante como o da influência da literatura inglesa no movimento pré-romântico e romântico português, não é de estranhar que acolhêssemos com verdadeiro entusiasmo a fundação em 1934 desse organismo gigantesco que se chama British Council, de tanto prestígio, que é seu patrono o próprio soberano inglês e tem a sua flâmula especial, e cuja missão essencial é promover o estudo, divulgar o conhecimento no estrangeiro não apenas da língua e literatura, mas também da arte e da história, da ciência e da educação inglesas. Em contribuição estreita com a instituição congénere portuguesa, o Instituto de Alta Cultura, criado em 1929, tem-se, por intermédio do Instituto Britânico em Lisboa, realizado uma obra notável de aproximação entre Portugal e a Grã-Bretanha, pela permuta regular de professores das duas nações que nas Universidades inglesas e portuguesas realizam conferências e séries de lições sobre matérias da especialidade, organização de exposições de arte, exposições bibliográficas, concessão de bolsas a graduados de ambos os países para trabalharem nos seus centros de estudo, cursos de férias de língua e literatura, excursões de estudo, etc.; numa palavra, foram criadas as condições materiais e morais para esta cooperação espiritual diurna e diuturna em atmosfera cordial de mútua compreensão e apreço cada vez mais necessária para a preservação dos nossos valores culturais ameaçados pela tempestade da loucura e maldade que assola o Mundo.

Assinalamos jubilosamente a existência em Inglaterra dos quatro Leitorados portugueses nas Universidades de Oxford, Londres, Liverpool e Leeds, autênticos viveiros de vocações, onde encontraram o estímulo e a iniciação para o seu labor alguns dos mais reputados lusitanizantes ingleses, não se podendo esquecer também que na Universidade de Cambridge se ensina com muita proficiência a língua e literatura portuguesas e que o português é matéria de opção nos cursos gerais de Birmingham, Leeds, Manchester, Sheffield, Wales, Glasgow e Belfast.

Acontecimento memorável na história das relações luso-inglesas representa a Convenção cultural celebrada em 19 de Novembro de 1954 entre o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte e o Governo da República de Portugal que abriu largos e novos horizontes a esta obra de intercâmbio e cooperação amigáveis «ao conhecimento e compreensão, tão completos quanto possível, das actividades intelectuais, artísticas e científicas e dos costumes e da vida social do outro país».

De elemental justiça é não deixar cair no olvido alguns dos obreiros mais directos nesta tarefa de convivência intelectual: o actual e os antigos delegados do Conselho Britânico em Portugal, Martin Blake, Georg West, Travell Strong, e o Instituto de Alta Cultura com o seu infatigável e muito competente Secretário Doutor Medeiros Gouvêa.

Seja-me lícito, ao concluir estas despreziosas considerações, saudar com as mais rindidas homenagens a Sua Majestade Britânica e ao Seu Egrégio Esposo, Sua Alteza Real o Duque de Edimburgo, a nobre Nação inglesa, a quem cabe a glória insigne de haver fixado ao mesmo tempo o tipo mais honroso do homem vulgar e produzido os tipos mais característicos do verdadeiro homem superior.

Deixai-me repetir as palavras que já tive ensejo de escrever em outra oportunidade, mas que não serão descabidas na presente data:

Será a Inglaterra sempre um dos firmes pedestais em que assenta a segurança do Mundo, cuja grandeza eterna se explica pelo seu realismo inato, traço característico de todas as expansões do seu génio, aliado a um fundo poético, a um sentimento de humanidade e delicadeza espontânea que inspira as mais nobres manifestações da vida nacional. Não a domina um utilitarismo estreito. Qual o povo que se lhe pode avantajear no apreço das coisas belas, no amor da natureza, no carinho pelos animais que chega a revestir formas de tocante ingenuidade?

A Inglaterra, li-o algures, liga-se à natureza pelos seus jardins e ao mistério pelos seus fantasmas; as almas dos poetas gregos suspiram ainda nos umbrosos bosques de Oxford e Cambridge.

GUSTAVO CORDEIRO RAMOS

LIVIS DE

CAMOENS



SPAIN *gave me noble Birth: Coimbra, Arts:*
LISBON, *a high-plac't loue, and Courtly parts:*
AFFRICK, *a Refuge when the Court did frowne:*
WARRE, *at an Eye's expence, a faire renowne*
TRAVAYLE, *experience, with noe short sight*
Of India, and the World; both which I write
INDIA *a life, which I gave there for Lost*
On Mecons waues (a wreck and Exile) tost
To boot, this POEM, held up in one hand
Whilst with the other I swam safe to land
TASSO, *a sonet, and (what's greater yit)*
The honour to giue Hints to such a witt
PHILIP *a Cordiall, (the ill Fortune see!)*
To cure my Wants when those had new kill'd mee
My Country (Nothing—yes) Immortall Prayse
(so did I, Her) Beasts cannot browze on Bayes.

ANTERROSTO, E NA PÁGINA SEGUINTE O ROSTO,
DA PRIMEIRA EDIÇÃO INGLESA DE «OS LUSÍADAS»,
NA TRADUÇÃO DE RICHARD FANSHAW, PUBLI-
CADA EM LONDRES, NO ANO DE 1655, POR HUM-
PHREY MOSELEY.

THE
LUSIAD,
OR,
PORTUGALS
Historicall Poem:

WRITTEN

In the PORTINGALL Language

BY

L U I S D E C A M O E N S;

AND

Now newly put into ENGLISH

BY

R I C H A R D F A N S H A W Esq;

H O R A T.

*Dignum laude virum Musa vetat mori;
Carmen amat quisquis, Carmine digna facit.*

L O N D O N,

Printed for *Humphrey Moseley*, at the Prince's-
Arms in *St Pauls Church-yard*, M. DC. LV.

De quando «John of Gaunt, Duke of Lencaster» e sua família andaram pelo Norte de Portugal e se efectuou no Porto em Fevereiro de 1387 o casamento de D. Filipa de Lencastre

D. João I levou de vencida os Castelhanos na memorável Batalha de Aljubarrota, e sucessivamente as vilas e lugares que em Portugal haviam antes levantado voz por Castela iam sendo desamparados pelos «Alcaides e gentes que em eles estavam», ou se entregavam por preitesia, ou eram cercados e rendidos. Em Trás-os-Montes, província onde viviam grandes e poderosos senhores, havia ainda algumas terras que se conservavam rebeldés, pelo que El-Rei se dirigira para lá.

Estava ele cercando a vila de Chaves, quando, segundo Fernão Lopes, «chegou de suspeita um cavaleiro inglês, que desembarcara no Porto, e vinha com recado do Duque de Alencastro, o qual lhe enviava dizer que, porquanto houera certas novas e Embaixadores, que El-Rei de Castela fora desbaratado na batalha que D. João I com ele houera, que sua tenção era determinadamente de vir a Castela para haver o Senhorio dela, porquanto lhe por direito pertencia por ele ser casado com D. Constança, filha maior de El-Rei D. Pedro, a que o Reino por direito pertencia; e que lhe rogava que lhe mandasse alguns navios e galés, para ajuda de sua passagem».

A notícia de que o poderoso Duque de Lencastre, John of Gaunt, filho de Eduardo III — e irmão de Ricardo II, então rei de Inglaterra — estava, enfim, disposto a vir fazer valer pelas armas os seus direitos ao trono de Castela, não podia deixar de ser recebida com jubiloso alvoroço por D. João I; é evidente que, quantos mais inimigos Castela tivesse que defrontar naquele momento, tanto melhor seria para a causa da independência portuguesa.

Por isso, segundo o velho cronista, o nosso Rei não hesitou em mandar «armar em Lisboa seis galés e doze naus, das quais eram duas grandes que El-Rei D. Fernando mandara fazer, uma de 600 tonéis e outra de 300; e foi por capitão das galés Afonso Furtado, que o então era, e foi depois sempre até sua morte».

Pelo que diz Fernão Lopes, o desembarque do Cavaleiro inglês no Porto deve ter ocorrido em fins de 1385 — ano em que foi pelejada a «Batalha real» de Aljubarrota, — ou, com mais probabilidades até, nos primeiros dias do ano imediato; é de notar, porém, que Fernão Lopes nem sequer alude à Convenção assinada meses depois, em 9 de Maio de 1386, entre o Mestre de Sant'Iago, Fernando Afonso de Albuquerque, e o Chanceler de Portugal, Lourenço Anes Fogaça, por uma parte, como Embaixadores de D. João I na Inglaterra, e Ricardo II, por outra parte; nessa Convenção se diz que — atendendo «aos encargos e despesas que necessariamente El-Rei de Inglaterra devia fazer em consequência da partida de seu illustre tio, João, Rei de Castela e de Leão, Duque de Lencastre, para sustentar os seus direitos, e com os socorros mandados neste ano a El-Rei de Portugal» — os ditos Embaixadores «prometeram e ajustaram que o dito Rei de Portugal mandaria, no princípio do próximo verão, a El-Rei de

Inglaterra dez galés equipadas à sua custa» dele, Soberano português (V. de Santarém, *Quadro Elementar*, XIV, pg. 95).

Tal facto, porém, não se opõe à informação de Fernão Lopes; pode muito bem ser que o emissário inglês tivesse vindo ao Porto para iniciar ou activar as diligências que culminaram em 9 de Maio de 1386 com a celebração do referido tratado.

E o que é certo é que, assinado este, não tardou muito que o Duque de Lencastre, sua mulher e filhos, bem como numerosos e grandes fidalgos, ilustres capitães e alguns milhares de homens de armas, embarcassem numa copiosa armada, de que faziam parte navios portugueses, e largassem das águas da Inglaterra com rumo às costas ibéricas setentrionais. Já em 1 de Junho de 1386 Ricardo II afirmava estar a maior parte da frota do seu reino ao serviço do Duque, seu tio, para o transportar a Espanha, — embora só depois de 24 de Julho seguinte a armada tivesse aportado à Corunha.

Encontrava-se D. João I em Lamego, quando teve notícia do desembarque do Duque de Lencastre e das suas tropas na Galiza; logó que o soube, o Rei partiu para o Porto, a fim de resolver o que faria: — «ali teve conselho de enviar seus embaixadores ao Duque, e mandar chamar o Condestável e outros do reino, e fazer librés para quando se houvessem de ver».

Fracos eram os recursos do tesouro régio, e D. João I não queria fazer má figura no presumível encontro com John of Gaunt e sua corte. Dispôs a providência que tudo se arranjasse. Apareceu em frente da cidade do Porto um navio castelhano carregado de «riqueza», e que ali andava atacando as embarcações portuguesas que encontrava. Pois esse navio pôde ser investido e aprisionado com toda a sua carga; o próprio comandante, se quis a liberdade, teve de a resgatar à custa de 10.000 dobras! Aconteceu ainda que, poucos dias volvidos, chegaram, provenientes da Corunha, as naus e galés portuguesas que tinham acompanhado até ali a frota inglesa; a bordo de uma delas vinham o Mestre de Sant'Iago e o Chanceler-Mor do Reino, que, após mais de três anos de ausência, regressavam a Portugal. «El-Rei, quando soube que o Mestre ali vinha, foi-se à barra por o receber, e veio-se o Mestre com ele pera ú pousava, e ali falaram per grande espaço em sua embaixada» e no mais que o cronista não especifica.

O Mestre de Sant'Iago expediu ordens para que escudeiros e Freires Espatários, bem como cavalos e bestas de serventia, viessem ter com ele; tencionava, por certo, colocar-se à frente dessa hoste para ir servir com o Rei e o Duque em terras de Castela; mas a sorte não o quis. Estando «envolto na mundanal glória e muito privado de El-Rei, antre os outros mandou-o chamar a morte, que o havia mister, e fez ali fim de seus dias».

Ora Fernando Afonso de Albuquerque trouxera de Inglaterra



UM JANTAR FESTIVO OFERECIDO POR D. JOÃO I A JOHN OF GAUNT

muitas «roupas e armas e apostamentos de casa», adquiridos com fundos levantados por empréstimos sobre as mercadorias do reino; D. João I não teve por isso escrúpulo em tomar desses «guarnimentos e cousas quantas lhe prougue».

E desta maneira D. João I pôde paramentar-se condignamente, e a cerca de 500 dos seus homens de lança, para se ir avistar com o magnífico Duque de Lencastre — esse «tão nobre Senhor com que se nunca vira» e que àquela hora andava triunfalmente passeando pela Galiza.

Aos embaixadores que D. João I lhe enviara a saudá-lo e a propor-lhe uma entrevista, o Duque marcara para ponto de encontro a *Ponte de Mouro*, entre Melgaço e Monção, a cerca de quatro léguas do Mosteiro de Celanova (do Bispado de Orense), onde o Lencastre com sua Família iria hospedar-se.

Aproximava-se do fim o mês de Outubro de 1386, quando D. João I se dirigiu para a importantíssima conferência.

No lugar marcado, da parte de além da Ponte de Mouro «se receberam» o Rei de Portugal e o Duque de Lencastre, «abraçando-se e fazendo-se suas mesuras com prazer e ledice; estiveram um pouco falando e des i passaram-se àquem do rio, onde El-Rei tinha suas tendas postas. E ali se desarmaram e assentaram-se a comer ambos de uma parte, sem curarem da parte direita nem esquerda, cá inda então não era em uso; e assim os que vinham com o Duque. E era esto o 1.º dia do mês de Novembro [1386], em Festa de Todos os

Santos». Nos dias seguintes as reuniões do Rei e do Duque celebraram-se numa «tenda grande que fora del-Rei de Castela», e que lhe havia sido tomada em Aljubarrota.

Dessas conversações resultou a celebração, antes de 11 de Novembro, de um Tratado de aliança entre D. João I, Rei de Portugal, e o Duque de Lencastre, como rei de Castela; e foi também então que, «para mais firmeza» dessa aliança, ficou estabelecido que o Duque «daria a El-Rei de Portugal, por sua mulher, a Infanta D. Filipa», nascida do seu primeiro matrimónio com D. Branca, filha do Conde de Leicester. Tudo isso foi ratificado em 11 de Novembro, no Mosteiro de Celanova, na presença do Duque, pela Duquesa e por Filipa de Lencastre, a requerimento do Rei de Portugal.

D. João I, porém, tão afadigado andava nas coisas da guerra que nem foi a Celanova ver a noiva; regressou logo ao Porto, onde se demorou sete dias, e dali partiu para Lisboa e Alentejo. Enquanto ele andava pelo sul, dando «aguça ao ajuntar suas gentes», foi «trazida mui honradamente, de mandado de seu Padre, a Infanta D. Filipa à Cidade do Porto», onde se instalou no Paço Episcopal e ficou aguardando o seu noivo para a realização do casamento.

Em fins de 1386 ou começos de 1387, D. João I chegou ao Porto acompanhado por Nun'Álvares; no dia seguinte ao da chegada foi visitar e ver pela primeira vez aquela que viria a ser sua Mulher! Mas a demora não foi longa na cidade do Douro; ao cabo de breves dias seguiu para o norte, onde os cuidados da guerra o chamavam.

E estando em Guimarães, prestes para seguir seu caminho para a Galiza, foi requerido pelo Duque de Lencastre que, antes de partir, efectuasse o seu casamento; na Carta que do Porto enviou em 2 de Fevereiro de 1387 às cidades e vilas do seu reino, D. João I explicava:

— «*Ora estando nós em Guimarães prestes para seguir nosso caminho segundo bem sabeis, fomos requerido por o dito Rei de Castela, seu Padre [i. é, pelo Duque de Lencastre, pretendente ao trono de Castela, e Pai de D. Filipa], que a tomemos por mulher segundo havemos com ele posto, ante que desta terra partissemos, dizendo que o entende assi por serviço de Deus e sua honra e melhor aderençamento de seus feitos e nossos.*

E porquanto Nosso Senhor o Papa já havia dispensado connosco que pudéssemos casar [como Freire da Ordem de Avis, D. João I precisava de dispensa papal para celebrar o seu casamento], houvesmos sobre elo conselho, e foi acordado que casássemos com ela, ante que partissemos desta terra.

E nós, por esto, viemos logo aqui à Cidade do Porto, e fizemos com ela benções [na Sé Catedral], hoje que foi Dia de Purificação de Santa Maria, porque se em este dia não foram feitas, não se puderam depois fazer até oito dias depois da Páscoa, segundo ordenança da Santa Igreja.

E entendemos, prezando a Deus, de tomar nossa Casa, segundo nosso estado cumpre, desta quinta-feira que vem a oito dias, que serão 14 de Fevereiro.»

Como El-Rei o disse, assim o fez.

Não tentaremos descrever o que foram as festas que há 470 anos se fizeram nesse pequeno e amuralhado burgo, que era então a mui nobre, antiga e leal cidade do Porto. Diremos apenas que não só as autoridades reais e comunais, mas também toda a população portuense, tudo trabalhou, com azáfama sem igual, para operar uma transformação tão radical quanto possível na fisionomia ordinariamente triste e sombria do burgo; e enquanto uns se ocupavam em abrir «praças e desempachar as ruas por ú haviam de andar as gentes», outros preparavam os «jogos e trebelhos e matinadas» que constituíram um dos números mais alegres e movimentados dos festejos. Até foi improvisado, «mui à pressa», um grande campo para justas e torneios de cavalaria: «uma grande praça entre S. Domingos e a Rua do Souto, que eram então tudo hortas onde» justaram e tornearam «grandes fidalgos e cavaleiros que o bem sabiam fazer, e outra gente não».

Nesse dia 14 de Fevereiro de 1387, Filipa de Lencastre e D. João I, Mestre de Avis, montados em soberbos cavalos brancos, saíram lado a lado do Paço Episcopal, com um luzidíssimo acompanhamento, e percorreram o pequeno espaço que medeava entre o Paço e a porta principal da Sé. «A gente era tanta que se não podiam reger nem ordenar!» O Bispo do Porto, revestido de Pontifical e acompanhado pela cleresia, aguardava à porta da sua Igreja o Cortejo Nupcial; o Prelado «tomou os noivos pelas mãos e demoveu-os a dizer aquelas palavras que a Santa Igreja manda que se digam em tal sacramento». Depois celebrou Missa e pregou um Sermão.

O cortejo regressou ao Paço Episcopal, e aí realizou-se um grande e lauto banquete, em que tiveram a honra de se sentar — ao lado dos mais ilustres fidalgos e cavaleiros ingleses e portugueses — alguns honrados burgueses do Porto, com suas donas e donzelas.

★

Meses volvidos — depois de D. João I e seu sogro terem andado em pouco felizes deambulações por Castela, à frente das suas tropas, — foi ainda no Porto que ambos voltaram a juntar-se pela última vez.

O Duque, a Duquesa e mais família vieram embarcar, ao rio Douro, nos navios que os haviam de transportar a Inglaterra; eram já tão poucos os homens de armas que lhes restavam, que sendo de catorze o número de galés do comando de Afonso Furtado postas por D. João I à disposição do seu sogro, só seis foram utilizadas; as oito restantes seguiram apenas «por honra em sua companhia».

Não deve ter sido sem compreensível e profunda saudade que o Duque de Lencastre se apartou de sua filha. Protelou quanto pôde o dia da partida — «não por as galés não estarem prestes, cá o eram mui compridamente, mas por [o Duque] solazar com a Rainha sua filha, que não sabia quando a havia de tornar a ver!».

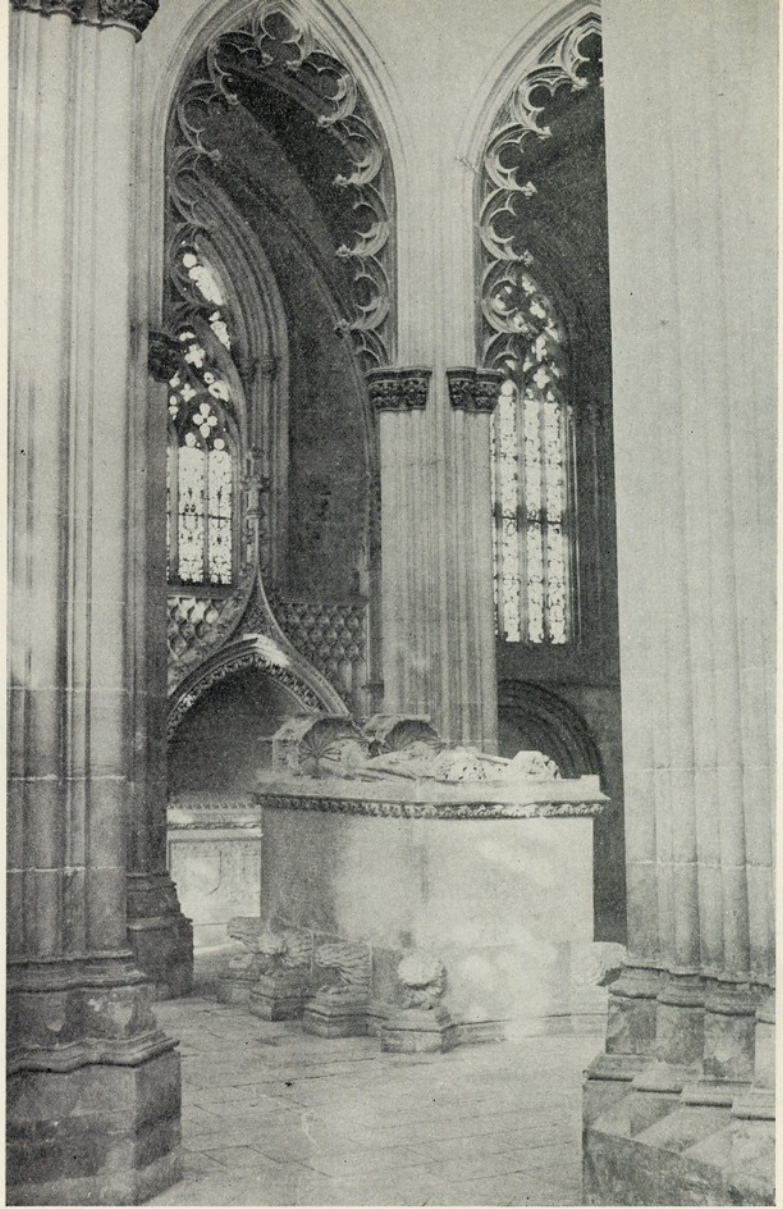
Por fim... partiu.

«E era esto no fim de Setembro (de 1387)».

Filipa de Lencastre, rezando baixinho, as lágrimas bailando-lhe nos seus límpidos olhos, cor do céu, viu as galés descer o rio Douro, saírem «de foz em fora» e desaparecerem lá longe, no alto mar. E tão atendidas foram as suas orações de boa viagem que seu Pai «em breves dias chegou a Baiona, do Senhorio de Inglaterra».

E Ela ficou! E para sempre! Ficou para glória sua e nossa! Ficou para vir a ser a Mãe da Inclita Geração da Casa de Avis! Ficou para presidir ao início de uma nova Era — da Idade de Ouro da História de Portugal.

A. DE MAGALHÃES BASTO



O TÚMULO DE D. JOÃO I E DE D. FILIPA DE LENCASTRE NA FORMOSA «CAPELA DO FUNDADOR» DO MOSTEIRO DA BATALHA

«A ORIGEM DESSA ÍNTIMA ALIANÇA TEM A DATA ESCRITA NO MAIS GLORIOSO MONUMENTO DO PAÍS. A BATALHA RECORDA-NOS QUE HÁ UM PACTO PERPÉTUO, ASSELADO COM SANGUE, ENTRE PORTUGAL E A INGLATERRA. QUANDO O POVO PORTUGUÊS DEIXAR DE SER O IRMÃO E O AMIGO DO POVO INGLÊS, TEM DE DERRIBAR, PRIMEIRO, O TEMPLO DE SANTA MARIA DA VICTÓRIA, E, DE LÁ, DE CIMA DAS SUAS RUÍNAS, SOBRE OS OSSOS DE D. JOÃO I, O ARAUTO DA DISCÓRDIA, TEM A ANUNCIAR AO MUNDO QUE O VELHO PACTO EXPIROU.

NOS CAMPOS DE ALJUBARROTA E EM FRENTE DOS ESQUADRÕES FRANCESES E CASTELHANOS, A INVENCÍVEL INFANTARIA INGLESA JURAVA, COM OS CAVALEIROS PORTUGUESES, QUE ESTA TERRA SERIA LIVRE, E UNS E OUTROS CUMPRIRAM HERÓICAMENTE O SEU VOTO.»

ALEXANDRE HERCULANO



D. CARLOS I
E EDUARDO VII

CONVENÇO--ME de que entre as duas nações existe mais do que uma aliança; existe dum para outro país um vigoroso sentimento que faz não só com que ambos se queiram bem, mas confiem um no outro. O meu maior desejo é que os dois países prossigam, juntos, no caminho da paz, da prosperidade e da civilização. Durante muitos séculos que temos sido aliados, ambas as nações se têm mostrado grandes potências colonizadoras. Evidentemente, parece-me que o nosso fim era civilizar e estabelecer sólido governo nas nossas possessões e manter a ordem. O meu país, livre como o vosso, estou certo, só deseja sustentar e honrar a nossa bandeira e manter o que possuímos, sem molestarmos as possessões dos outros».

(Do discurso de Eduardo VII no banquete de gala no Palácio da Ajuda em 5 de Abril de 1903).

ESTÁ EM PORTUGAL

um precioso alabastro inglês do século XIV

COM as qualidades várias de alabastro, em grande parte procedente das regiões de Derbyshire, Nottinghamshire e Staffordshire, foram realizadas na Inglaterra, durante os séculos XIV e XV, obras notáveis de escultura, imagens religiosas e retratos, retábulos e mausoléus.

Num livro magnífico, publicado em 1935, reeditado no ano seguinte, revisto e ampliado em 1951⁽¹⁾, Arthur Gardner, depois de se ocupar da escultura inglesa das épocas anterior à conquista e normanda, da dos séculos XIII e XIV, estuda, com reconhecida competência, o período final do gótico perpendicular. E, neste capítulo, trata, particularmente, dos bronzes e dos alabastros. Entre estes avulta a escultura complementar da arquitectura; a dos templos e dos mausoléus; e a dos altares: dos conjuntos de «*tabulas*», das estatuas piedosas, e dos pequenos painéis, em relevo, isolados.

Se do primeiro grupo, se conservam, ainda, muitos exemplares nos próprios locais para onde foram concebidos, do segundo restam hoje na Inglaterra, apenas as peças mais tarde readquiridas ou encontradas nos locais em que devotas mãos prudentemente as esconderam.

É que tanto a exportação das esculturas de alabastro, figurando temas religiosos, e produzidas na Inglaterra, nos fins da Idade Média, como o movimento dos iconoclastas que precedeu a Reforma, fizeram com que se dispersasse ou fosse destruída grande parte desse importante sector do património artístico britânico.

É já extensa a bibliografia do assunto, especialmente desde o excelente artigo publicado por «Sir» William St John Hope, em 1904⁽²⁾, até aos escritos mais recentes dos drs. Hildburgh e Nelson.

Mas se foi possível organizar um importante inventário destes

alabastros ingleses trecentistas e quatrocentistas, em grande parte graças à exposição realizada pela «*Society of Antiquaries*» de Londres e à suculenta relação publicada por Eric Maclagan em 1920⁽³⁾, ainda não se pôde fixar, aos muitos e belos espécimes conhecidos, nem rigorosa cronologia, nem a lista exacta das suas procedências e das suas autorias, locais em que foram executados, nomes de «*alabastermen*» e oficinas.

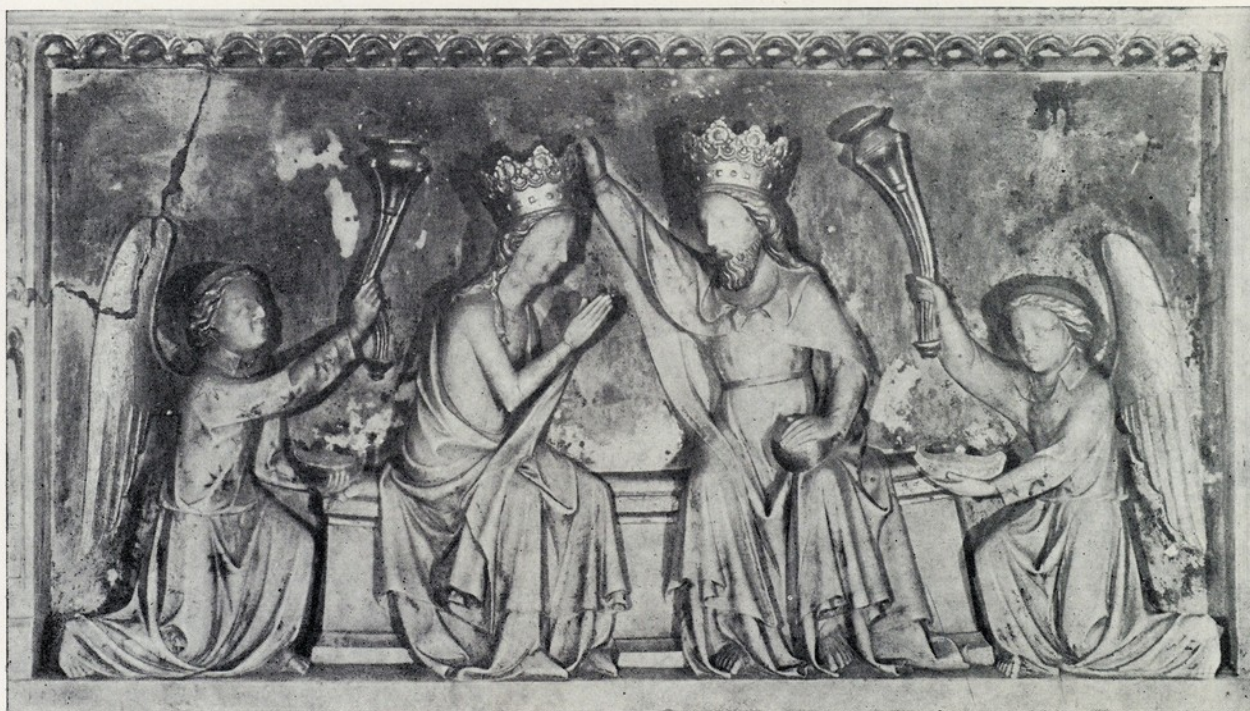
O problema não pode resolver-se apenas com o método vulgar da comparação de estilos, por se tratar de actividade artística em que são frequentes os exemplos de concepção arcaizante.

Além da fundamental documentação coeva dos arquivos, que até hoje forneceu relativamente poucos elementos para esclarecimento deste aspecto do assunto, devem ser levadas em consideração a natureza geológica dos alabastros, e bem assim as características iconológicas dos protótipos esculpidos. Para tal, é da maior importância o conhecimento e o exame dos espécimes do século XIV, que são raros e, no género, os mais representativos.

Entre estes destaca-se um exemplar absolutamente excepcional: o alto-relevo da igreja paroquial de Cernache⁽⁴⁾, povoação situada entre Coimbra e Condeixa-a-Nova.

O alabastro de Cernache mede, aproximadamente, 61,5 cm de altura e 113,5 cm de largura, com as figuras talhadas num alto-relevo que chega a medir cerca de 8 cm de espessura. O painel é envolvido por singela moldura lisa⁽⁵⁾, limitada na parte de baixo da faixa superior por um motivo regular de pequenos arcos trilobados, correndo ao longo da composição.

O assunto — *Coroamento da Virgem* — referido na *Lenda Doi-*



rada por Jacques Voragine, traduz plásticamente a letra dos seguintes versículos dos Salmos:

«*Astitil' regina' a dextris ejus in vestitu de gurato*»⁽¹⁾.

— A Rainha sentou-se à Sua direita com um vestido áureo — ; e

«*Posuit in capite coronam de lapide pretioso*»⁽²⁾.

— Ele colocou sobre a Sua cabeça uma coroa de pedras preciosas.

O tema desenvolve-se a quase toda a altura e largura do painel. À direita, sentado num banco largo coberto de almofada, Jesus, de barba e longos cabelos caídos, ostentando uma grande coroa, coloca outra semelhante na cabeça da Virgem Maria. Cristo, com a mão esquerda sobre o globo simbólico do Mundo, apoiado no joelho, veste longa túnica descendo em fartas pregas, cingida por estreito cinto, e manto mais curto e preso, sobre o peito, por um firmal. Nossa Senhora, sentada à direita e defronte do Seu Divino Filho, recebe de mãos postas, inclinando o tronco, a suprema dignidade. De tranças caídas sobre os ombros, e calçando sapatos em bico, a Virgem Maria veste uma comprida túnica muito justa e fina, descendo no braço até ao punho, e, na parte inferior, pregueada, até aos pés. Cobre-Lhe a túnica, também, um manto menor. Ladeando o grupo central, dois anjos, de túnicas e navetas na mão esquerda, agitam com a destra turbulos de incenso e glorificação.

O recorte das penas das asas dos anjos e da ornamentação dos tecidos, mantos e túnicas, constituída por ramos e frutos, estrelas e flores de lis, é gravado a traço, com que foi, também, marcado o limite da gola do corpete delgadíssimo, da Virgem.

O relevo está coberto, nalguns pontos, de pinturas que não são da primitiva: azul-claro no fundo, e doirado nos cabelos, asas, coroas, turbulos, cinto de Jesus, globo e friso das arcadas, na parte superior da moldura. A existência desta, feita no próprio bloco de alabastro, leva a crer que o painel não tenha tido enquadramento de madeira como os retábulos formados por várias «*tabulas*»⁽³⁾. O que impressiona mais nesta obra-prima de escultura medieval, além da nobreza do estilo, é a pureza das formas e o primor da execução.

Com o mesmo assunto, sei da existência de outros alabastros ingleses de menor importância, alguns também do século XIV, e outros da centúria seguinte.

Relativamente aos primeiros, o catálogo da exposição londrina de 1910⁽⁴⁾ menciona um exemplar completo e fragmentos de outros relevos.

Nenhum deles, porém, se pode comparar, ao de Portugal, muito superior àqueles em dimensões e qualidade, técnica, estilo e composição.

E, quanto aos segundos, de que o Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa, possui um exemplar⁽⁵⁾, conheço mais «*tabulas*», subordinadas a dois tipos iconográficos a saber:

- A) Com a Virgem sentada⁽⁶⁾ ou ajoelhada; a figuração humana da Santíssima Trindade, ou o Padre Eterno e o Filho com a forma humana, e o Espírito Santo representado pela simbólica Pomba; com ou sem anjos⁽⁷⁾;
- B) Com outras composições, tais como a da figuração humana da Santíssima Trindade, e, juntamente, a Virgem em Glória rodeada de anjos⁽⁸⁾.

O alto-relevo de Cernache, do último quartel do século XIV⁽⁹⁾, apresenta grandes afinidades estilísticas e de processo com alguns dos que foram mencionados no catálogo da exposição de 1910, e, muito em especial, com o de Whittlesford (Cambs), de que se conhecem, apenas, fragmentos⁽¹⁰⁾. Mas, além de incompleta, sem o tronco da Virgem e a cabeça de Jesus Cristo, a composição vertical deste último painel, com a parte superior de ameias, é estreita e acanhada, como numa das «*tabulas*» menos finas e sensíveis de Ripon.

Os restantes fragmentos com o mesmo tema, reproduzidos no já citado catálogo⁽¹¹⁾, são, evidentemente, posteriores aos de Cernache, de Whittlesford e de Ripon: o da «*Scarborough Philosophical and Archaeological Society*» é de factura menos delicada; e a parte de baixo da «*tabula*» do «*British Museum*», considerada, pelo Professor Edward Prior, como de meados do século XIV, afigura-se-me obra arcaizante muito mais tardia, atendendo a que a figura da Virgem em vez de estar sentada, se encontra de joelhos num plano inferior ao do Seu Divino Filho⁽¹²⁾.

Supôs Émile Mâle que foi Suger quem primeiramente representou o Coroamento da Virgem num vitral dado à antiga catedral de Paris⁽¹³⁾.

É muito provável que a composição do portal de Senlis, inspiradora das esculturas, com o mesmo tema, das grandes catedrais francesas do século XIII — Chartres, Laon, Rheims, Bourges, Rouen, Amiens, etc. —⁽¹⁴⁾, derivasse de uma concepção original de Suger. O que, porém, não pode, ainda, afirmar-se com segurança — como pretende aquele eminente historiador e crítico de iconografia medieval — é que a obra de Suger, realizada para a *Notre Dame* do seu tempo, fosse anterior ao célebre mosaico absidal de *Santa Maria in Trastevere*, de Roma, começado em 1140⁽¹⁵⁾.

O século XII foi, de facto, o que deu origem, na grande arte medieval, ao culto e à glorificação da Virgem Maria, Nossa Senhora.

Seja como for, do que não resta dúvida, é de que o tipo iconográfico delineado por Suger prevaleceu durante séculos⁽¹⁶⁾. E, certamente as composições inglesas dos séculos XIII e XIV, tais como as de Lincoln, de Wells e de Exeter, receberam aquela influência francesa dominante, directa ou indirectamente, através de obras posteriores, vitrais, iluminuras e marfins.

Ora é, precisamente, num trabalho inglês de marfim, de cerca de 1340, pertencente ao «*British Museum*»⁽¹⁷⁾, que encontro o traço de ligação do tipo iconográfico francês, consequente da obra inicial de Suger, e do que magistralmente concebeu o «*alabasterman*», autor da obra-prima da igreja portuguesa.

Embora fosse talhado em dimensões maiores e noutro material, o nosso painel reflecte idêntica sensibilidade e o mesmo espírito de estilização do pequeno triptico de marfim.

De tudo isto resulta a convicção que tenho de que o alabastro inglês de Cernache, é, entre os conhecidos que representam o Coroamento da Virgem, do último quartel do século XIV, aparentemente o mais antigo; sem dúvida o mais belo quanto à composição e o mais delicado e primoroso de factura.

LUÍS REIS-SANTOS

NOTAS

(1) Arthur Gardner. *English Medieval Sculpture*. London, 1951.

(2) *Archaeological Journal*. London, Dezembro, 1904.

(3) *The Burlington Magazine*. London, February 1920.

(4) Foi providencial a oposição que o povo de Cernache fez quando quiseram levar de lá o precioso alabastro. Arrancado, então, da parede onde estava embutido, quebraram-no, mas felizmente só na parte subjacente do canto superior. Mais tarde tiraram-no da sacristia e colocaram-no defronte do altar da primeira capela, do lado do Evangelho.

(5) Do lado esquerdo, na borda inferior, foi gravado o n.º 1735, cujo significado ainda me é desconhecido.

(6) Salmo XLIV, 10.

(7) Salmo XX, 4.

(8) É muito provável que os relevos isolados não tivessem, inicialmente, enquadramentos de madeira, como já notaram Sir William St John Hope e o Professor Edward Prior.

(9) *Illustrated Catalogue of the Exhibition of English Medieval Alabaster Work*. London, 1913.

(10) Salvador Barata Feyo. *A coleção de esculturas de Nottingham no Museu Nacional de Arte Antiga* in *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. I, n.º 2, p. 78, fig. 9. Lisboa, 1947.

(11) Muitas «*tabulas*» arcaizantes repetem composições em que a Virgem Maria está sentada.

(12) Exemplares na coleção da Marquesa de Ripon; no Museu de Douai (dois); na «*The Architectural Association*»; na «*Glasgow Art Gallery and Museum*» (*Burrel Collection*); e em Montréal (Yonne).

(13) Exemplar excepcional da última figuração, em La Celle (Eure).

(14) Acertadamente o considerou do século XIV, o Professor Dr. Reinaldo dos Santos no seu magnífico livro *A Escultura em Portugal*, 1.º vol., p. 38, fig. 58. Lisboa, 1948.

(15) Gardner, obra cit., p. 307, fig. 605.

(16) *Illustrated Catalogue* (...) N.º 73-1, 4, 5 e fig. 4.

(17) Maria está sempre sentada no Coroamento até ao século XIV, informa Émile Mâle.

(18) *Revue de l'Art ancien et moderne*, p. 346. Paris, 1914; Émile Mâle. *L'Art religieux du XIIème siècle en France*, Paris, 1922, 3ème éd., pp. 183-184. Paris, 1928; *L'Art religieux du XIIIème en France*, 7ème éd., p. 256. Paris, 1931.

(19) Acerca da influência exercida pelo portal de Senlis, ler: Émile Mâle. *Art et Artistes du Moyen Âge*, 3ème éd., pp. 209-225. Paris, 1930.

(20) Burckhardt saudá neste mosaico «os motivos novos, e os começos da vida individual na Arte». «A própria atitude e o assunto — diz o célebre historiador — já não são bizantinos». J. Burckhardt. *Le Cicerone*, 2ème partie, p. 502. Paris, 1925.

(21) Focillon dá o Coroamento da Virgem de Villeneuve-lès-Avignon como exemplo de sobrevivência da escultura romântica na arte francesa. Henri Focillon. *Moyen Âge. Survivances et réveils*, p. 105. Montréal, 1945.

(22) Gardner, obra cit., p. 223, fig. 437.



FUNDAMENTO DE UMA ALIANÇA

NÃO sei de aliança — firmada ou não em instrumento diplomático — que tenha um sentido tão profundamente histórico e humano como tem a aliança anglo-portuguesa.

Tendo surgido espontaneamente, das próprias necessidades da vida, a aproximação dos dois povos radicou-se em imperativos de ordem política que punham em jogo a nossa própria sobrevivência na confusão de posições e de interesses peninsulares divergentes. E desde então — sejam quais forem as claudicações que lhe possam ser apontadas — havia de comportar-se como um imperativo de vida, sempre que alguma crise a pusesse em causa.

Vale, realmente, a pena perscrutar e analisar os fundamentos de uma ligação assim tão solidamente estabelecida.

Já no tempo de D. Afonso Henriques se sentia a necessidade imperiosa de libertar a economia do pequeno estado português da dependência estrita da terra, cuja cultura, de resultados tão aleatórios, não podia preservar uma população em crescimento de crises de fome cíclicas, que a depauperavam impiedosamente; nem podia fornecer-lhe todas as matérias-primas ou manufacturadas indispensáveis a um progressivo desenvolvimento económico, ou solicitadas por uma aristocracia cada vez mais exigente de tudo o que pudesse aumentar a comodidade e o brilho do seu viver.

Assim se constituiu o «clima» próprio ao desenvolvimento mercantil marítimo, sobretudo desde que a tomada de Lisboa libertou a nossa costa da pirataria muçulmana, como já notou Alberto Sampaio.

Ora, uma actividade assim não podia deixar de fomentar o crescimento dos nossos centros urbanos, nomeadamente daqueles que, pela sua posição, se vinculavam cada vez mais a essa actividade: portos fluviais ou marítimos, a breve trecho transformados em entrepostos de mercadorias que embarcavam ou desembarcavam em ritmo cada vez mais apressado.

Foi sobretudo o comércio de tecidos, especialmente de lã, que constituiu o maior estímulo para um comércio que soube vencer todos os riscos, lutando triunfalmente contra a fúria dos elementos e contra a pirataria. A vida do mar passou assim a ser para nós a melhor escola de tenacidade, de engenho, de sociabilidade — força imensa de coesão nacional.

Ora, era certamente a Flandres que estava então em melhores condições de satisfazer as nossas necessidades; por isso avultou na nossa economia o comércio com essa região, que passaria assim a constituir também o melhor escoamento dos produtos que nos sobravam, tais como a fruta, o vinho, o mel e a cera, couros, gorduras animais, madeiras e ainda (um pouco mais tarde) o azeite e o sal.

Mas a Flandres, embora na dependência política do rei de França, estava economicamente cada vez mais ligada à Grã-Bretanha, visto que a prosperidade das suas manufacturas e, consequentemente, a própria vida da sua população urbana dependia também cada vez mais da importação das lãs de Inglaterra. E foi a esse mundo mercantil, a que o Mar do Norte e o Canal de Inglaterra serviam naturalmente de veículo, que nos ligámos, marcando cada vez mais a nossa presença, comprando, vendendo — *trafegando por mar*, como expressivamente dizem alguns diplomatas portugueses de então.

Certamente, uma actividade assim não podia deixar de empolgar cada vez mais a vida nacional e, por consequência, de ter reflexos políticos verdadeiramente transcendentes, mormente sendo precária a nossa posição peninsular — isolados como estávamos por um grande Estado que nos ameaçava.

Embora seja talvez um pouco aventurada a hipótese, formulada pelo Visconde de Santarém (Quadro Elementar, XIV, pág. IX), de que o casamento do nosso primeiro rei com Matilde de Saboia se pode considerar dentro dessa orientação, o certo é que a união de sua filha Teresa (que depois se designa Matilde) com o Conde de Flandres, Filipe de Alsácia, em 1184 — união a que não foi estranha a influência de Henrique II de Inglaterra — é a expressão de um pensamento que já então dominava a política nacional.

Pelo menos, data de então — como observa Vanden Bussche — o estabelecimento de relações comerciais regulares entre Portugal e a Flandres. E que essas relações eram já, ou passaram logo a ser, extensivas à Inglaterra, mostra-o com toda a evidência a carta-patente expedida por João Sem-Terra, no quarto ano do seu reinado, isto é, em 1202-1203, em que concede a sua real protecção aos mercadores portugueses que negociassem nos seus Estados, garantindo a segurança de tudo o que levassem e trouxessem. E, dois anos depois, essa protecção abrange também os que tivessem sido detidos por dívidas, desde o momento que não fossem os principais responsáveis.

Mas foi sobretudo a partir dos meados do século XIII — quando o fim da luta contra os muçulmanos, abrindo novas perspectivas às actividades nacionais, punha também novos problemas ao nosso desenvolvimento económico — foi sobretudo a partir de então que o nosso comércio externo tomou vulto. Mostra-o de uma maneira particularmente expressiva a lei de D. Afonso III, de 26 de Dezembro de 1253, em que é fixado o preço de venda, entre outros, de vários artigos de luxo — especialmente tecidos — importados de Flandres e de Inglaterra.

O estímulo dado pelos soberanos dos dois países a esta actividade, que cada vez mais condicionava toda a nossa vida económica, foi aumentando sempre, e tendo cada vez maiores repercussões políticas. Já em 1199, João Sem-Terra enviara embaixadores a Portugal para negociar o seu casamento com uma das filhas de D. Sancho I; e em 1325 e 1326 é o nosso D. Afonso IV que, por sua vez, envia plenipotenciários a Inglaterra para oferecerem a mão de uma das infantas ao Príncipe Eduardo.

Embora não resultassem, estas e outras tentativas de aproximação

constituem claramente reflexos políticos de uma actividade económica cada vez mais vultosa.

Mas a crise das nossas relações com Castela — reflexo da grande crise entre a França e a Inglaterra, que punha em jogo interesses de que dependia a própria sobrevivência dos domínios da coroa inglesa no continente, e de certo modo até o equilíbrio económico da Grã-Bretanha — essa crise, que se manifestaria de uma maneira tão aguda no reinado de D. Fernando, havia fatalmente de nos atirar para uma verdadeira guerra de independência que correu risco de se transformar em guerra social.

E foi então que as nossas já antigas relações com a Inglaterra tomaram um aspecto novo. Se até aí tinham sido mera consequência de uma actividade que procurava equilibrar a economia nacional, daí em diante constituiriam forte imperativo de vida numa luta em que a própria existência da nação era posta em jogo, não tanto pela política imperialista de Castela, como pelo próprio rumo que fatalmente tomaria o nosso desenvolvimento orgânico — o que era infinitamente mais grave.

De facto, bastava que caíssemos na órbita económica do Estado vizinho, ficando enfeudados aos seus interesses mercantis, para se verificar a desarticulação das classes e, consequentemente, a desintegração da unidade nacional ainda tão precária.

Por isso, a aliança inglesa, com as suas profundas raízes ligadas à actividade mercantil dos nossos maiores centros urbanos, surge, durante o reinado de D. Fernando, como peça fundamental no novo e decisivo capítulo do processo da nossa independência política. É certo que a influência que Leonor Teles — partidária acérrima de uma aproximação de Castela — exercia sobre a orientação política do Governo e, certamente, a existência de um forte partido castelhano (como acentua Russell) levaram o Rei a ceder, consentindo no casamento da própria herdeira da coroa com o Monarca de Castela; mas nem por isso, talvez, se tivesse obliterado a ideia de que a aliança inglesa devia constituir o fulcro da nossa política externa. Pelo menos D. Fernando apressa-se a mandar recado a Ricardo II e ao Duque de Lencastre para lhes dizer que tudo o que fizera «foi muito contra minha vontade, e por que não pude mais fazer; mas que os tratos e a amizade que eu com elles avia, que os ei por boons e firmes». (Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. CLXII).

Mas o que D. Fernando não pôde realizar, alcançaram-no Nuno Álvares e o Mestre de Avis, que arrastaram consigo uma parte da nobreza e especialmente os homens-bons e o povo-miúdo daquelas cidades que traficavam por mar, vivendo a bem dizer do seu comércio externo.

O apoio da Inglaterra à causa nacional foi decisivo: a interesses puramente mercantis, somavam-se interesses políticos de monta. De facto, a João de Gand, terceiro filho de Eduardo III, que casara em segundas núpcias com Constança, filha de Pedro, o Cruel, e que por isso se intitulava Rei de Castela, interessava que Portugal fosse — no dizer expressivo de Edgar Prestage — «a sua porta de entrada em Espanha».

Ao satisfazer o pedido de auxílio dos plenipotenciários do Mestre de Avis, Ricardo II recorda a aliança ajustada em 1372 entre Eduardo III e D. Fernando — e é de acordo com ela que auxilia a causa portuguesa com homens de armas e somas avultadas de dinheiro abonadas por mercadores londrinos.

Um exemplo frisante dessa comunidade de interesses entre a burguesia dos dois países, dá-o, bem nitidamente, a lista de serviços prestados à causa nacional pelos homens-bons do Porto, apresentada pelos procuradores do concelho às cortes reunidas em Évora em 1436, lista essa que menciona um barinel que, por sua iniciativa, os mercadores da nossa cidade mandaram à Grã-Bretanha «por trazer ingresses pera ajuda da deffensom da cidade e da terra».

O casamento do Mestre de Avis — que obteve a coroa e o reino sobretudo pelo voto dos concelhos e pela força das armas, que o génio militar de Nuno Álvares soube conduzir à vitória, — selaria indelévelmente a aliança anglo-portuguesa. E essa união do monarca português com Filipa, filha de João de Gand, Duque de Lencastre, foi de tão bom augúrio para os destinos de Portugal, que a ela devemos a posição que hoje desfrutamos no Mundo.

Por isso o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, que comemora eloquentemente o triunfo da causa nacional, é simultaneamente a expressão indelével de um vínculo que, assentando sobre uma forte base geográfica, é tão actual hoje como então.

De facto, a Inglaterra, que em 1415 nos auxiliou com alguns barcos na expedição a Ceuta, não foi estranha à união, de tão largo alcance político, celebrada entre a infanta D. Isabel de Portugal e o conde borgonhês Filipe, o Bom.

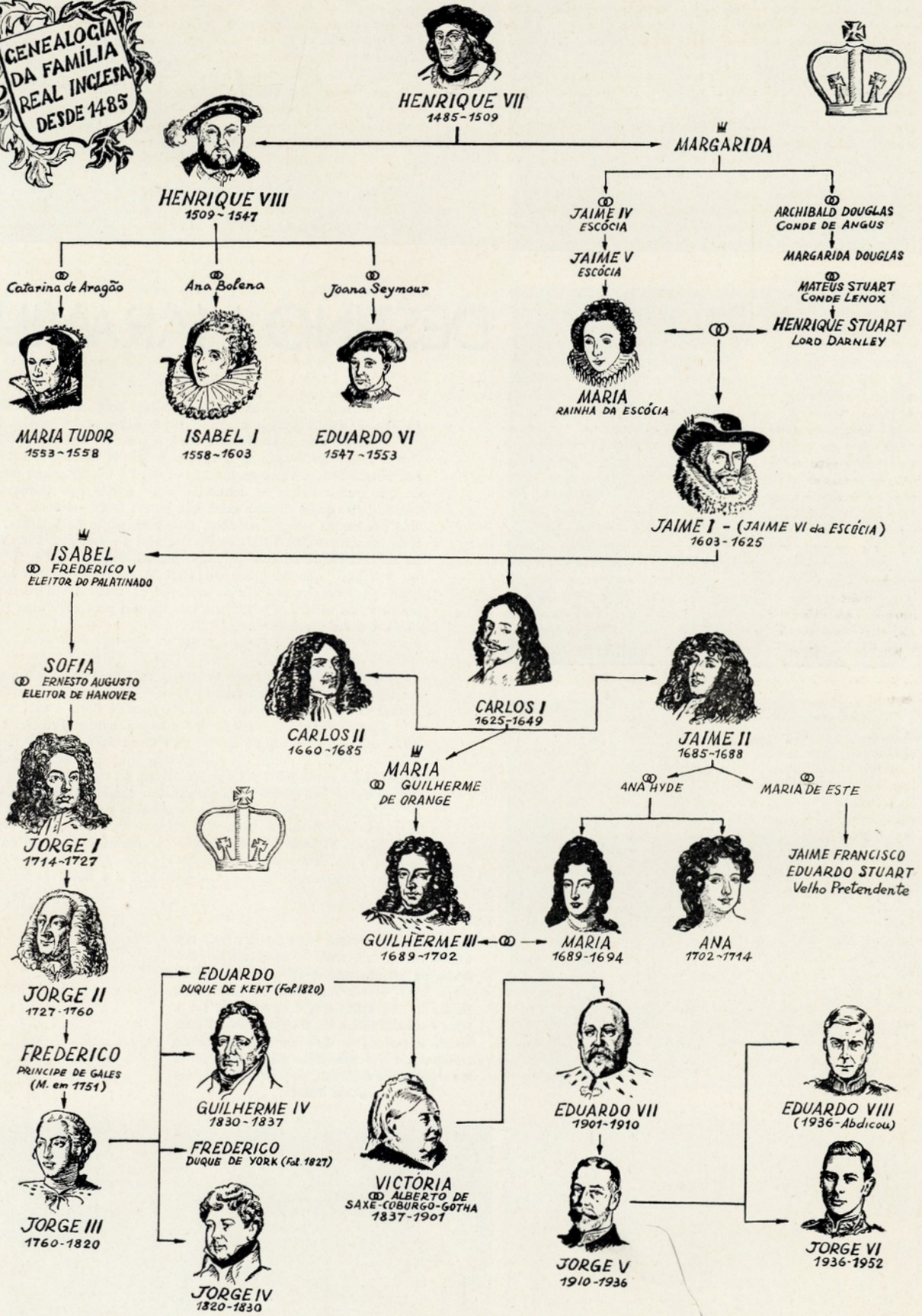
E mais tarde, quando D. João II passou a usar o título de Senhor da Guiné, o Rei Eduardo IV reconhece-o, bem como o monopólio mercantil que a Santa Sé sancionara.

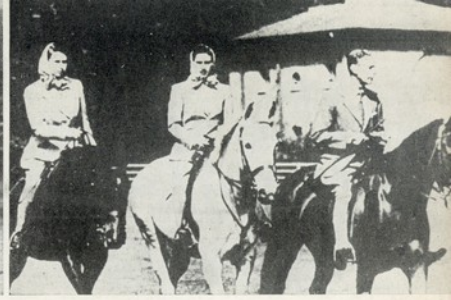
A diversidade cada vez maior entre os produtos ingleses e portugueses (devido à nossa expansão ultramarina) aumentou as possibilidades de permuta entre os dois países.

E assim, ao terminar a Idade-Média, relações mercantis cada vez mais frequentes e mais vultosas constituíram estímulo permanente para um estreitamento de relações políticas que, no entanto, a passagem do condado de Flandres para a órbita da Casa de Áustria, em 1526, e a reforma religiosa levada a cabo em Inglaterra não permitiram que atingisse então o desenvolvimento que o interesse nacional exigia.

TORQUATO DE SOUSA SOARES

GENEALOGIA DA FAMÍLIA REAL INGLESA DESDE 1485





DESTINO MARAVILHOSO DE UMA PRINCESA

MAS haverá Princesas que não tenham destino maravilhoso? Eis a pergunta que o título deste artigo poderá logicamente sugerir aos leitores e a que o autor, muito prontamente, deseja responder: sem que a realidade se tenha tornado anacronismo nos nossos dias, a ideia de uma Princesa, de um Príncipe, está mais do que nunca ligada ao maravilhoso — aquilo que transcende da vulgaridade, que é alguma coisa que parece lenda ou conto de fadas. Não predomina sempre na nossa doce recordação de infância, a história maravilhosa de Príncipes e Princesas? Porém, nem tudo é lenda ou a lenda estará na base de muita realidade.

Portugal, que há quase meio século cortou o fio tão luminoso como pode ser ténue de uma tradição de realza, vai receber com aquele cavalheirismo e dignidade que lhe são peculiares uma Princesa que o destino fez Rainha.

★

Estava na Quênia, nesse enorme e agitado território tão profundo em tipos étnicos como em fauna e flora — quando recebeu a dolorosa notícia de que Seu Augusto Pai tinha passado desta vida.

A Princesa Isabel sorria, como compete a uma Princesa na presença dos seus subditos, ao receber as «boas noites» dos seus familiares e dessa pequena corte «de campanha» que a acompanhavam no Safari. Mas a sua noite foi agitada. Eram as emoções desse primeiro dia de mata, em plena selva africana, o cansaço de um dia pesado de obrigações sociais, nesse palco permanente que as Princesas pisam, seja o cenário feito do azul, oiro e carmesim dos palácios reais, ou do aral, do amarelo e do verde que predominam nas cores da paisagem africana. Era sobretudo a crescente preocupação que lhe causava o grave padecimento de seu tão querido Pai e Soberano.

DA DIREITA PARA A ESQUERDA, DE CIMA PARA BAIXO: — A primeira fotografia da Rainha Isabel II — No jubileu de Jorge V — Numa festa infantil em Eleck House — Na visita que com os Pais fez à Real Escola Náutica de Dartmouth — Escrivendo a mensagem que um pombo correio transportará — Em Maio de 1945, com a Rainha Mary e Churchill, na janela do Buckingham Palace.

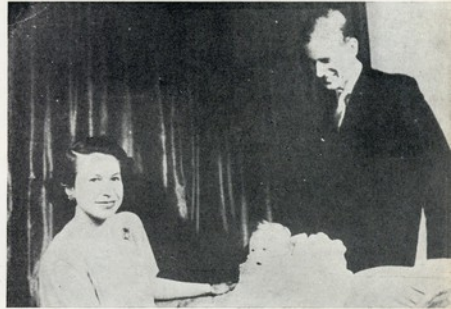
Quando Ele morresse seria Ela a Rainha... e perderia nesse momento o que lhe restava de independência e liberdade.

Com a morte cruel (o seu coração de filha adivinhava-o) que lhe ia em breve roubar o Pai carinhoso, a Princesa Isabel entraria logo no cumprimento de uma pena rigorosa de «prisão» para a vida látrina.

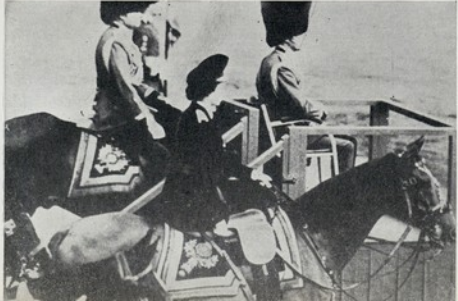
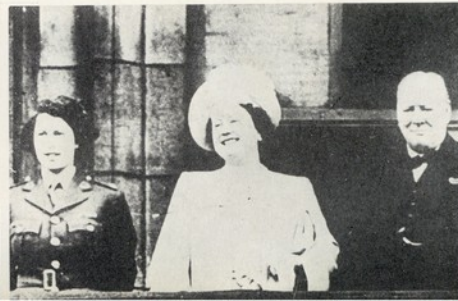
No «Sagana Lodge», — típica casa de campo construída na famosa Reserva de Caça de Nyeri — oferta de novado do povo do Quênia à Princesa Isabel, as luzes apagaram-se cedo, mas ninguém reposou nessa noite de presságios. Uma guarda discreta pisava de leve as folhas mortas que atapetavam o acampamento, sem gritos de alerta para não perturbar o sono da realza. A noite da selva porém, foi como todas as noites africanas — sob uma abóboda negra onde as estrelas brilham numa promessa de eternidade, o drama cruel da luta ingente da natureza viva... porque a ânsia de sobreviver a mais uma noite é, afinal, o maior drama da selva africana, em que as feras, as árvores, os vermes e os mansos rebanhos pacíficos, aguardam com voluptuosa esperança o longo beijo do sol tropical.

Logo que a noite cai, breve como uma luz que se apaga num momento decisivo, começa a sinfonia heróica, num conjunto de sons e ruídos que são gritos de amor, de ameaça, de dor, de vitória e de derrota.

Os leões rondaram de perto o acampamento gritando alto a sua impoência e a sua realza. Píaram as corujas de mau presságio e uma hiena vagabunda chorou toda a noite as mágoas do seu destino miserável. Mais ao longe, nas sombras da selva, sem ruído nem suspeitas, Kikayus e Layos, maquiavêlamente, conspiravam na formação das setitas terríveis que, pouco depois, lançariam o movimento Mau-Mau.



DA ESQUERDA PARA A DIREITA, DE CIMA PARA BAIXO: — Numa festa em Windsor — Passando a cavalo, com Jorge VI e a Princesa Margarida, sua irmã — O casamento com o Duque de Edimburgo, em Novembro de 1947 — O primeiro retrato depois do nascimento do Príncipe Carlos — Isabel e o Príncipe Carlos — Numa cerimônia militar em 1949.



Quando às 7 horas da manhã do dia seguinte, terminado o pesadelo da noite africana, sob um céu pesado de luto e ameaçando tempestades cruentas, a Princesa Isabel recebeu um mensageiro que, curvado e triste, lhe entregou uma mensagem urgente vinda directamente de Buckingham Palace, nem necessitou de a ler.

Lívica mas hirta como uma estátua, a nova Rainha de Inglaterra deu com voz serena a sua primeira ordem de Soberana: «Partimos imediatamente para Londres».

A seu lado, comovido, mas firme como um granadeiro em parada, o Duque de Edimburgo, seu marido e pai do futuro Rei Carlos de Inglaterra, compreendeu que também para ele, nesse momento dolo-



ISABEL II DIAS APÓS O NASCIMENTO DA PRINCESA ANA

roso marcado pelo destino dos Príncipes, a vida tinha sofrido uma profunda transformação. Sua mulher, que ele amara como a mais doce das Princesas e esposas, era, agora, a sua Soberana e Senhora.

★

Recebeu o nome de Isabel Alexandra Maria, na Capela do Palácio de Buckingham, a primeira filha dos Duques de York. Ao nascer em Londres num lindo dia de Primavera (21 de Abril de 1926) em que o sol brilhou de bom augúrio na capital do Império que habitual-



ISABEL II, QUANDO AINDA PRINCESA, ASSISTE NOS ESTADOS-UNIDOS A UM «RODEO»

mente se envolve de nevoeiros, logo no livro de ouro da Real Família de Windsor se inscrevia o seu nome na escala dos herdeiros presuntivos da Coroa, com o 4.º grau na ordem de sucessão. Entre a Princesa Isabel e o Trono da Grã-Bretanha, a distância, sendo aparentemente curta, não era de esperar que a percorresse. Para além de todas as eventualidades da vida humana, a loira princesinha teria de contar desde logo, na lógica do seu destino real, com a herança do Trono para seu tio, o Príncipe de Gales e seus descendentes e, depois, a possibilidade de no lar feliz de seus pais, se verificar o nascimento de mais um filho que fosse varão.

Deus, porém, mandou-lhe uma irmã quando ela contava quatro anos de idade e o destino não quis que mais filhos viessem alegrar aquela família exemplar.

Em 10 de Dezembro de 1936 o rude golpe que a História de Inglaterra regista de «Crise da Coroa» que levou seu Tio Eduardo à abdicação, «renunciando para não embarçar a Monarquia», veio colocar a Princesa Isabel, num breve salto afinal, no Primeiro Grau da sucessão. Contava apenas 10 anos e oito meses e se até ali os cuidados da sua educação tinham sido imensos, tornaram-se ainda mais rigorosos. Breve começou esta adorável menina de tão tenra idade a sofrer as obrigações que o seu futuro de Rainha lhe haviam de impor.

Na residência de seus Pais, em Picadilly, para onde fora habitar pouco depois do seu nascimento; em White Lodge, no Park de Richmond e nas residências de campo dos Duques de York e de Sua Austera Avó a Rainha Maria de Teck, — que segundo alguns cronistas «sempre a olhou com especial ternura e esperança e para Isabel tinha manifestações de carinho como só tivera para o seu malogrado primogénito Eduardo» — a futura Rainha viveu os seus mais despreocupados dias de criança. Foi muito acertada a escolha da sua governanta feita pelo Avô materno, o Conde de Strathmore e Kinghorn. Miss Marion Crowford (hoje a Senhora George Buthlay) era formada em Letras pela Universidade de Edimburgo, e aliava à sua grande cultura uma austeridade verdadeiramente escocesa. Aos 11 anos a Princesa Isabel, já 1.ª herdeira presuntiva do Trono, estudava Direito Constitucional e Internacional sob a orientação do grande Mestre de Direito que foi o Reitor do Colégio de Eton, Sir Henry Marten, a cujo conselho muitos governantes ingleses recorreram nos últimos 40 anos.

Muito aplicada aos estudos e dotada de uma memória excepcional, a Princesa Isabel foi o orgulho dos seus mestres.

A sua vida já era então pautada por horários rigorosamente cumpridos, mesmo nos recreios, nas férias e nos desportos. O estudo da História e da Geografia e a equitação foram da sua predilecção. O mar e as longas viagens atraíam-na desde muito jovem. Sempre que lho permitiam, queria ouvir de viva voz, os relatos das grandes aventuras marítimas, das tempestades, de heróicas batalhas — e algumas vezes ouviu-os da boca de velhos marinheiros da gloriosa Armada Britânica.

O povo britânico ainda não refeito do choque da abdicação de Eduardo VIII a quem se habituara a amar e respeitar como futuro Soberano, aceitara como vontade de Deus o sucessor Jorge VI, mas punha também já na Princesa Isabel «que nascera com um cabelo que tinha eflúvios da luz do sol e uns olhos que sorriam num azul celestial», como escreveu Margaret Saville, a esperança de uma gloriosa continuidade monárquica.

★

O povo inglês, guarda as melhores recordações das cinco Rainhas que, na sua longa História, empunharam o ceptro e foram coroadas.

A primeira foi a Rainha Maria que, naquele período ainda confuso em que se disputavam Impérios temporais no Continente Europeu e se intensificavam lutas no domínio do Império espiritual-religioso, soube desviar as tendências «continentais» da política inglesa, abrindo-lhe horizontes para os novos Mundos que os Portugueses iam desvendando nas suas audaciosas navegações.

Tal como Filipe II de Espanha, com quem se casou, esta Rainha inglesa foi uma fervorosa Católica e será essa uma das razões da grande controvérsia que o seu reinado — curto reinado de cinco anos — volvidos mais de cinco séculos, ainda provoca em alguns historiadores ingleses.

Por falta de descendência directa sucedeu-lhe no trono uma outra Rainha — Isabel I, que susteve a Coroa e empunhou o ceptro com mão firme durante não menos de 44 anos. Novos horizontes se tinham aberto para o Mundo e a Inglaterra soube aproveitá-los.

Isabel I não cometeu o erro, que poderia ter sido fatal, de tentar recuperar o domínio no Continente Europeu. País insular e atlântico, o mar imenso era para a Inglaterra o seu destino natural, como o fora para os seus aliados portugueses. Estremeciam também já os alicerces do grande Império Espanhol para além dos Pirenéus. Sobre





O Príncipe Carlos

este frutuoso reinado e seus êxitos que levaram à criação do Império Britânico, não são controversos os historiadores ingleses.

A terceira Soberana de Inglaterra foi a Rainha Ana, e o seu reinado de 12 anos, trouxe a união com o da Escócia pondo termo a séculos de discórdia e estabelecendo uma unidade que muito concorreu para a prosperidade dos dois povos insulares até aos nossos dias.

Pouco mais de um século volvido, outra Soberana veio empunhar o ceptro inglês: a Rainha Vitória. «Parece ter trazido um sopro de Primavera para o velho reino» — escreveram cronistas da época. Tinha apenas 18 anos e era uma linda rapariga quando em 1838 a coroaram em Westminster e contava 83 quando morreu, deixando uma saudade profunda em todo o seu povo «que muito a amava, muito a respeitava... e alguma coisa a temia também» — como disse «Sir» George Bellew.

O reinado glorioso da Rainha Vitória é já dos nossos dias. A Era Vitoriana é, no Mundo hodierno, um fim e um início. O Mundo evoluiu e prosperou sobretudo o Império Britânico, durante aquele reinado de 64 anos. Vitória porém, viveu sempre e pensou sempre como naquele dia brumoso de 28 de Junho de 1838 em que «trazendo consigo um sopro de Primavera», foi solenemente coroada em Londres.

O povo inglês recorda com veneração as cinco Rainhas da sua longa História e põe na actual Soberana a mesma fé, o mesmo respeito, a mesma dedicação que ofereceu àquelas, que com o seu prestígio, o seu exemplo e o seu amor, acrescentaram páginas de glória à sua Pátria e ao Mundo.

★

Quando a Princesa Isabel herdou as pesadas responsabilidades da Coroa e do Trono de Inglaterra, com o título de Isabel II, por Graça de Deus do Reino da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte e dos seus outros Reinos e Territórios Rainha, Cabeça da Comunidade das Nações e Defensora da Fé, jovem como era — e é ainda — já em seu espírito acumulava muitas e impressionantes recordações.

Isabel II de Inglaterra pertence a uma das gerações de Sacrifício, da época moderna. Quando nasceu, já não muito restava da gloriosa Época Vitoriana. Apesar do disfarce delicado da Vida da Corte, a sua curiosidade infantil deve ter notado as preocupações profundas que asoberbaram seu Avô Jorge V, naqueles anos difíceis que mediavam entre uma guerra ganha... e perdida, e outra que se avizinhava sem possibilidades de evitar. Adivinhou, mesmo que as não tivesse visto, as lágrimas de dor cruciante que brotaram dos olhos de sua tão querida Avó, a Rainha Maria, impotente, com toda a sua autoridade de Mãe e Soberana, para vencer o destino que deu a primazia ao amor romântico do seu primogénito e com tal violência que o levou a sacrificar o dever real a uma paixão puramente humana...

Com 13 anos apenas, o seu coração juvenil deve ter sofrido a primeira grande angústia quando numa hora de heróico desalento, seu Pai, forçado pelas realidades brutais da política internacional, comovidamente teve de anunciar ao seu povo que a Nação estava em guerra com a Alemanha, na defesa sagrada dos direitos da liberdade das Nações de que a Grã-Bretanha, nas suas altas responsabilidades mundiais, ainda tinha de ser garante.

Assistiu aos horrores dos Blitz «nazis» — e mesmo que lho quisessem ocultar (como se fazia com todas as crianças inglesas) ela sabia que a cada despertar de um novo dia, depois de mais uma noite heróicamente sofrida sob uma chuva de ferro e fogo, se contariam muitas mais viúvas, muitos mais órfãos, muitas mais mães chorando irremediavelmente a morte dos filhos perdidos, apesar de inocentes de toda e qualquer culpa. E para uma verdadeira Princesa, todos os súbditos da Coroa são parentes da Real Família.

Mas, para cada dor sofrida resignadamente, Deus reserva sempre uma hora de compensadora alegria. Isabel II, deve hoje recordar sobretudo aquelas horas que foram tão gratas ao seu coração juvenil. Aquele dia em 1931, em que envergou um lindo vestido de seda branca, sob um casaquinho de arminho, para ser «dama de honor» no casamento de «Lady» May Cambridge; aquele outro dia, em 1936, em que os Avós, Jorge V e Rainha Maria, ao receberem a saudação reconhecida dos seus súbditos quando festejavam o Jubileu, na varanda do Palácio de Buckingham a colocaram entre si e a ofereceram às aclamações entusiásticas do povo, — como que adivinhando o futuro que o Destino reservava àquela jovem Princesa; a primeira grande viagem realizada com seus Pais pela União Sul-Africana e aquele episódio que a celebrizou, quando ofereceu os sapatos à sua Mãe, Rainha Isabel, (que tinha os seus muito apertados) e, descalça, prosseguiu na visita às ásperas e históricas colinas de Matopos; e aqueles dias, de curiosidade infanda, em que ouvia discretamente falar «dum primo, muito distinto oficial da Marinha Real, sobrinho do prestigioso e ilustre «Lord» Mountbatten» que um dia veio a conhecer numa recepção em Windsor... e logo amou.

O seu casamento foi uma festa linda, em que folgou o povo bri-

tânico, espalhado pelas cinco partidas do Mundo, mas muito especialmente a boa população de Londres que, para a ver passar e saudar nesse dia feliz, esteve longas horas de pé, alinhada pelas ruas do cortejo, oferecendo gostosamente esse sacrificio como o melhor presente de noivado de uma Princesa — o amor e a fidelidade do seu povo.

★

Quis o destino que o autor desta breve crónica, tivesse sido testemunha de muitos passos da vida maravilhosa da Princesa que hoje é Rainha.



**ISABEL II E O DUQUE DE EDIMBURGO
COM OS GUARDAS DA REAL POLICIA
MONTADA QUE OS ESCOLTARAM NA
VISITA AO CANADA**

Vimo-la pela primeira vez, no Jubileu de Jorge V na varanda do Palácio de Buckingham, com um chapelinho de feltro branco, risonha e contente, esboçando os primeiros acenos amigos, de Princesa agradecida, a uma multidão que vitoriava seus Avós no dia do Jubileu de reinado; vimo-la no mesmo local, pouco tempo volvido, no dia 12 de Maio de 1937, já suportando o peso de uma Coroa feita de ouro e cravejada de pedras preciosas, mais segura do seu papel de herdeira do Trono, junto a seus Pais, no dia da Coroação de Jorge VI.



**A PRIMEIRA VISITA AOS DOMINIOS
COMO SOBERANA DE INGLATERRA.
A CHEGADA AO QUÊNIA EM FEVEREIRO DE 1952**

Mas vimos e observámos sempre e sobretudo o bom povo inglês, através de longos e perturbados anos, em que foi votado a algumas das mais duras provas que as nações têm sofrido. Recordarei dois momentos simbólicos: o do dia da Coroação de Jorge VI e o do dia em que aquele tão amado Soberano faleceu.

Londres vestira as habituais galas para festejar a sagração do Novo Rei, e nem a chuva dessa Primavera agreste, diminuíra a curiosidade e a multidão de milhões de súbditos — insulares e vindos de todas as partes do Mundo.

Jorge VI, porém, herdara o trono em resultado de um evento infeliz na vida da Família Real que, particularmente desde o reinado da Rainha Vitória, se tornara de uma austeridade exemplar. O facto havia ferido em profundidade o coração dos súbditos. Os londrinos, sempre mais próximos da Real Família, sofreram mais que ninguém esse acontecimento inesperado da abdicação de um Príncipe tão amado, como era Eduardo VIII.

Sem suspeitas nem frieza, mas sem grandes entusiasmos, o pessoalíssimo *cockney* (o alfacinha de Londres) seguiu atento os primeiros passos do novo Soberano até ao dia da sua Coroação e Sagração como Chefe da Igreja Anglicana. Jorge VI não era tão popular e conhecido com seu irmão mais velho, a quem o povo queria como a um amigo íntimo. Mas, Eduardo VIII abandonara-o! Nessa noite, porém, quando cansados de um dia de emoções, os londrinos se reuniram nos seus elegantes clubes, e os mais modestos — os *cockneys* — nos seus «public houses» habituais — para saborearem uma cerveja ou um gin e para, entre os seus companheiros de todos os dias ouvirem a primeira mensagem Real, fizeram-no com evidente respeito e expectativa. Enquanto nos alto-falantes vibrou, compassada e calma, a voz do novo Soberano, o silêncio era profundo e a comoção dominava as almas.

Foram simples e sinceras as palavras que Jorge VI dirigiu aos ingleses nessa hora solene, em que lhes agradeceu as manifestações e presença no dia da Coroação e lhes disse que Ele e sua Família seriam dignos das suas Reais tradições e do seu Leal Povo.

Calaram-se os alto-falantes mas, nesse «pub» em que eu estava, entre homens de muitas classes sociais, o silêncio — um longo silêncio que permitia ouvir os corações bater no peito, — prolongou-se por muitos segundos. Então, num murmúrio que nasceu como uma prece

de alma e se foi avolumando até ressoar como um hino cantado em coro, ouvi uma voz e muitas vozes, como uma única, repetirem esta frase singela que vale para os bons ingleses como um juramento sagrado de dedicação e fidelidade: *God Save the King... God Save the King.*

Foi para nós tão solene este momento como aqueloutro, horas antes, em que havíamos visto coroar Jorge VI. Era a consagração do Rei, feita espontaneamente pelo homem da rua, pelo povo fiel, e a sua final e decisiva aprovação.

Anos mais tarde — de quantos mais acontecimentos fomos testemunha e como o tempo passa veloz, Santo Deus! — no Quénia, assistimos à partida da Rainha Isabel para Londres. Acabara de receber a dolorosa notícia da morte de seu Pai.

Uma multidão silenciosa e de negro, assistia a esse acto, com recolhida emoção. Isabel II, estava serena, mas nessa ocasião não sorria. A guarda de honra manteve as suas armas em posição de luto. Ia cair a noite. O céu estava cinzento e no horizonte acumulavam-se tempestades que aconselhavam a nova Rainha a adiar a partida. Isabel, porém, insistira.

A dor que todos sofriam pela morte do Soberano juntava-se o receio de uma maior fatalidade — os perigos de uma viagem por entre as tremendas tempestades que se desprendem com destruidora ferocidade, dos cumes do Monte Quénia.

Porém, o avião real, levando nas suas asas brancas e frágeis o destino maravilhoso de uma Princesa, subiu com elegância e breve desapareceu por entre as nuvens. A multidão quedara-se imóvel, comovida, incapaz de proferir uma palavra. Então — tal como naquele «public house» de Londres há mais de quinze anos, — ouvimos como um murmúrio que nascesse numa prece de alma e depois se fizesse coral de vozes, com inabalável convicção e amor sinceros, esta tão simples e grata afirmação para os ingleses: *God Save the Queen! Long live the Queen!*

Pois também me é muito grato terminar este punhado de recordações, desejando com muita simpatia e respeito:

Que Deus salve a Rainha Isabel e a traga a Portugal numa hora de alegria e de boa amizade luso-britânica.

LUÍS C. LUPI



A Princesa Ana



DOCUMENTÁRIO

de um grande acontecimento
na ALIANÇA ANGLO-PORTUGUESA



PRIMEIROS PASSOS EM TERRA PORTUGUESA

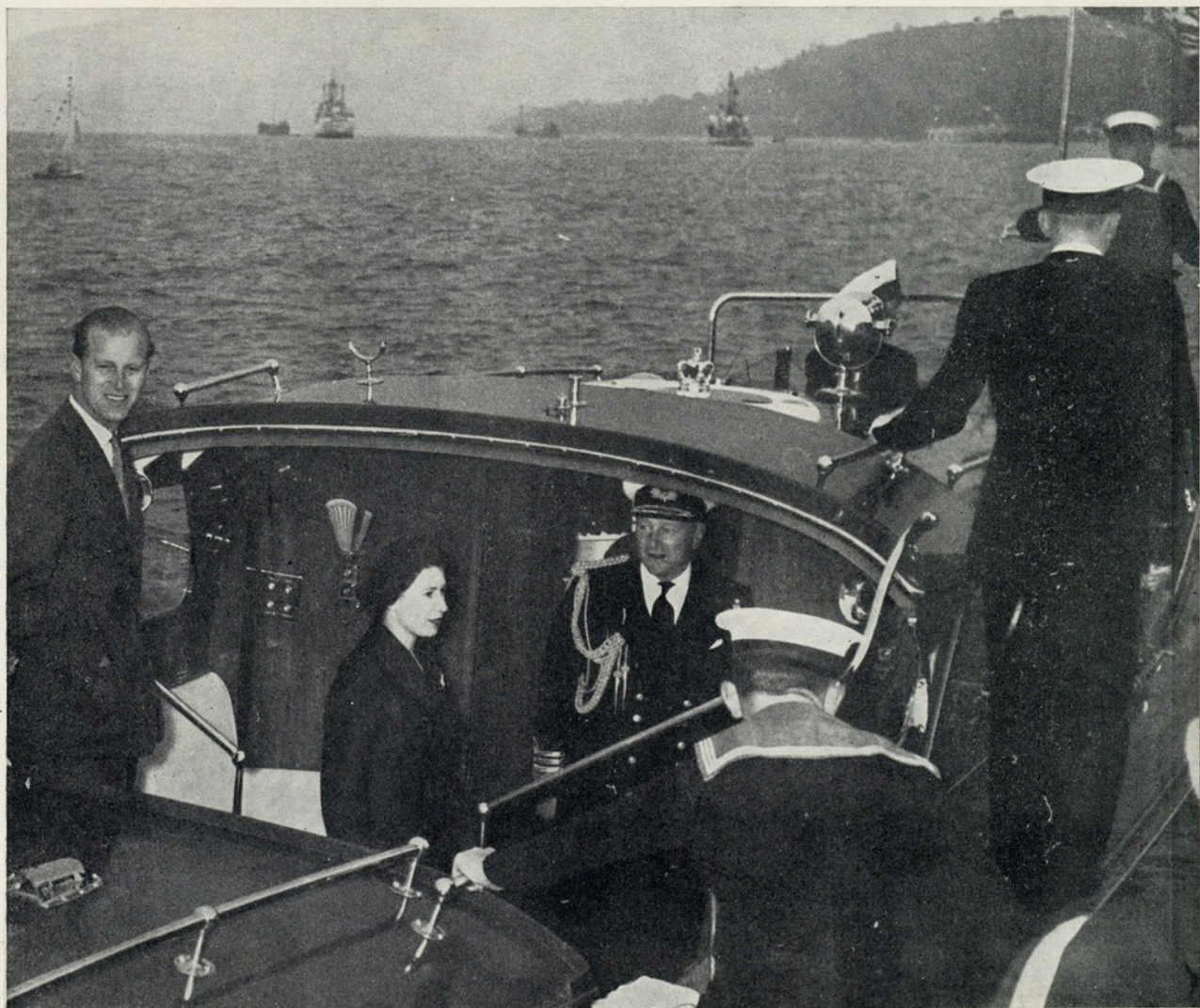
Sua Majestade a Rainha Isabel II de Inglaterra, acompanhada por Sua Alteza Real o Duque de Edimburgo, afasta-se do avião que de Londres a conduziu à Base Aérea do Montijo. Estão a seu lado o Ministro dos Negócios Estrangeiros, prof. Paulo Cunha, e o Embaixador de Portugal em Londres, dr. Pedro Teotónio Pereira.



Ao pisar pela primeira vez a terra portuguesa, S. M. a Rainha Isabel II, ao lado de S. A. R. o Duque de Edimburgo, recebe as boas-vindas que em nome do nosso Governo lhe apresentou o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Ainda na Base Aérea do Montijo — S. M. a Rainha Isabel tem uma breve mas animada conversa com os srs. prof. Paulo Cunha e dr. Pedro Teotónio Pereira.





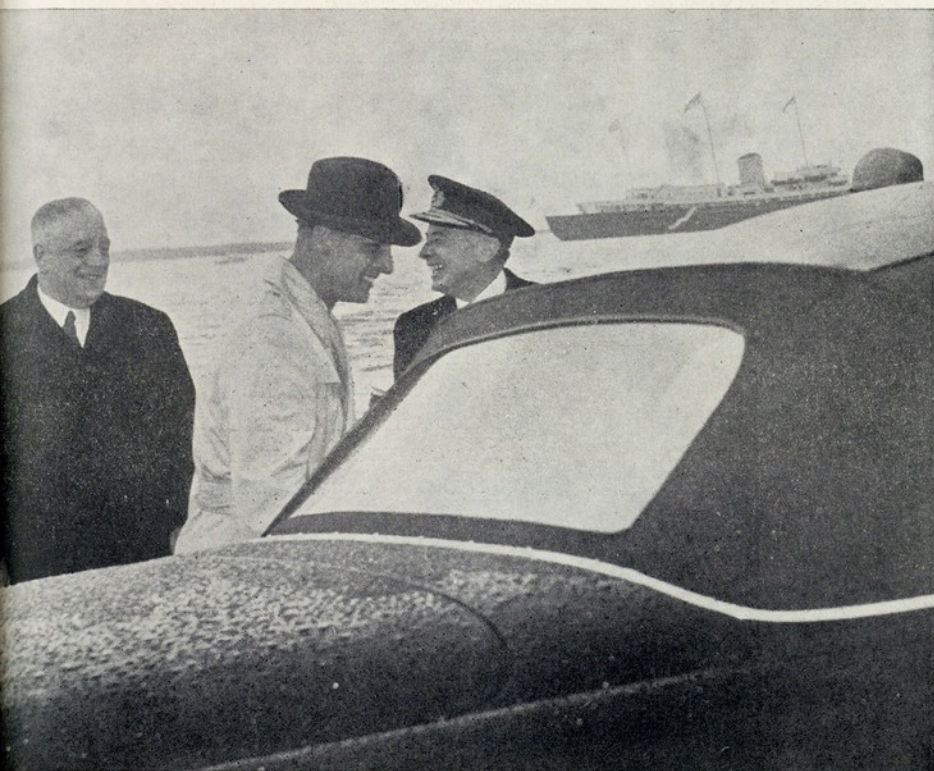
S. M. a Rainha Isabel e S. A. R. o Duque de Edimburgo na vedeta que vai conduzi-los a bordo do «Britannia», fundeado ao largo do porto de Setúbal.

No momento da largada para bordo do «Britannia» S. M. a Rainha Isabel sorri às aclamações entusiásticas da multidão que se aglomerava no cais de embarque.





A vedeta real começa a navegar para o «Britannia» e a multidão vitoria entusiàsticamente os Soberanos ingleses, que agradecem acenando para terra.



Quando S. A. R. o Duque de Edimburgo desembarcou de bordo do «Britannia», em Setúbal, chovia copiosamente, como se apercebe nesta imagem.

No dia seguinte à sua chegada a Setúbal, S. M. a Rainha Isabel saiu do «Britannia» para dar um passeio pelos sítios mais formosos da região. A satisfação da Rainha é bem patente



nestas duas fotografias que representam: uma, o desembarque em Setúbal, protegida dos chuviscos pelo guarda-chuva de um funcionário do protocolo; a outra, o regresso ao iate real.

VISITA REAL EM LISBOA

A Mui Graciosa Soberana Isabel II, Rainha da Grã-Bretanha, trazendo na sua luminosa mocidade símbolos e valores da mais antiga aliança entre dois povos, entra hoje oficialmente no átrio do lar português. Ai lhe será dito, ao costume do seu país: «Deus salve a Rainha!». E, ao jeito português, se acrescentará — como quem abre na amizade as portas do coração e, na dignidade, a cristalina vida das nossas casas — Bem-vinda seja!

Bem-vinda seja a alta e nobilíssima representante daquele povo e daqueles Reis com quem Portugal viveu, nos acidentes da vida e da História, ao longo de largos séculos; horas decisivas para ambas as nações, momentos influentes no curso e nos destinos de uma civilização. Os homens e os povos sempre iluminam de esperanças as horas sombrias. Portugal e a Grã-Bretanha, solidários e amigos, revivem e reacendem agora — uma vez mais com oportunidade e razão — o espírito universal da velha aliança no seu conteúdo de actos e de valores, no sentido irradiante da cultura e da ilustração da Mãe Europa pelos dois povos, ocidentais e marinheiros, levadas à longa roda do Mundo civilizado.

No domínio dos grandes símbolos e no plano das claras realidades Sua Majestade a Rainha Isabel II da Grã-Bretanha traz a Portugal aqueles mesmos designios e intenções que Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa levou a Inglaterra em Outubro de 1955: amizade leal e franca entre dois povos, comunidade de interesses e de destinos entre duas nações, vitalidade dos laços em que por secular aliança se uniram, consciência comum dos riscos e das esperanças que ameaçam ou animam os tempos presentes e perante os quais Portugal e a Grã-Bretanha têm a coragem e o orgulho das suas responsabilidades.

Bem-vinda seja pois a Portugal a Graciosa e Nobre Soberana da Grã-Bretanha!

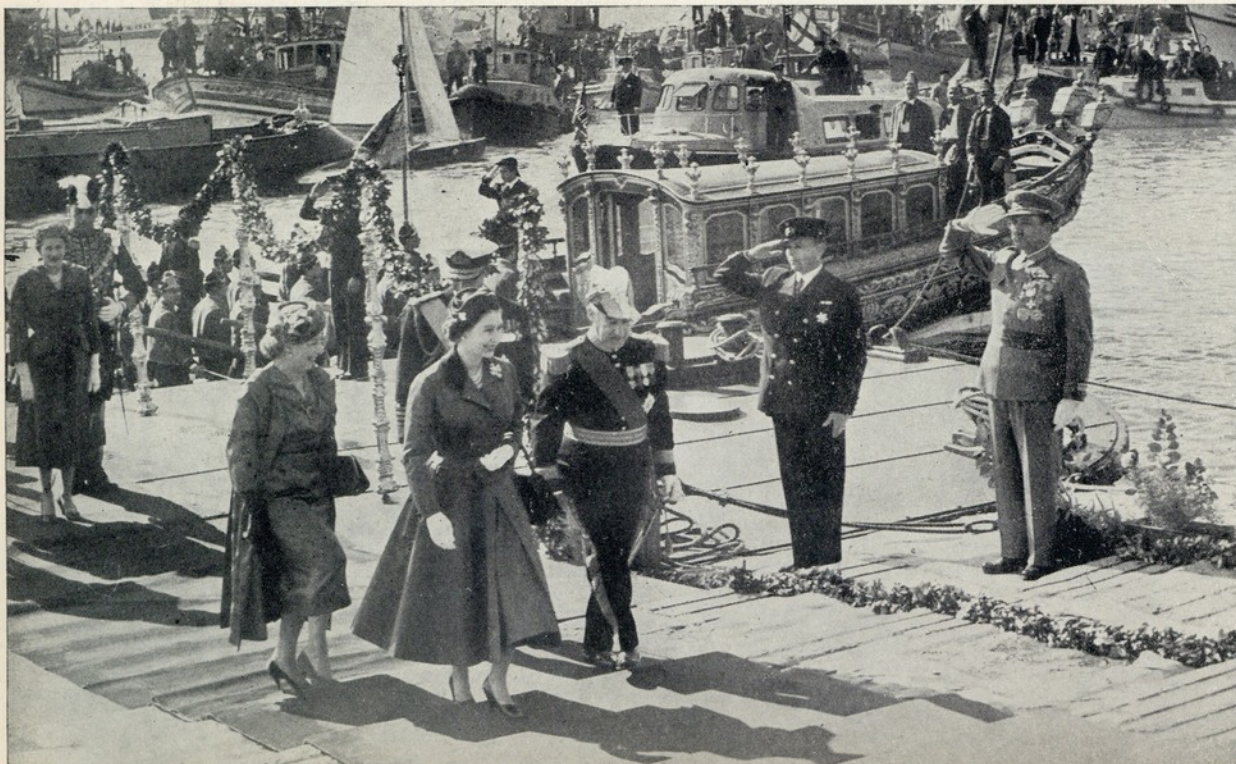
(Do «Diário da Manhã» do dia 18 de Fevereiro de 1957)





Com os Soberanos ingleses a bordo, o bergantim real aproxima-se do Terreiro do Paço.

Ao lado do Senhor General Craveiro Lopes, Presidente da República, Sua Magestade a Rainha Isabel II de Inglaterra, seguida por Sua Alteza Real o Duque de Edimburgo e pela Esposa do Chefe do Estado, sobe a escadaria do Cais das Colunas.





Irradiante de simpatia e graciosidade S. M. a Rainha Isabel II encaminha-se para o Terreiro do Paço.



Na tribuna real do Terreiro do Paço S. M. a Rainha, S. A. R. o Duque de Edimburgo, o Chefe do Estado, o Presidente do Conselho, Selwyn Lloyd, Chefe do «Foreign Office» e o Ministro português dos Negócios Estrangeiros assistem ao imponente desfile das tropas que haviam estado em parada.



Já na carruagem real, S. M. a Rainha Isabel II agradece as primeiras aclamações do povo de Lisboa.

Na Rua Augusta, onde o entusiasmo popular atingiu proporções triunfais, o coche real seguia quase colado com a multidão.



No Rossio um mar de gente esperava a passagem da graciosa Soberana de Inglaterra.

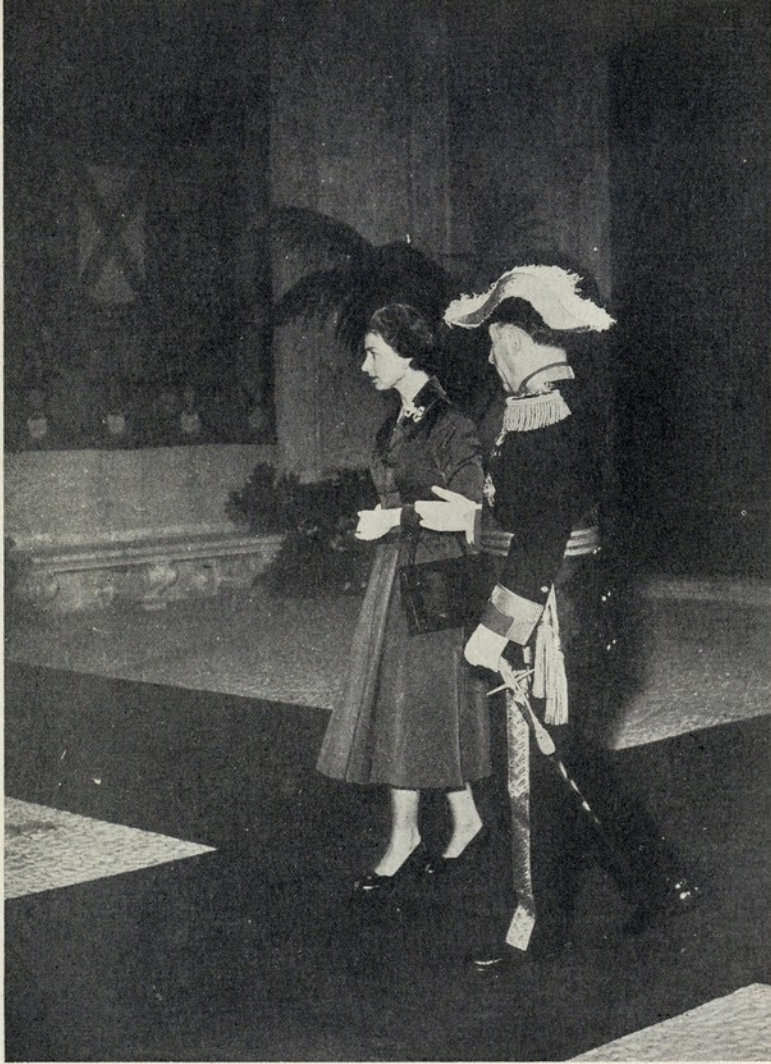


Um outro aspecto do desfile do majestoso cortejo real.

S. M. a Rainha Isabel e
S. A. R. o Duque de Edim-
burgo apreciando do alto
do Parque Eduardo VII o
panorama da capital por-
tuguesa.



S. A. R. o Duque de Edim-
burgo agradece as aclama-
ções que a população a
todo o momento lhe dispen-
sava também.



O Senhor General Craiveiro Lopes, Presidente da República, conduz S. M. a Rainha à entrada do Palácio de Queluz.

S. M. a Rainha apeando-se à porta do Palácio Nacional de Queluz.



Solicitados pelas aclamações do povo, os Soberanos ingleses aparecem à janela do Palácio para agradecer a entusiástica manifestação.



S. M. a Rainha e S. A. R. o Duque de Edimburgo na recepção que em Queluz ofereceram às crianças da colónia inglesa de Lisboa.



S. A. R. o Duque de Edimburgo conversando, em Queluz, com alguns dos mais jovens súbditos da Grã-Bretanha.

A sala de jantar do Palácio da Ajuda oferecia este magnífico aspecto durante o banquete que em honra dos Soberanos ingleses ali foi servido.



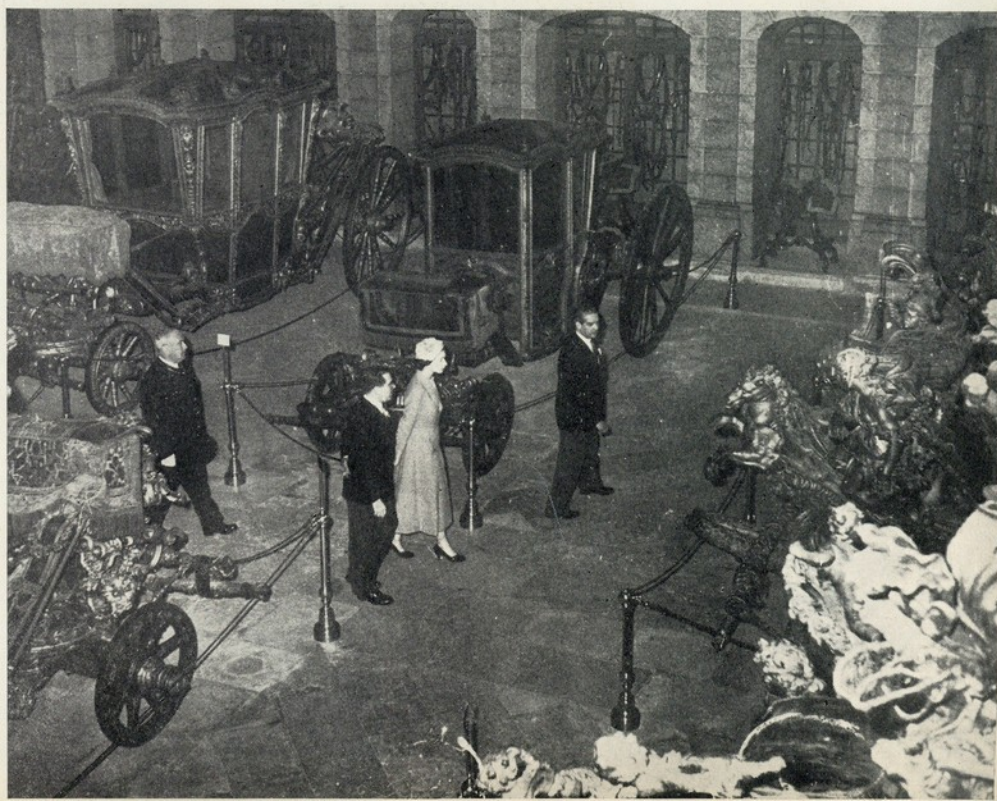


Ao lado do Senhor Presidente da República S. M. a Rainha Isabel II atravessa os salões do Palácio da Ajuda na noite do grande banquete de gala.



S. M. a Rainha Isabel com a Senhora Duquesa de Palmela.

Durante a visita de S. M. a Rainha Isabel ao Museu Nacional dos Coches.





S. M. a Rainha Isabel II observando o formoso «claustró principal» do Mosteiro dos Jerónimos.

Na visita ao Bairro do Restelo o automóvel que conduzia S. M. a Rainha seguiu sempre por entre compacta multidão que não cessava de aclamar a Soberana de Inglaterra.



S. A. R. o Duque de Edimburgo a bordo da fragata «D. Fernando» com os educandos da notável obra social instalada naquele velho navio.



A bordo da fragata «D. Fernando» a S. A. R. o Duque de Edimburgo foi oferecida pelo sr. comandante Henrique Tenreiro uma interessante recordação da sua visita.

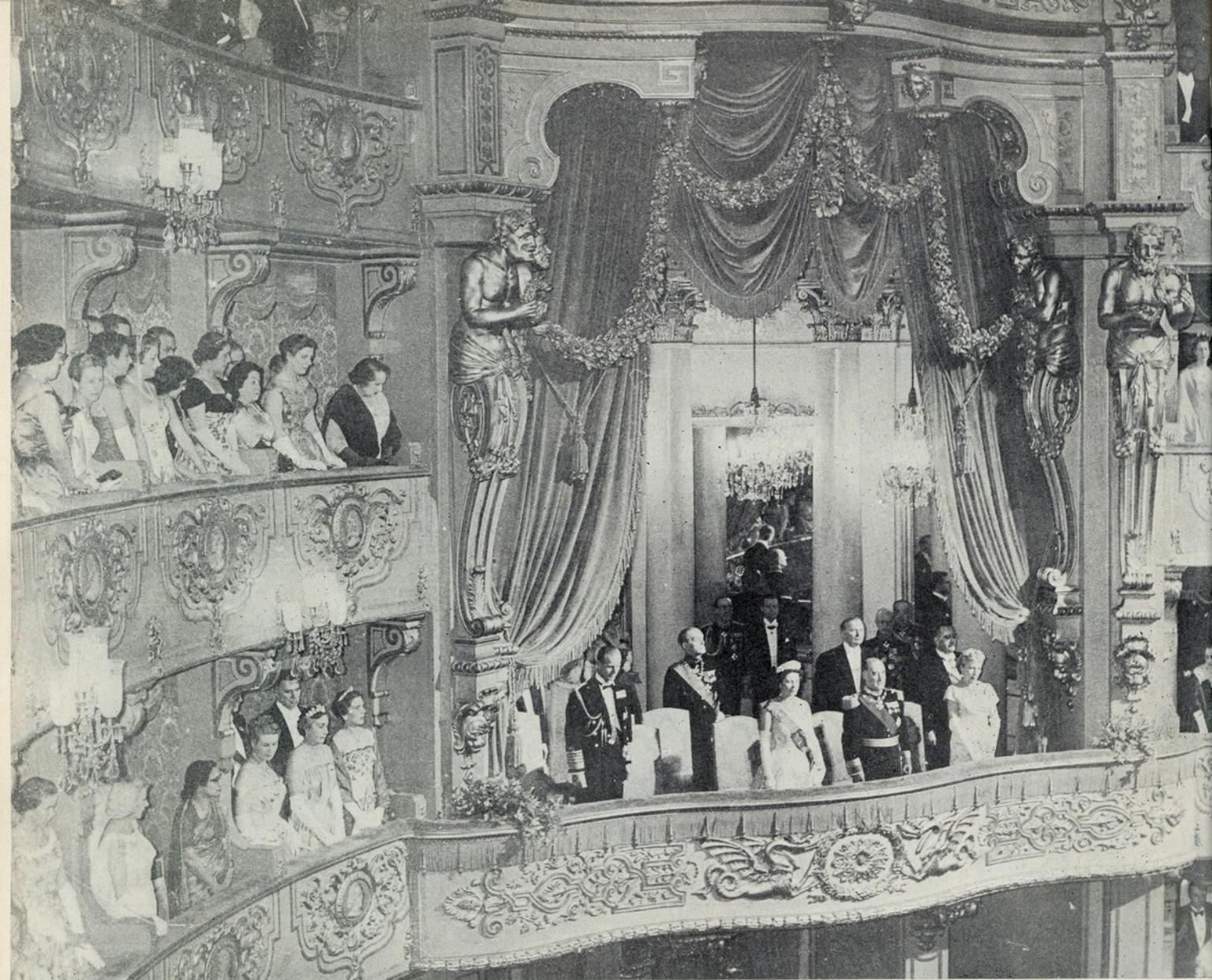


A' porta do edificio dos Paços do Concelho, aparatosamente engalanado, S. M. a Rainha Isabel II recebe os primeiros cumprimentos do presidente do Municipio.

S. M. a Rainha Isabel II
na escadaria nobre dos Pa-
ços do Concelho.



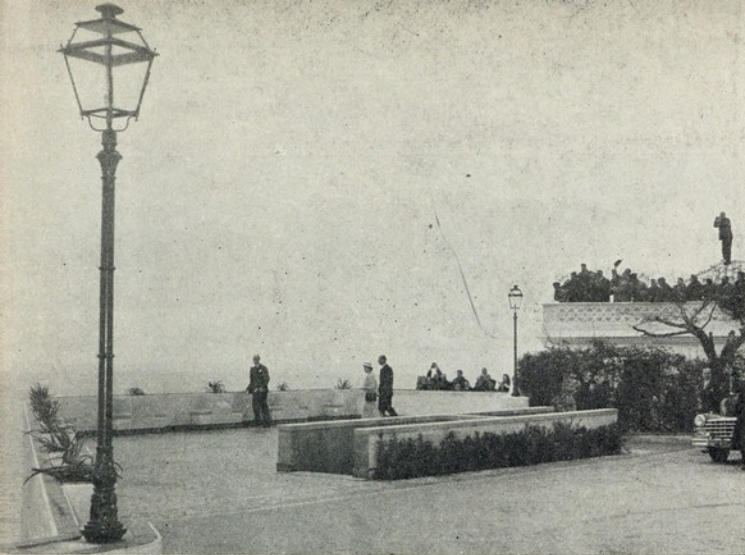
S. A. R. o Duque de Edim-
burgo ao chegar a bordo do
navio-escola «Sagres» que
visitou demoradamente.



Majestoso conjunto da tribuna real do Teatro de S. Carlos, na récita de gala em honra da Rainha Isabel II.



Num intervalo da récita de gala em S. Carlos S. M. a Rainha Isabel II e o Presidente do Conselho Professor António de Oliveira Salazar, conversam animadamente.



Os soberanos ingleses no miradouro do «sítio» da Nazaré, ponto de vista de renome mundial.

Um expressivo documento da forma como a população da Nazaré aclamou os régios visitantes.



Duas cenas típicas na vida da população piscatória da Nazaré.



Exibição de danças do folclore ribatejano no pavilhão da lezíria, perante os soberanos ingleses.



Os campinos aclamando entusiásticamente a passagem dos soberanos ingleses



No Pavilhão da Lezíria de Vila Franca de Xira — S. M. a Rainha Isabel II e S. A. R. o Duque de Eóimburgo com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Esposa e o Embaixador Pedro Teotónio Pereira.

... o duque de Eóimburgo, a Rainha Isabel II de Inglaterra e o Embaixador Pedro Teotónio Pereira e a esposa do ministro dos Negócios Estrangeiros, a Rainha Isabel II de Inglaterra e o Embaixador Pedro Teotónio Pereira e a esposa do ministro dos Negócios Estrangeiros.



S. M. a Rainha Isabel II de Inglaterra, o Senhor Presidente da República, a Senhora de Craveiro Lopes e S. A. R. o Duque de Edimburgo no vetusto Mosteiro de Alcobaça.



Não foi sem emoção e uma certa surpresa que S. M. a Rainha Isabel II de Inglaterra viu, em Alcobaca, os estudantes de Coimbra estenderem as capas à sua passagem.

Diante do imponente Mosteiro de Santa Maria da Victoria, na Batalha, os régios visitantes ouvem o Hino Nacional do seu país.

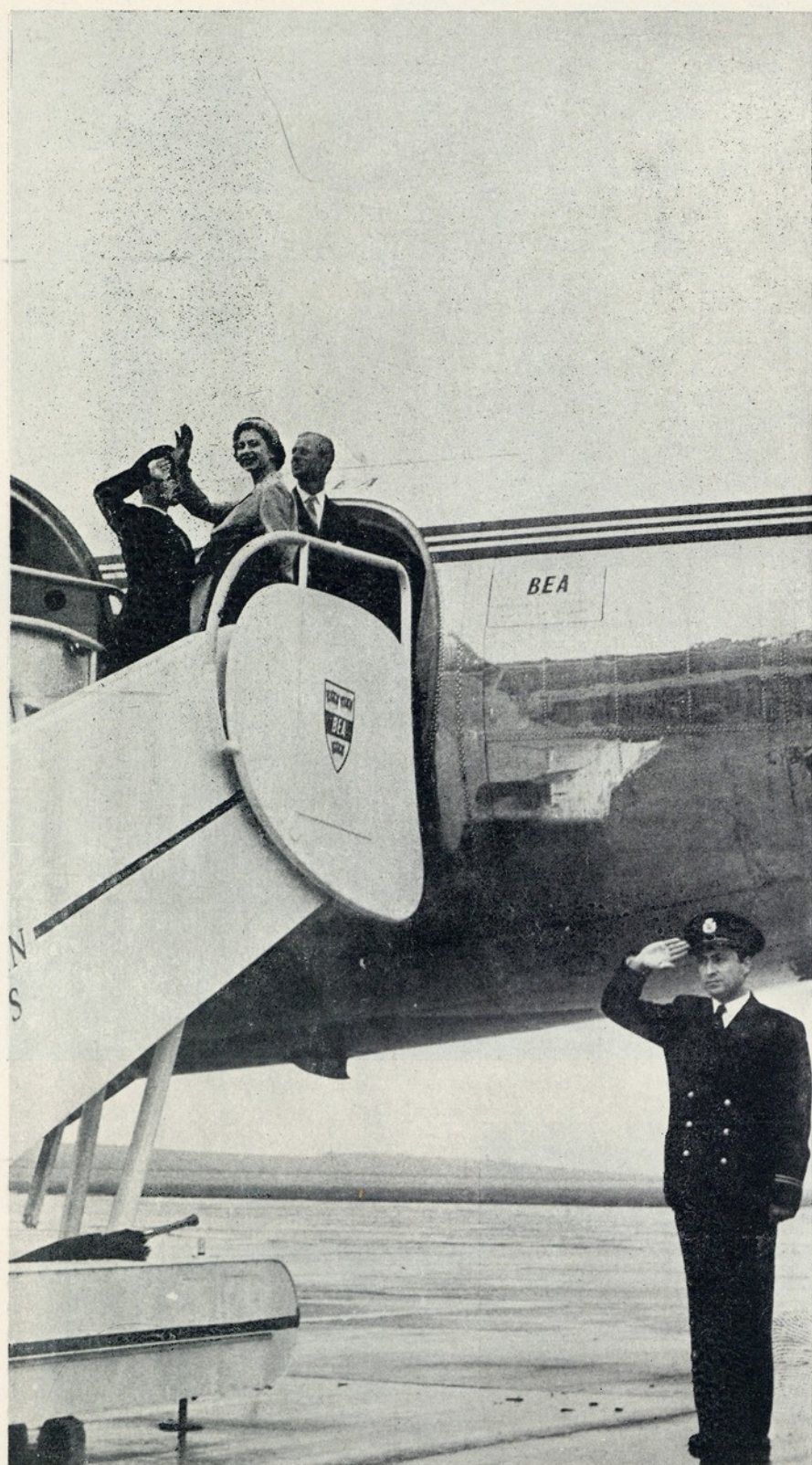


S. M. a Rainha Isabel II e S. A. R. o Duque de Edimburgo, no ambiente austero da Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha depõem uma coroa de camélias no túmulo do Soldado Desconhecido.

À porta do Palácio de Queluz o Senhor Presidente da República apresenta os seus cumprimentos de despedida a S. M. a Rainha Isabel.



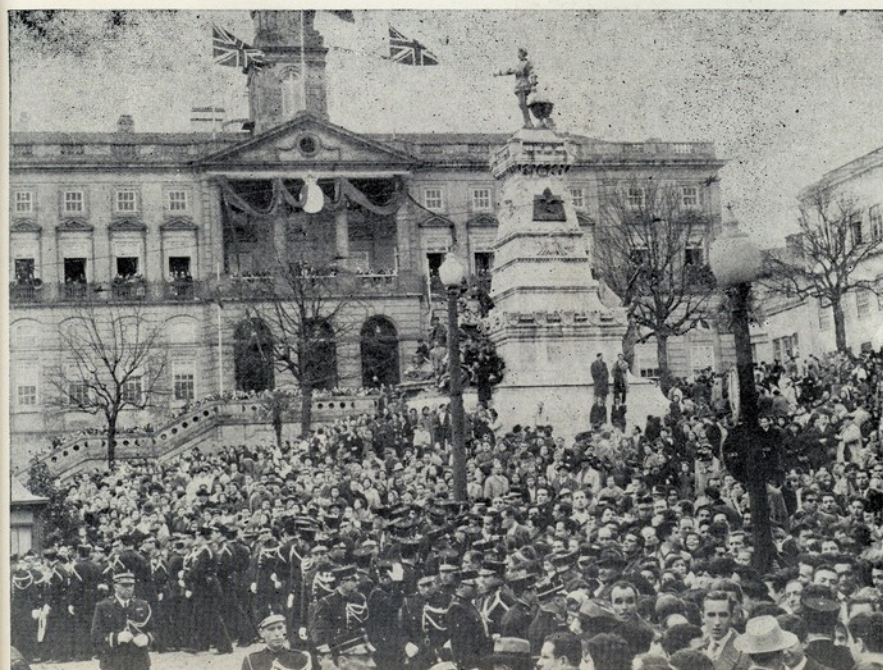
No Aeroporto de Lisboa a guarda de honra constituída por uma companhia do Batalhão de Paraquedistas desfila perante os Soberanos ingleses.



A gentilíssima despedida de S. M. a Rainha ao povo de Lisboa que no Aeroporto não cessava de vitoriar a Soberana.



À chegada dos Soveranos ingleses ao Aeródromo das Pedras Rubras uma chuva de pétalas foi a primeira manifestação do entusiasmo dos portuenses pela presença de Isabel II de Inglaterra.



Em frente do Palácio da Bolsa uma compacta multidão aguarda a chegada de Isabel II.

S. M. a Rainha Isabel II com S. A. R. o Duque de Edimburgo e o sr. António Calem, na varanda do Palácio da Bolsa agradece as ininterruptas aclamações dos portugueses.



S. M. a Rainha Isabel II, sobe a escadaria do Palácio da Bolsa acompanhada pelo sr. António Calem, presidente da Associação Comercial do Porto.



S. M. a Rainha Isabel II
no salão árabe do Palácio
da Bolsa profere o breve
discurso com que agrade-
ceu a recepção no Porto.



Rodeado pela multidão o Régio Casal encaminha-se, no Aeródromo das Pedras Rubras, para o avião em que vai regressar a Londres.

Um grupo de raparigas trajadas à maneira minhota acena para o avião real um adeus da terra portuguesa.



De bordo do avião real a Rainha Isabel II de Inglaterra enviou o seguinte telegrama ao Senhor Presidente da República Portuguesa:

«A NOSSA PARTIDA DE LISBOA ESTA MANHÃ EU E MEU MARIDO ENVIAMOS A VOSSA EXCELENCIA E A SENHORA DE CRAVEIRO LOPES E AO POVO DE PORTUGAL OS MAIS CALOROSOS E SINCEROS AGRADECIMENTOS PELA MARAVILHOSA RECEPÇÃO COM QUE NOS ACOLHERAM E AINDA PELA GENTILEZA E HOSPITALIDADE COM QUE NOS CATIVARAM ENQUANTO FOMOS VOSSOS HÓSPEDES.

JAMAIS ESQUECEREMOS OS DELICIOSOS DIAS QUE PASSAMOS NA VOSSA BELA CAPITAL E NA NOSSA RESIDENCIA EM QUELUZ.

ESTAMOS PARTICULARMENTE FELIZES EM TER OBSERVADO MUITO DAS VOSSAS PROVÍNCIAS E DAS VÁRIAS ACTIVIDADES DO POVO PORTUGUES.

ESTOU CERTA DE QUE A NOSSA VISITA CONTRIBUIRÁ AINDA MAIS PARA ESTREITAR OS JÁ ANTIGOS LAÇOS QUE EXISTEM ENTRE OS NOSSOS POVOS, OS QUAIS SÃO TÃO IMPORTANTES NO MUNDO DE HOJE.»

Telegrama enviado pelo Senhor Presidente da República a Sua Majestade a Rainha de Inglaterra:

«SUA MAJESTADE A RAINHA ISABEL II:

AGRADEÇO MUITO SENSIBILIZADO A MENSAGEM QUE VOSSA MAJESTADE E SUA ALTEZA REAL O DUQUE DE EDIMBURGO ME ENVIARAM E A MINHA MULHER AO DEIXAR PORTUGAL. SENTIMO-NOS PROFUNDAMENTE FELIZES, E CONNOSCO TODO O POVO DE PORTUGAL, POR TERMOS TIDO VOSSA MAJESTADE E SUA ALTEZA ENTRE NÓS DURANTE ESTES BREVES DIAS E POR SABERMOS TEREM GUARDADO DESSA VISITA AS MELHORES RECORDAÇÕES.

ESTOU TAMBÉM CERTO QUE A VISITA DE VOSSA MAJESTADE E DE SUA ALTEZA O DUQUE DE EDIMBURGO CONTRIBUIU PARA CONSOLIDAR AINDA MAIS OS LAÇOS DE AMIZADE QUE HÁ TANTOS SÉCULOS LIGAM OS NOSSOS PAÍSES.»

O Senhor Ministro da Marinha recebeu, de Sua Majestade a Rainha Isabel II de Inglaterra, o seguinte telegrama:

«DEU-ME GRANDE PRAZER TER NAVIOS DA MARINHA DE GUERRA PORTUGUESA COMO ESCOLTA PARA A MINHA VISITA A LISBOA E FIQUEI MUITO IMPRESSIONADA PELA APARÊNCIA DOS NAVIOS E GUARNIÇÕES.

LEMBRAR-ME-EI SEMPRE DO DESEMBARQUE NO MAGNÍFICO BERGANTIM E ADMIREI A MANEIRA MARINHEIRESCA PELA QUAL ELE FOI MANOBRADO E A DESTREZA DA SUA GUARNIÇÃO. — ELIZABETH R.»



O «DIÁRIO DA MANHÃ» honra-se em encerrar com esta rádiofoto da chegada de S. M. a Rainha Isabel II a Londres, a primeira imagem que do acontecimento foi conhecida em Lisboa, o documentário fotográfico da memorável visita dos Soberanos ingleses.

PRIVILÉGIOS DE PORTUGAL PARA O TURISMO

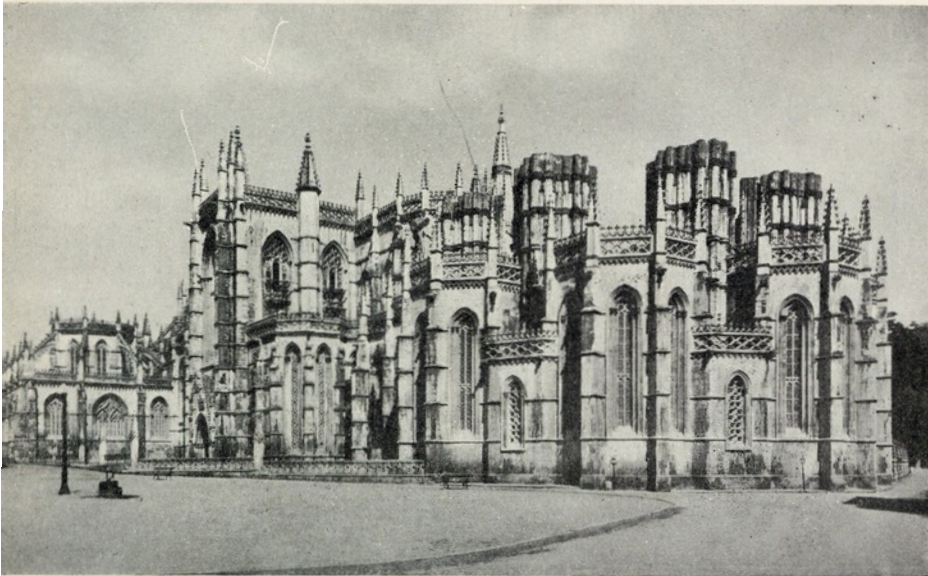
...**E** FECTIVAMENTE, O PRIMEIRO CARACTER DA ATRACÇÃO TURÍSTICA DO PAIS CONSISTE NUMA PRODIGIOSA VARIEDADE DE CONTRASTES QUE EM NADA DIMINUI O SENTIMENTO E A GARANTIA DE UMA UNIDADE NACIONAL PROFUNDA. ESTA VARIEDADE NÃO SE LIMITA À NATUREZA, À PAISAGEM — REVELA-SE NITIDAMENTE NOS COSTUMES, NO CLIMA, NO «TIPO» DE POPULAÇÃO, NOS ACTOS DA VIDA SOCIAL, NA FISIONOMIA MUITO PECULIAR DAS DIFERENTES REGIÕES. O VIAJANTE NA TERRA PORTUGUESA PODE FAZER AO LONGO DE TODO O PAIS JORNADAS SEMPRE ATRACTIVAS E PLENAS DE SUAVE ENCANTO. NEM AO DE LEVE SEQUER SE SENTIRÁ INVADIDO POR AQUELA SENSAÇÃO DE MONOTONIA TÃO PREJUDICIAL AO TURISMO DE PRIVILÉGIO.

NO NORTE, ENTRE O CURSO DO DOURO E AS SINUOSIDADES DA RAIA, OS CINCO DISTRITOS VIZINHOS: O PORTO,

BRAGA, VIANA DO CASTELO, VILA REAL E BRAGANÇA, LOGO OFERECEM UMA PORTENTOSA DIVERSIDADE DE BELEZAS PANORÂMICAS. A PAISAGEM ALEGRE, GRACIOSA, DE VEGETAÇÃO ABUNDANTE, NA ZONA LITORAL É INTERROMPIDA, RARAMENTE, AQUI E ALÉM, POR LIGEIRAS ONDULAÇÕES, MAS NO INTERIOR ELEVA-SE, EM GRADUAÇÃO SUAVE, EM SUCESSÃO DE CADEIAS MONTANHOSAS QUE SE PROLONGAM ATÉ À FRONTEIRA NORDESTE.

O CENTRO DE PORTUGAL — ENTRE O DOURO E O TEJO, DOIS RIOS DE TÃO MARCADA DISPARIDADE, O PRIMEIRO PRECIPITANDO-SE EM SALTOS RÁPIDOS SOBRE OBSCUROS ROCHEDOS, O SEGUNDO DESLIZANDO COMO UM MURMÚRIO POR ENTRE PLANÍCIES UBÉRRIMAS — ENCERRA EM FORMOSO ESCRINIO OS DISTRITOS DA GUARDA, VISEU, CASTELO BRANCO, AVEIRO, COIMBRA, SANTARÉM, LEIRIA E LISBOA QUE FORMAM AS PROVÍNCIAS DA BEIRA ALTA, BEIRA BAIXA, BEIRA LITORAL, DO RIBATEJO E DA ESTREMADURA.





QUE DIVERSIDADE DE CARACTERES NA PAISAGEM, NOS COSTUMES E NO TEMPERAMENTO DAS POPULAÇÕES, E ATÉ NA ABUNDÂNCIA DOS VALORES ARTÍSTICOS E PANORÂMICOS! — PORQUE NA VERDADE ESTA REGIÃO OCUPA UM LUGAR PARTICULARMENTE IMPORTANTE NO MARAVILHOSO CONJUNTO DE RIQUEZAS QUE COLOCAM PORTUGAL NO PRIMEIRO PLANO DOS PAÍSES DE TURISMO.

DEPOIS... NO SUL! NEM A GRAÇA E FRESCURA DOS BELOS E VERDEJANTES BORDEJOS DO MINHO; NEM AS MONTANHAS ENCAPADAS DE MATAS, A VARIEDADE CAPRICHOSA DA PAISAGEM DAS BEIRAS; NEM AS PARTICULARIDADES DA VIDA E COSTUMES DA ESTREMADURA, ENTRE O MAR E O PINHAL; NEM OS PANORAMAS LUMINOSOS E SERENOS DA LEZIRIA ONDE SE DESTACAM OS OLIVAIIS, E JUNTO À TERRA, PARECENDO NELA DESLIZAREM AS VELAS DE PEQUENOS BARCOS...

O VIAJANTE DESPREVENIDO EXPERIMENTA, AO CHEGAR AQUI, UMA SENSÇÃO DE «GRANDE VIAGEM». É COMO SE O TURISTA TIVESSE VIAJADO DURANTE TODA A NOITE PARA UM PAÍS LONGINQUO E COMPLETAMENTE DIFERENTE.

O ALENTEJO DIFERE FRANCAMENTE DAS OUTRAS PAISAGENS PORTUGUESAS SEMPRE VARIADAS. AQUI OS HORIZONTES FATIGAM PELA SUA SEQUIDÃO E MONOTONIA.

ABAIXO ESTÁ O ALGARVE — «UM PEDAÇO DE TERRITÓRIO PORTUGUÊS QUE NEM SE CONFUNDE COM A VIZINHA TERRA ANDALUZA, NEM COM O LIMITROFE ALENTEJO, NEM SE ASSEMELHA À FAIXA DO CONTINENTE AFRICANO QUE LHE FICA DIANTE».



MINHO

—provincia das paisagens inesquecíveis

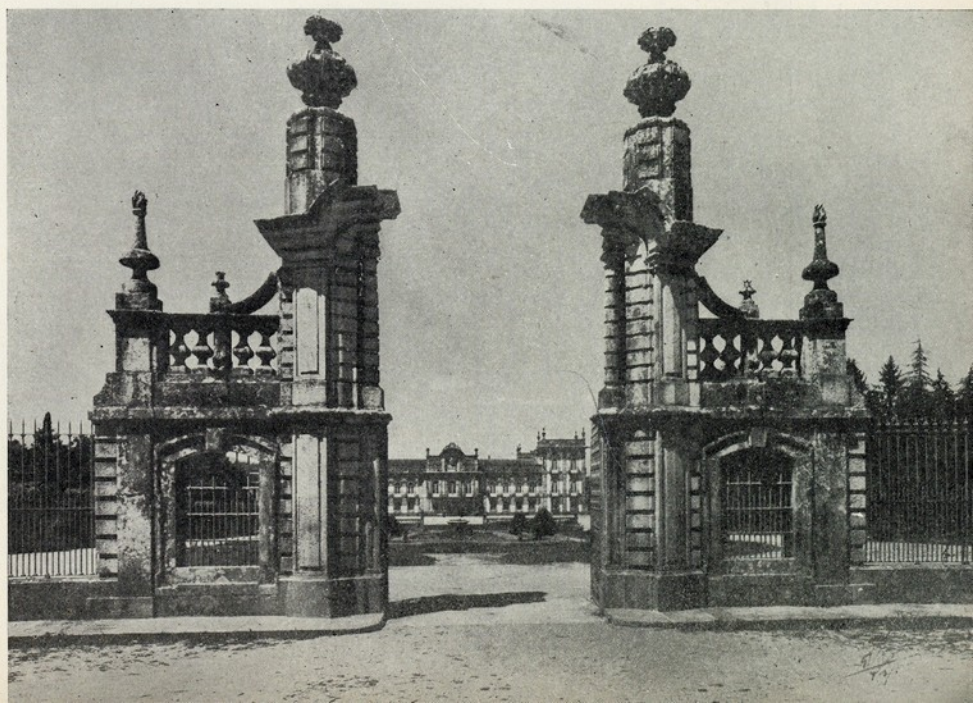
A provincia do Minho, que abrange os distritos de Braga e Viana do Castelo, é um cenário magnífico. A sua paisagem prende o visitante, quer ele percorra as suas planícies, serras ou vales, por onde as linhas de água correm num sussurar alegre, quer nas suas acolhedoras praias, onde não falta o pitoresco das fainas da pesca.

Vivendo da agricultura e da indústria, sendo esta um dos seus melhores factores económicos, a provincia minhota, enxameada de solares, de templos vetustos e de ermidas e rica em monumentos que falam da história pátria, tem a sua capital na linda cidade de Braga.

As feiras, romarias e festas agrícolas são quadros dignos de se presenciar, onde nunca faltam os «Zés Pereiras» e o vistoso fogo de artifício. Nos lindos trajos das suas mulheres, com o peito coberto de grossos cordões de ouro, está mais um motivo alegre daquela boa gente, que traz Deus na consciência e a família e a terra no coração.

O turista que percorrer o verde Minho não deve deixar de admirar os belos panoramas que se gozam dos montes de Santa Luzia, de Santa Tecla ou do monte de Faro, que nos dão uma visão admirável da vizinha Galiza; do monte da Madalena, em Ponte de Lima; do monte da Franqueira, em Barcelos, que domina o vale do Cávado; do Bom Jesus e do Sameiro, na antiga Bracara Augusta dos romanos, que dá ao turismo minhoto notável contribuição; do monte da Penha, em Guimarães, onde Portugal nasceu, ou do alto de Santa Luzia, em Viana do Castelo — uma das mais lindas cidades portuguesas.

E não deve também deixar de reparar no cultivo dos campos onde a vinha, formando arruamentos, aqui em latadas, ali em uveiras ou em bardos, dá a nota mais típica da paisagem minhota.



TRES IMAGENS DO MINHO: — A Torre do Relógio, em Caminha; trecho de uma das lindas praças de Viana do Castelo, e a imponente entrada do Palácio da Brejoeira, em Monção.



P O R T O

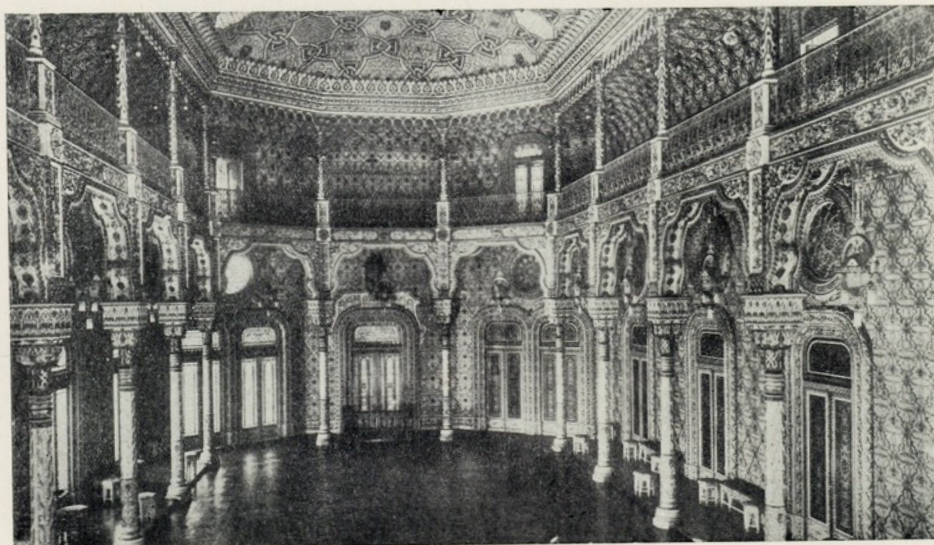
-segunda cidade portuguesa

CIDADE DAS MAIS PROGRESSIVAS DO PAIS, O PORTO BEM PODE DIZER-SE QUE É A SEGUNDA CAPITAL PORTUGUESA.

HUMILDE NÚCLEO POPULACIONAL NOS PRIMÓRDIOS DA NACIONALIDADE — ESCASSAS CASAS AMONTOADAS PELAS ESCARPAS RIBEIRINHAS DO DOURO — O PORTO, A PARTIR DO SÉCULO XII, CRESCOU, DESENVOLVEU-SE E, TAL COMO LISBOA, GALGOU OS PRIMITIVOS MUROS DA SUA DEFESA PARA AMPLIAR O BURGO. EMBORA A NATUREZA ACIDENTADA DO TERRENO EM QUE A CIDADE SE IMPLANTOU NÃO SE AMOLDASSE SOBREMODO AO TRAÇADO DE UM GRANDE CENTRO, O CERTO É QUE O LABORIOSO ESPÍRITO DOS PORTUENSES TRANSPÓS TODOS OS OBSTÁCULOS E, QUASE NA MESMA CELERIDADE COM QUE O TEMPO PASSA, ERGUEU NA MARGEM DIREITA DO DOURO UMA ESPLÊNDIDA CIDADE, DE INTENSA VIDA COMERCIAL E DE GRANDE INTERESSE TURÍSTICO TANTO PELO QUE ENCERRA DO PASSADO COMO PELO QUE DE MAIS MODERNO ESTADEIA NOS GRANDES EDIFÍCIOS, MONUMENTAIS ATÉ, PERFILADOS AO LONGO DAS SUAS RUAS E AVENIDAS.



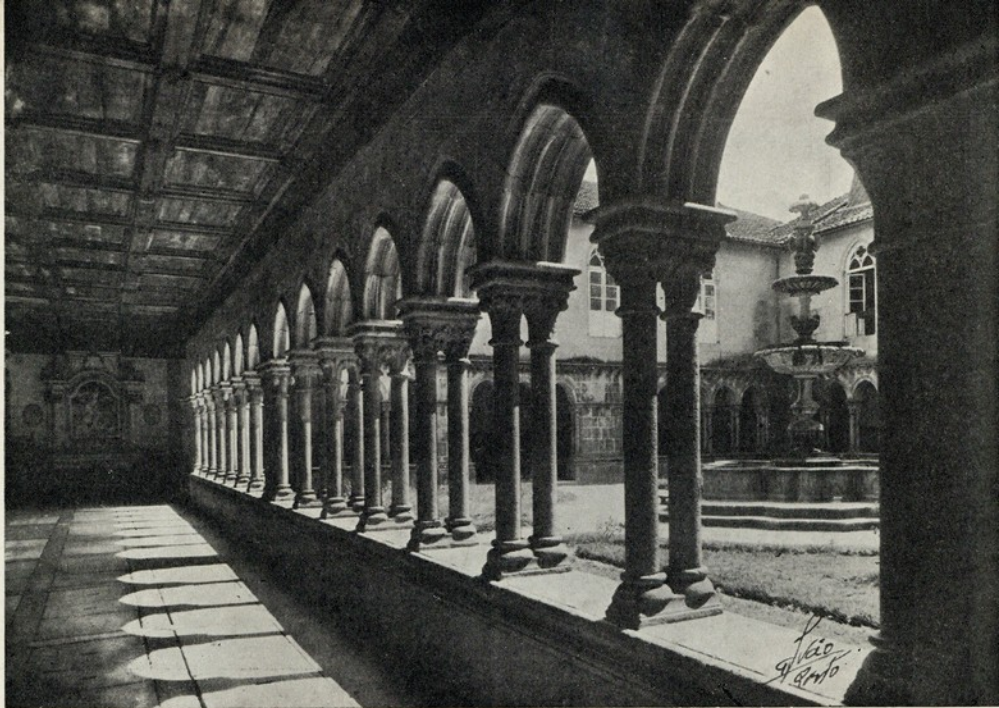
O PALÁCIO ATLANTICO, BELO EDIFÍCIO DA PRAÇA D. JOÃO II, EIXO DA VIDA COMERCIAL DA GRANDE CIDADE NOR-TENHA.



○ FAMOSO salão árabe do Palácio da Bolsa, uma das atrações artísticas da cidade, notável pela decoração no estilo do famoso Alhambra.

COM a intensa vida de verdadeira capital que fervilha no Porto, o tráfego é denso e o trânsito por vezes difícil, mesmo nas suas artérias e outros sítios mais amplos, como por exemplo na própria Praça da Liberdade, onde, a certas horas, o movimento chega a congestionar-se pela afluência de automóveis.





O CLAUSTRO DO MOSTEIRO BENEDITINO DE SANTO TIRSO — MONUMENTO NACIONAL

SANTO TIRSO

—terra de encantos e fascinações

EMBORA de formação recente, o concelho de Santo Tirso, a partir, sobretudo, dos últimos anos e devido ao espírito laborioso da sua gente, tem beneficiado de autênticas transformações.

Todo o concelho é, do ponto de vista turístico, riquíssimo de atractivos. Não conhecemos mesmo região de paisagens tão líricas, de tão grandes encantos, como esta, que, tendo um pouco de tudo, o pouco chega a ser enorme, inconfundível. Há nos seus panoramas qualquer coisa de fascinante, de maravilhoso, que não se explica e se sente — a maior parte são leves como rendas, enfeitantes.

São também, em todo o concelho — e para que em tão pequeno espaço enumerá-los?! — numerosos, numerosos e belos, os monumentos históricos e artísticos de interesse. «Santo Tirso é vila fidalga», fidalga e hospitaleira como raras. Fidalga e de trabalho! «O espírito laborioso dos seus habitantes tem-se nos últimos tempos manifestado não só na agricultura (Santo Tirso produz já dos melhores vinhos verdes do País), mas sobretudo na criação e desenvolvimento de estabelecimentos industriais».

Do maravilhoso parque de Dona Maria II, quem contemplar o seu incomparável panorama, e percorrer as aldeias da Ponte Velha,

Friães, Gião e Vilalva, e visitar a insua do Rio Ave, e subir ao Monte Córdova, há-de ficar para sempre preso a Santo Tirso, pela recordação de uma beleza que jamais viu e admirou.

Nas Caldas da Saúde, Freguesia de Areias, existe uma importante nascente de águas sulfúreas com um excelente balneário e hotel.

Estas águas são indicadas nos tratamentos de doenças dos intestinos, das vias respiratórias e génito-urinárias; dermatoses e reumatismo. As águas, cujo aproveitamento parece ter sido efectuado desde épocas remotas, começaram a ser devidamente exploradas em 1841.

Pelas análises efectuadas pelos Professores Drs. A. J. Ferreira da Silva e Charles Lepierre concluiu-se serem as águas sulfúreas das Caldas da Saúde as mais ricas do norte de Portugal na mineralização total, em cloreto de sódio, em sulfatos alcalinos, em cal e magnésia, em sílica e em brometos e iodetos alcalinos.

Estas termas são muito concorridas na época balnear. Abrem em 1 de Julho e fecham em 30 de Setembro. O hotel está aberto todo o ano.



MOSTEIRO BENEDITINO, IGREJA MATRIZ E PAÇOS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO

É no Porto e nos seus arredores que se encontram instaladas as oficinas de ourivesaria, donde saem as mais preciosas peças desta nobre e requintada arte.

O labor de trabalhar a prata e o ouro com delicadeza e engenho não é nova, vem de longe, de séculos, como o demonstra o riquíssimo documentário de peças, de todos os géneros, que adquiriram fama, e constituem património de museus e casas particulares, havendo muitos exemplares raros de tecitura finíssima que se guardam em diversos pontos do estrangeiro.

Não é de estranhar, pois, que Portugal conquistasse no Mundo um nome inconfundível como país produtor e exportador de artigos de ourivesaria, alguns dos quais atingiram notoriedade, espalhando-se por todos os países, pelo seu singular relevo artístico e indiscutível bom gosto.

Neste caso, por exemplo, destacam-se as formosíssimas filigranas, cuja variedade de motivos se inspiram nos feitos épicos dos descobrimentos, na riqueza do folclore, na maravilhosa profusão das sugestões etnográficas e ainda nos mais felizes modelos de fantasia. Essas peças, de valor original, que esplendem à vista, distinguem-se pela subtilidade e pela graça da sua execução, e são, por assim dizer, lembranças que se oferecem e que se recebem, não apenas com prazer, mas como recordação evocativa de uma arte de que Portugal tem o segredo. Os estrangeiros que nos visitam não se esquecem de adquirir essas lembranças e a exportação desse género de trabalhos faz-se para os mais diferentes países, levando o nome de Portugal a toda a parte.

Mas a grande arte de ourivesaria desdobra-se em matizes inumeráveis. Os trabalhos das pratas representam uma das facetas mais relevantes dessa arte singularíssima. As peças, as mais variadas, requerem habilidade, imaginação e talento criador. Quem não terá

admirado certos desses espécimes? As salvas pequenas e grandes, os jarrões, as ânforas, as arcas, toda uma infinidade de objectos a que as mãos dos lavrantes dão expressão admirável, no jeito dos enfeites, dos mo-

tivos, das improvisações felizes e exuberantes, muitos dos quais vão buscar a sua origem às sugestões históricas e aos fastos da epopeia nacional, às magnificências religiosas, a todas aquelas coisas que, directa ou indirectamente, individualizam a vida nacional, no passado como no presente — dando-lhe inconfundível e destacada personalidade.

Nesta hora em que o País está vivendo jubilosamente a honra da visita da Rainha de Inglaterra, não é ocioso recordar os laços comerciais que nos unem à nossa velha aliada e às relações que a ourivesaria portuguesa tem mantido, através dos séculos, com a Grã-Bretanha, onde as nossas pratas são conhecidas, admiradas e procuradas.

Ainda há poucos meses ali se realizou uma exposição notável em que a arte de ourivesaria portuguesa esteve representada — o que quer dizer que a indústria nacional, neste ramo, não perde ensejo de se valorizar pelas suas virtualidades intrínsecas, impondo-se pelos primores da sua perfeição, pelo nível superior dos seus méritos, pelos seus recursos e possibilidades reais.

Antiga e conceituada, a arte de ourivesaria portuguesa, ontem como hoje, procura ser no País um factor de riqueza e de bem-estar contribuindo para o progresso geral e levando lá fora, à Europa, às Américas, ao Ultramar, os seus trabalhos e a sua produção, e nesta tarefa, se o factor comercial é decisivo, o factor patriótico não é menos importante, visto que tal arte, espalhada no estrangeiro, é, sem dúvida, um dos mais eficazes elementos de propaganda do País, no plano artístico e espiritual, dos nossos interesses económicos e morais, constituindo um dos mais brilhantes contributos no que respeita ao papel civilizador da Pátria Portuguesa.



O LABOR DA PRATA E DO OURO — uma Arte requintada e nobre





O MOSTEIRO DA SERRA DO PILAR VISTO DA AVENIDA MARECHAL CARMONA

VILA Nova de Gaia, que de entre todos os concelhos que constituem a federação dos Municípios da região portuense pode ser considerada um prolongamento natural, ininterrupto, do centro urbano do Porto, devido à sua aproximação com esta cidade, muito mais até, com o próprio coração do Porto, tem nestes últimos 25 anos progredido extraordinariamente.

As populações da cidade e da vila vêm com frequência trocadas as suas esferas de actividade e as suas residências.

A grande Avenida Marechal Carmona, que leva da ponte de D. Luís I ao alto de Santo Ovídio, com o seu sumptuoso traçado, mais se pode considerar uma grande via de acesso, que canaliza as atenções para o centro de maior atracção que é, naturalmente, a cidade.



O VINHO DO PORTO e os ingleses

SÃO um tanto nebulosas as origens do comércio do Vinho do Porto. Todavia, sabemos que se deve aos ingleses o início da sua exportação, por volta de 1680. Um pequeno opúsculo da autoria de John Croft — Sócio da Feitoria do Porto e comerciante de vinhos em York — impresso em Londres em 1788 (e publicado em edição fac-similada pelo Instituto do Vinho do Porto em 1940), documento precioso sobre o importantíssimo período da História do Vinho do Porto relativo à criação da Companhia pelo Marquês de Pombal, abre com as seguintes palavras:

«Há cem anos, pouco mais ou menos, que os vinhos de Portugal começaram a ser importados pela Inglaterra, principalmente durante o reinado da Rainha Ana, em que devido à considerável decadência de produção verificada nas vindimas de Florença, se iniciou o consumo do Vinho do Porto.»

O Tratado de Methuen, assinado com a Inglaterra em 1703, reduzindo os direitos dos vinhos portugueses em relação aos franceses, veio dar incremento à exportação do Vinho do Porto para aquele país, que desde então para cá ocupou sempre o primeiro lugar entre os seus importadores e consumidores.

Porquê esta preferência dos ingleses pelo nosso grande vinho, preferência que se manteve sempre, apesar das vicissitudes e desacordos que o tempo inevitavelmente traz consigo? É que, como com tanta felicidade

diz o sábio apreciador de vinhos que foi o Professor George Saintsbury, no seu livro «Notes on a cellar book», o Vinho do Porto «fortalece ao mesmo tempo que alegra, como nenhum outro vinho, e tem qualquer coisa que deve ter sido criada de harmonia pré-estabelecida com o melhor carácter inglês».

Por isso lhe chamam em Inglaterra «the Englishman's wine» — o vinho dos ingleses!

Realmente, o Vinho do Porto adapta-se especialmente, como nenhum outro vinho, ao clima da Inglaterra, ao carácter do seu povo e ao seu modo de viver.

Eis a verdadeira razão por que a Grã-Bretanha figurou sempre à cabeça da lista dos seus compradores, a larga distância do que se lhe segue imediatamente.

É certo que a segunda guerra mundial, com as dificuldades de todo o género que por toda a parte originou, vibrou um rude golpe no comércio de exportação dos Vinhos do Porto para o nosso mais antigo aliado, mas tanto em Portugal como na Inglaterra se espera firmemente que a situação voltará a melhorar, para benefício dos dois países.

O Instituto do Vinho do Porto, procurando coordenar os interesses da produção e do comércio e exercendo uma acção moralizadora e regularizadora — sempre em obediência a uma intransigente política de qualidade — por um lado, e a actividade e vitalidade da laboriosa e digna Colónia Britânica do Porto e da sua Feitoria, pelo outro, decerto acabarão por conseguir essa tão desejada melhoria. Pois são bem verdadeiras as palavras que, acerca dos comerciantes ingleses do Porto escreveu Miss Rose Macauley no seu belo livro «The went to Portugal», e que com a devida vénia transcrevemos:

«Embora duramente atingidos pela guerra, não há vicissitudes que os possam abater durante muito tempo. Sabem, assim como nós sabemos e Portugal sabe que «não podemos arranjar Vinho do Porto noutra sítio».

«Guerras, dissensões políticas, crises económicas, críticas e desacordos entre antigos aliados, podem surgir e desaparecer; mas o Vinho do Porto fica sempre.»



«A RUA NOVA DOS INGLESES», NO PORTO, EM 1834, QUADRO FAMOSO DE J. J. FORRESTER

MATOSINHOS

e o Turismo

○ CUPANDO uma situação privilegiada à beira-mar e ilustrado com recantos maravilhosos de paisagem, o concelho de Matosinhos, a dois passos da capital do Norte, não pode passar despercebido ao forasteiro bem informado.

Mas não é apenas a formosura da paisagem que está em causa. E então os monumentos históricos de que a terra de Matosinhos pode justificadamente vangloriar-se, de entre os quais sobressai aquele formosíssimo Mosteiro de Leça do Balio, que foi solar da Ordem de Malta em Portugal, e onde se celebrou o mal-fadado casamento de D. Fernando com a linda mas perversa Leonor Teles? Só o monumento, pela sua beleza e nobreza das suas linhas arquitectónicas, valeria o melhor reclamo turístico de Matosinhos.

A igreja matriz da vila, grandiosa e rica, foi levantada em meados do século XVI e remodelada no século seguinte. A sua fachada actual é da autoria do famoso arquitecto Nazoni — o constructor da Torre dos Clérigos, no Porto.

Merece também visita o local, cheio de pitoresco e de poesia, onde podem apreciar-se ainda vagas ruínas, do Mosteiro de Bouças.

E o parque, construído pelo Município, no antigo Convento da Conceição? Situa-se na quinta comprada pela Administração dos Portos do Douro e Leixões, por ter necessidade de expropriar uma grande parte para a construção da Doca n.º 2 do porto de Leixões, tendo alugado o parque à Câmara Municipal de Matosinhos.

O Parque, que é já bastante denso, vai ser replantado nos pontos menos arborizados. De momento, está a proceder-se ao restauro da capela aí existente, construção de dois «courts» de ténis, estando planeados para muito breve o melhor aproveitamento da piscina e criação de um parque infantil. Pensa-se ainda na construção de um teatro ao ar livre e uma biblioteca-museu junto ao Claustro.



PORMENOR DAS MURALHAS DO CASTELO DE LEÇA

Note-se, também, que já foi aprovado o anteprojecto para a construção, ali, de uma Casa de Chá-Restaurante situada entre penhascos e sobranceira ao mar, muito próximo da capela de S. João da Boa-Nova.

Terá uma sala para o serviço normal de todos os dias, e outra com o dobro da capa-

cidade desta, para festas. Tem capacidade para 150 pessoas.

E então — e a feira de praias magníficas que ilustram a costa, e que vão desde a aristocrática Praia dos Ingleses, enlevo da melhor sociedade portuguesa, à do Cabo do Mundo, pequenina e graciosa, onde a F.N.A.T. vai construir uma grandiosa Colónia de Férias para Trabalhadores, à feição daquela que funciona, há anos, na Caparica?

Matosinhos, repetimos, tem de figurar, por força, no itinerário do turista, — nacional ou estrangeiro. Possui por tanto, e por mercê de Deus, o melhor das cartazes.

Já que aludimos às belas praias de Matosinhos, não podemos deixar de referir: que foi já melhorado o acesso à Praia de Leça da Palmeira, pela construção de mais uma escada e está projectado o arranjo do acesso à Praia de Matosinhos; que está em construção uma prancha-flutuante para saltos, a colocar na praia de banhos de Matosinhos; que foi iniciada a primeira fase das obras para o ajardinamento da Avenida dos Centenários, que segue pela beira-mar até ao Farol da Boa-Nova; e que brevemente se procederá à arborização do Monte de Santana.



O FAMOSO MOSTEIRO DE LEÇA DO BAILIO

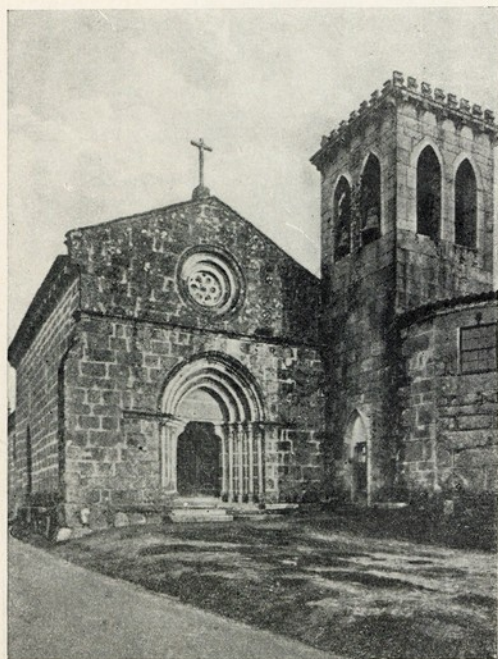


O CASTELO DE GUIMARAES, BERÇO
DA PATRIA PORTUGUESA

GUIMARAES, BERÇO DO FUNDADOR DE PORTUGAL; O SAMEIRO, LUGAR PIEDOSO DA NOSSA FÉ; FAMALICÃO, TERRA ONDE MUITO HÁ QUE APRECIAR, E CALDAS DAS TAIPAS, ESTÂNCIA DE ELEIÇÃO PARA RETEMPERO DA SAÚDE — SÃO TAMBÉM TRÊS BELOS RECANTOS DO MINHO.



MONUMENTO A IMACULADA CONCEIÇÃO
NO SANTUÁRIO DO
SAMEIRO



IGREJA ROMANICA DE FAMALICÃO



ASPECTO PARCIAL DAS CALDAS DAS TAIPAS

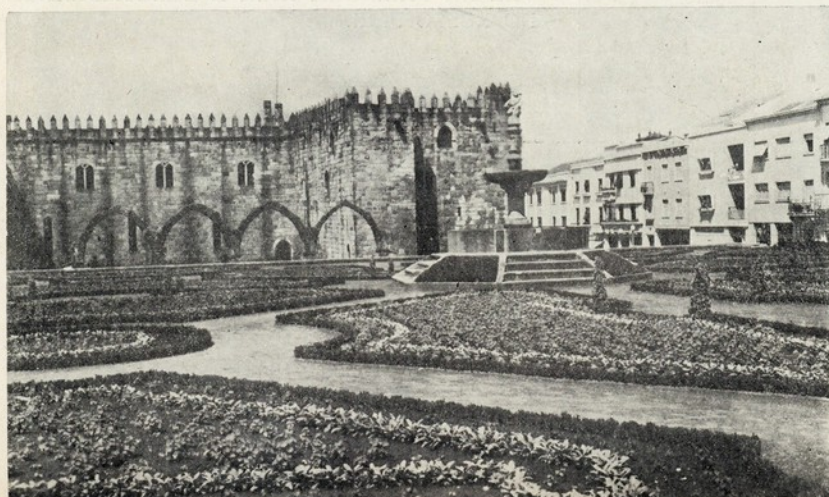


PRAÇA DA REPÚBLICA

BRAGA

A ANTIGA BRACARA AUGUSTA — HOJE BRAGA, CIDADE DO PRIMAZ É A CAPITAL DO DISTRITO DAS ROMARIAS MAIS CONCORRIDAS E ANIMADAS DE TODO O PORTUGAL: S. JOÃO E BOM JESUS, SENHORA DO SAMEIRO, PENHA DE GUIMARÃES, CRUZES DE BARCELOS. O POVO MAIS ALEGRE E BULIÇOSO DESTA CASA LUSITANA, QUE TRABALHA A CANTAR E A REZAR. CANTO MARAVILHOSO DA TERRA, ESTE DIS-

TRITO: — VEIGAS, PRADOS, HORTAS, POMARES, JARDINS, ENTRE MONTES, POR ONDE CORREM RIBEIROS E RIOS, FORMOSAS ESTÂNCIAS DE TURISMO E SAUDÁVEL REPOISO DO CORPO E DA ALMA COMO SÃO O SANTUÁRIO DO SAMEIRO, FALPERRA E MONTE CÓRDOVA. AMARES, BANHADA PELO CAVADO, ONDE SE DEBRUÇA SOBRE AS AGUAS O PALÁCIO DOS DUQUES DE BRAGANÇA.



VILA DO CONDE

- *princesa do Ave*

VILA do Conde, com uma situação privilegiada junto ao rio Ave e ao Atlântico, possuidora de acreditadas indústrias (fiação e tecidos, conservas, lacticínios, chocolates, curtumes, cordoaria, etc.) com bons estaleiros e vastos terrenos, quase até ao mar, para a seca do bacalhau, assumiu, desde há muito, uma importância económica que sobejamente explica o lugar de honra que ocupa entre as demais vilas de Portugal.

Além disso, pelas suas tradições históricas, pelo valor dos seus monumentos, pelo tom aristocrático que lhe imprimem diversas casas solarengas e outros restos de antiga nobreza, Vila do Conde seduz o veraneante, que ali encontra também uma boa praia.

Nos arredores de Vila do Conde existe a Igreja paroquial de Azurara, construção do séc. XVI, que merece ser visitada; o Convento dos Capuchos ou de N.ª S.ª da Assunção e a Igreja de S. Francisco, também em



ASPECTO PANORAMICO DE VILA DO CONDE

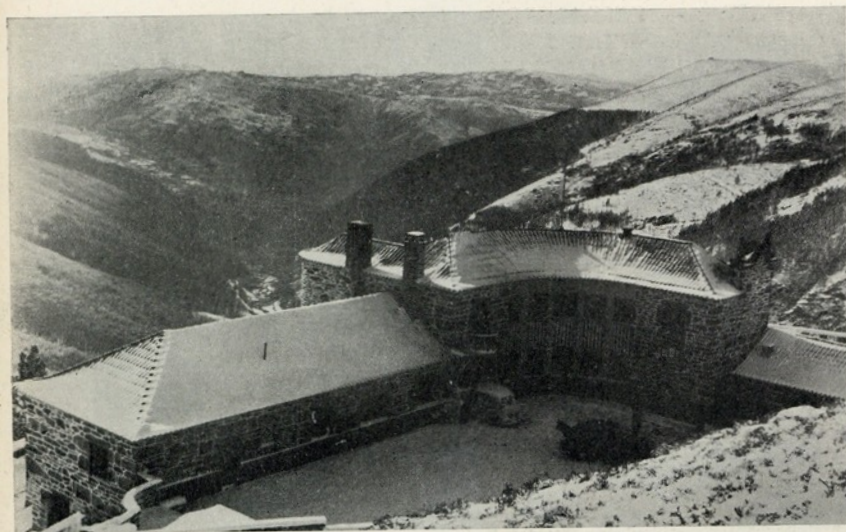
Azurara; a Igreja românica de S. Cristóvão de Rio Mau; os antiquíssimos Mosteiros de S. Simão da Júnqueira e de Vairão, etc.

Os turistas, em Vila do Conde e em todo o seu concelho, poderão, na verdade, dar muitos passeios com real utilidade, e outros cheios de encanto, como a Touguinhó (com a ponte de Este e as pitorescas azenhas), a

a velha Ponte d'Ave), ao Monte de Sant'Ana, em Azurara, e quantos mais!

Na própria vila terão ainda, para visitar, o Museu Etnográfico do Grémio da Lavoura, a Escola de Rendas de Bilros, a Estação Aquícola, e não lhes faltarão todas as comodidades para ali gozarem deliciosas férias.

Vila do Conde bem merece o título de Bagunte (com a sua importante «cidade» e «Princesa do Ave»).



A POUSADA DE S. GONÇALO, NO MARÃO, A CURTA DISTANCIA DE AMARANTE

A OS PÉS DO MAJESTOSO MARÃO, ORGULHOSA DA SUA IGREJA DE S. GONÇALO, DA FONTE ROMANA DAS RUAS DA PRAÇA ANTIGA E ENCOSTADA AO RIO TAMEGA, A VILA DE AMARANTE, COMO TODO O CONCELHO, É UM QUADRO INCONFUNDÍVEL NA PAISAGEM RICA E DESLUMBRANTE DO NOSSO PAÍS.

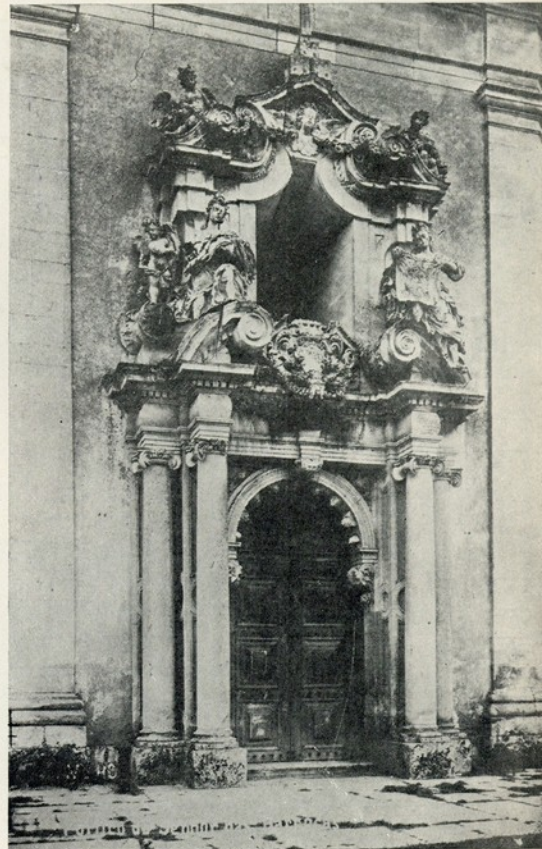


AVEIRO — uma das mais pitorescas cidades do país

AVEIRO — a antiga, nobre e notável vila de Aveiro — com a sua história milenária e com as particularidades geográficas, folclóricas e etnográficas que a caracterizam, é hoje uma das cidades mais lindas e mais ricas de cor e pitoresco de Portugal. A sua particularidade geográfica mais distinta é a planície que a cerca e a ria que a banha, com as suas marinhas de sal, os seus barcos moliceiros, de formas singulares, emprestando à paisagem cenários maravilhosos.

E, por outro lado, a juntar à riqueza dos trajes populares, ao sabor das suas especialidades culinárias e à doçura das suas guloseimas, Aveiro, sendo uma zona de especiais atractivos turísticos, é uma região privilegiada para pintores. A luz, a cor, tudo enfim que vibra em toda a cidade e arredores oferece particularidades que a distinguem sobremaneira.

Do ponto de vista artístico, Aveiro tem também méritos próprios — ou não fosse, no dizer de mestres da história da Arte, «um dos focos mais fecundos do barroco do século XVII» e, ainda, «um dos lugares-chefes da escola de talha dourada que nos séculos XVII e XVIII inundou as igrejas da região e teve no Porto outro núcleo congregador e dominante». Entre os edifícios de maior interesse artístico, poderemos salientar a «Casa da Câmara», construída em fins do século XVIII e que beneficiou, em 1930, de arranjos internos e externos, orientados pelo professor italiano Ernesto Korrodi; a igreja da Misericórdia, com o seu formosíssimo portal; o Museu Regional, pertença do Estado, ocupando o edifício do antigo Convento de Jesus; o cruzeiro de S. Domingos e Sé-Catedral; igrejas de Santo António, S. Francisco e Carmelitas; a capela do Senhor das Barrocas, etc.



PÓRTICO DA CAPELA DO SENHOR DAS BARROCAS



VISTA AÉREA DA FAMOSA PRAIA DE ESPINHO

ESPINHO

EM todas as actividades Espinho soube sempre marcar o seu progresso, como o demonstra o seu desenvolvimento comercial, industrial, desportivo, turístico, etc.

Possui muitos e importantes estabelecimentos fabris de artefactos de cortiça, serração, carpintaria, mobiliário, esmaltagem, fundição de metais e alumínio, brinquedos, tapetes, botões e muitos outros.

É dotada de excelentes hotéis, óptimas pensões, moderníssimos balneários e vários estabelecimentos de ensino primário e secundário.

No desporto, possui um excelente campo de golfe, cuja instalação foi cuidada por técnicos, um «court» de ténis e um «rink» de patinagem, inaugurado no início da época balnear de 1938.



Vila Real-Igreja dos Clérigos e Rua

TRÁS OS-MONTES E ALTO DOURO

A IGREJA DOS CLÉRIGOS
EM VILA REAL

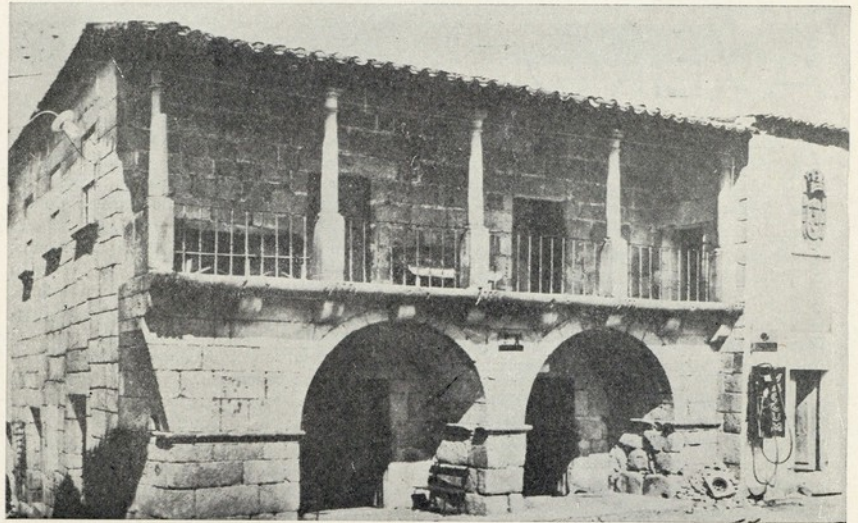
É das mais ricas províncias de Portugal, a de Trás-os-Montes e Alto Douro, que agrega a outros importantes factores económicos, a produção vinícola, famosa em todo o Mundo, bem como a de minérios.

A terra é simultaneamente montanhosa e de vales e chãs, excepcionalmente férteis vicejando, nos geios durienses, as cepas que, por altura das vindimas, oferecem espectáculo admirável de característico e de cor.

No distrito de Vila Real, novos bairros residenciais e amplas artérias atestam, além do mais, os notáveis progressos verificados nos últimos tempos, a par, na cidade própria, dos majestosos palácios e monumentos como a Sé-Catedral, a «Casa de Diogo Cão», o Palácio do Governo Civil e o «Solar dos Mateus».

Modernos edifícios são réplica das preciosidades arquitectónicas referidas, devendo, entre aqueles, salientar-se o Liceu, o Hospital, a Escola Industrial e Comercial, o edifício do Seminário e os palácios da «Domus Municipalis» e dos C. T. T.

Vila Real é, também, um dos mais desenvolvidos centros turísticos do Norte. Além de várias carreiras de camionagem, possui uma estação na linha férrea do Vale do Corgo.



OS VETUSTOS PAÇOS DO CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO

GALILÉ DA CATEDRAL DE BRAGANÇA



No que respeita a Bragança e a despeito das suas condições agrológicas, o vinho ali produzido é de apreciáveis qualidades e boa a produção de cereais, azeitona, batata, legumes, etc.

Enriquecida por nascentes de águas minero-medicinais e termas a vida do distrito conta, ainda, com diferentes minas de estanho, entre as quais as de Guadramil e Ervedosa.

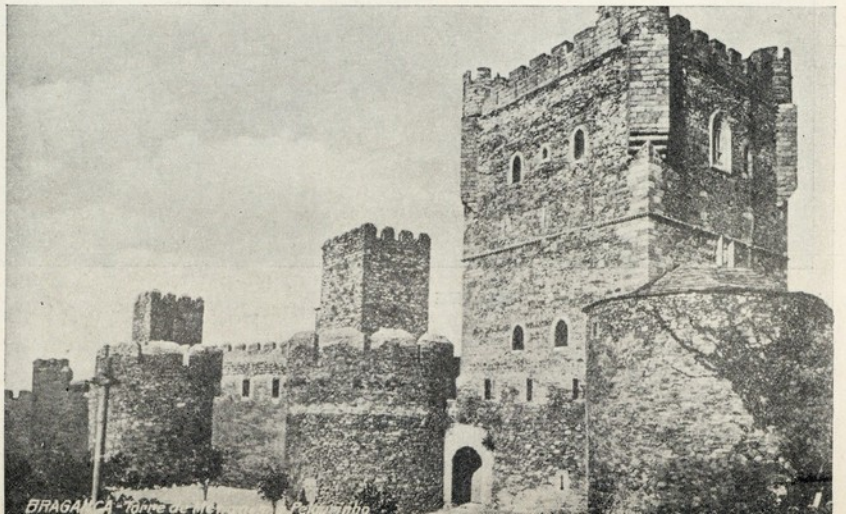
São, também, dos mais característicos os trajes, as danças e as canções, conservando a sua pureza primitiva.

A cidade, que é a estação terminal da linha

do Vale do Tua, tem beneficiado de importantes melhoramentos, quer sob o aspecto urbanístico, quer como valorização das suas belezas naturais desenvolvendo-se, por todo o concelho, intensa actividade, com obras de electrificação, de abastecimento de águas, construção de novas escolas, etc.

Entre as localidades concelhias destacam-se, pela sua importância, Izeda, Baçal, Parada — com as suas minas de estanho; Rebordões, famosa pelas suas romarias; e Quintanilha, onde se encontra instalada a delegação aduaneira.

TORRE DE MENAGEM DO CASTELO DE BRAGANÇA



BRAGANÇA - TORRE DE MENAGEM



A SÉ DE VISEU E A ESQUERDA O ANTIGO E HISTÓRICO EDIFÍCIO DO COLEGIUNHO

RODEADA de montanhas, que dão a impressão de uma cercadura monumental emoldurando o quadro sedutor de matas e de prados floridos, a província da Beira Alta é um vasto planalto de paisagem variada, sendo rochosa e dura para o Norte e mais fragante e amena para o Centro e Sul. Compreende os distritos de Viseu e Guarda, esta uma das mais altas cidades da Europa e certamente a de mais elevada altitude de Portugal, pois está a 1.056 metros de altura. Antiga praça de guerra, o mais belo monumento da cidade é a Sé-Catedral, de puro estilo gótico, mas tem ainda várias curiosidades artísticas, restos de grandezas passadas.

Nas terras baixas, os milheirais e os vinhedos dão alegria aos campos, cortados por rios e ribeiras, surgindo aqui e além, nos vales profundos, castanheiros e carvalhos, estendendo sobre as belas estradas as suas ramagens frondosas no Verão e os seus braços descarnados no Inverno.

A Estrela e o Caramulo, as duas mais altas serras, impõem a sua grandeza com as vagas de granito que mudam de cor com as variações do Sol. Nas terras baixas predomina o verde, de vários tons, desde o baço das oliveiras ao leve das hortas e pomares, tendo a embelezar mais a paisagem as flores das quintas e quintais, que nas estações próprias se enchem de camélias, rosas, hortenses e tantas outras espécies.



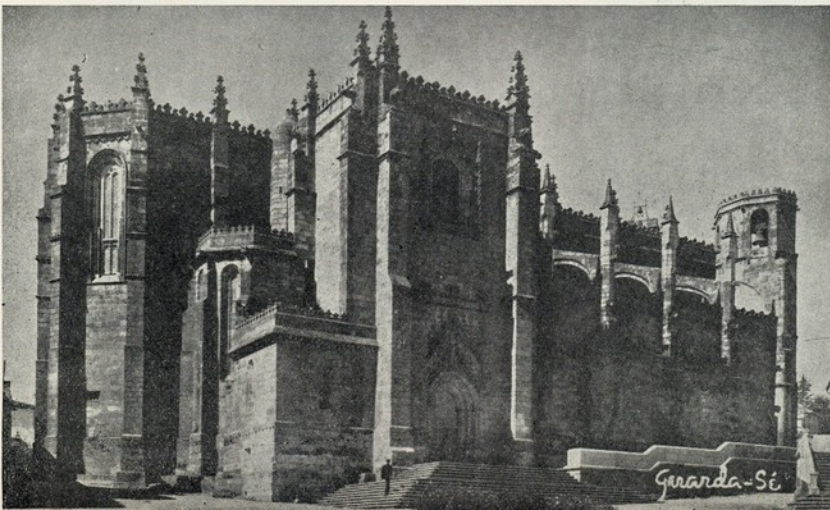
A SÉ DE LAMEGO, DE UM RISCO ARQUITECTÓNICO BEM VARIADO

Sendo província muito antiga, pois foi ali que, com Viriato, se personificou a Lusitania, possui alguns monumentos de relevo, como a Sé de Viseu, sendo a igreja de Lourosa, próximo de Oliveira do Hospital, um dos mais curiosos exemplares da arquitectura da época da reconquista cristã. Tem ainda mui-

tos outros templos de estilo românico. Em Viseu está instalado o Museu Grão Vasco, um dos mais belos de Portugal.

As feiras da província mantêm o seu aspecto e caracteres antigos, sendo as mais movimentadas as de S. Mateus, em Viseu, de Todos-os-Santos, em Mangualde, e a de Trancoso. A Beira tem o seu folclore próprio e orgulha-se do seu «Estaladinho», dança de roda com cantigas e desgarradas.

Na província há dois importantes centros vinícolas — o do Dão e o de Pinhel — vivendo a sua população quase da terra.



IMPONENTE ASPECTO DA SÉ DA GUARDA



BEIRA BAIXA

—Zona industrial
e agrícola

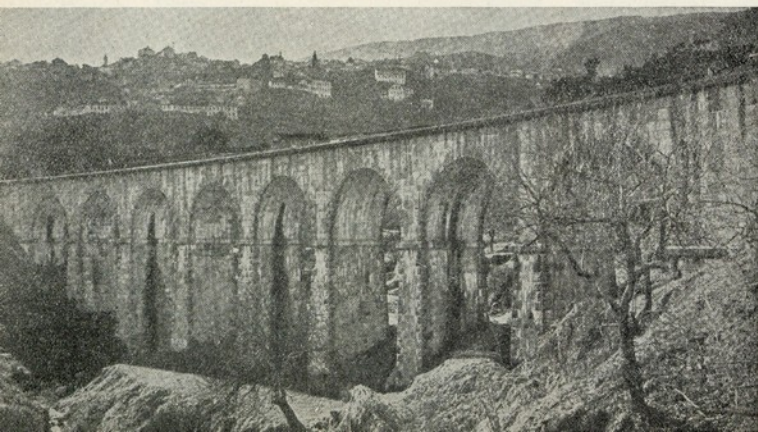
SENDO um dos bons celeiros do País, a província da Beira Baixa é um pomar fertilíssimo. Demarcada a norte pelos contrafortes da Serra da Estrela, tem por capital Castelo Branco.

Sendo pobre em monumentos, têm sido no entanto encontrados, nas escavações feitas nalgumas localidades, numerosos documentos que atestam a ocupação e a cultura romanas. Restam os castelos, alguns dos quais de fundação romana ou árabe, em Belmonte, Penamacor, Monsanto, Penha Garcia, Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo, Rosmaninhal e Segurra. Pouco resta das igrejas e capelas românicas. Em Castelo Branco, o antigo Paço Episcopal dá nota faustosa com os seus jardins, estatuetas e escadarias sumptuosas.

Com magníficas paisagens e zonas de turismo, a província é servida por uma boa rede de estradas, percorridas pelas numerosas carreiras de camionagem e pelo caminho de ferro.

A vida industrial e agrícola da província manifesta-se principalmente nas suas feiras e mercados, que são em elevado número, assim como as romarias.

Nos filões de quartzo do Rosmaninhal e ribeira de Dereza, nas areias e terras do Vale do Zêzere encontra-se ouro; jazigos de estanho e de volfrâmio abundam em diferentes zonas, e, em menor quantidade, os de chumbo. A indústria oleícola figura em primeiro lugar, sendo a segunda, na indústria agrícola, a dos lacticínios. Os tecidos têm na província o mais importante centro manufactureiro do País, havendo só na Covilhã mais de uma centena de estabelecimentos fabris.



A ESQUERDA, DE CIMA PARA BAIXO:
— Penhas da Saúde, na Serra da Estrela;
Um arco e prédio quinhentista, em Castelo
Branco; Ponte dos Sete Arcos, na Covilhã.

Na Beira Litoral está o importante Centro de Cultura que é a Universidade de Coimbra

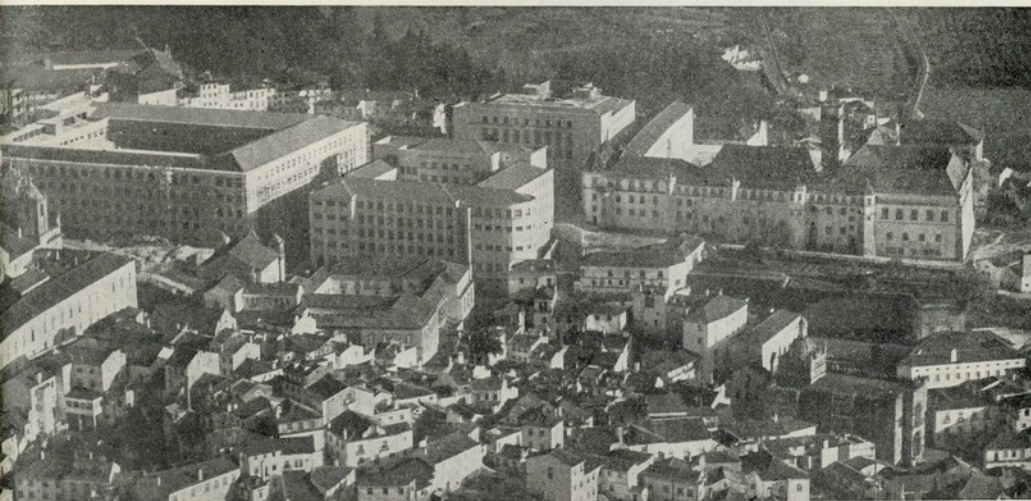
A província da Beira Litoral tem Coimbra por capital e é formada por quatro distritos: o de Aveiro e o de Coimbra, na sua quase totalidade; metade, aproximadamente, do de Leiria e uma pequena parcela do de Santarém.

O solo é produtivo, predominando a cultura do milho, mas todas as outras culturas se encontram, em diversa escala, sendo também muito importante a do arroz, nos campos do Vouga e do Mondego. As marinhas de sal constituem importantíssima fonte de riqueza.

Tem paisagens diferentes. De Leiria até Pombal a severidade da charneca e do pinhal; depois mais amenizada até Condeixa e daqui a Coimbra muito diferente. É a cidade do Mondego que se aproxima com a sua beleza. Para norte, a região da Bairrada, onde os



A VIA LATINA E A TORRE DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



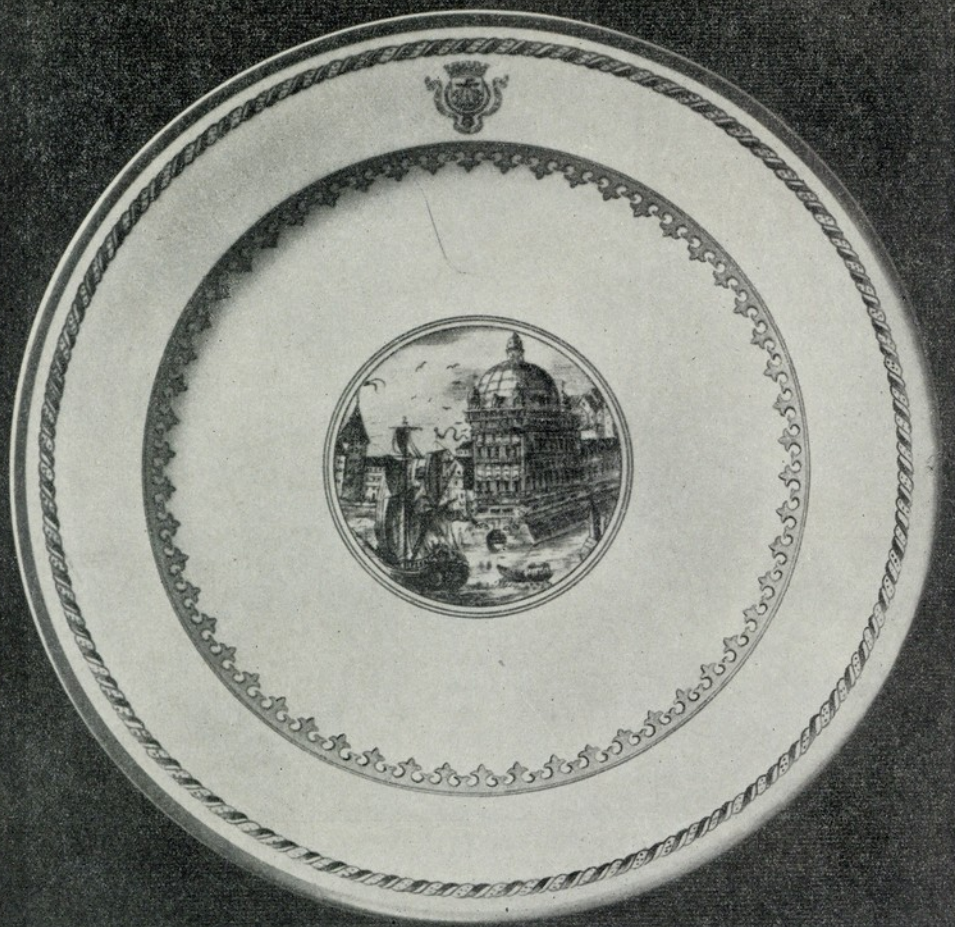
VISTA AÉREA DA NOVA CIDADE
UNIVERSITÁRIA DE COIMBRA

vinhedos e os prados predominam, para mais além surgirem as rias — que tanta riqueza provocam—e, ao longo do Atlântico, de Ovar até Vieira, longa faixa de areal, na qual vamos encontrar praias admiráveis; como as da Figueira da Foz, Furadouro, S. Jacinto, Buarcos e Pedrógão. E se na Beira Litoral se nota profusão e variedade em matéria de praia, o mesmo se regista no que respeita a termas, entre as quais as mais faladas são as de Monte Real, Curia, Luso e Amieira.

Coimbra, com a sua Cidade Universitária, é um importante centro de cultura. A par da sua vida académica, a cidade possui valores económicos de extraordinário interesse porque, além de muito comercial, conta com uma indústria bastante desenvolvida. Possui longa série de monumentos, que vêm desde os primórdios da Nação e que reflectem a própria história pátria.



ESPLENDOROSO ASPECTO DA
PRAIA DA FIGUEIRA DA FOZ,
UMA DAS MAIS BELAS DO PAIS



SÃO conhecidas em todo o Mundo as porcelanas portuguesas da VISTA ALEGRE.

Há mais de cem anos que anda pelo Mundo a mensagem de arte expressa no apurado sentido estético e qualidade com que são fabricadas as porcelanas da famosa fábrica fundada em 1824.

A Vista Alegre tem fabricado várias baixelas que têm servido os Reis.

Reproduzimos acima uma peça da baixela que serviu no banquete que a Câmara Municipal de Lisboa, ofereceu a Sua Magestade a Rainha Isabel II da Grã-Bretanha.

ESTREMADURA

— província

da CAPITAL

FALAR da província da Estremadura é, desde logo, evocar o seu distrito que tem por cabeça, Lisboa, onde pulsa, sem dúvida, o coração da terra portuguesa. E olhar Lisboa, deixando espraia o pensamento por recuados tempos, é como que sentir, com justificado orgulho e desvanecimento, quão grandiosa é a obra levada a cabo, nos últimos 30 anos, em Portugal.

Se, pela sua situação geográfica, a capital do Império é, já hoje, uma das mais belas cidades da Europa, não é menos verdade que é também uma das mais progressivas, com um porto admiravelmente apetrechado, uma aerogare à altura de um tráfego transcontinental, que aumenta de ano para ano e servida, ainda, por um moderníssimo sistema rodoviário.

Alargada, consoante um plano inteligentemente elaborado, rasgadas novas artérias, construídos grandiosos edifícios, o rico passado histórico manteve-se, num milagre de equilíbrio. Mas não foi só Lisboa a beneficiar porque o surto de realizações alongou-se aos concelhos limítrofes de Cascais e Vila Franca, bem como aos do interior — por toda a parte bem patente a obra admirável do progresso renovado.



SETÚBAL — MONUMENTO A BOCAGE

CASCAIS — ASPECTO DA BAIA

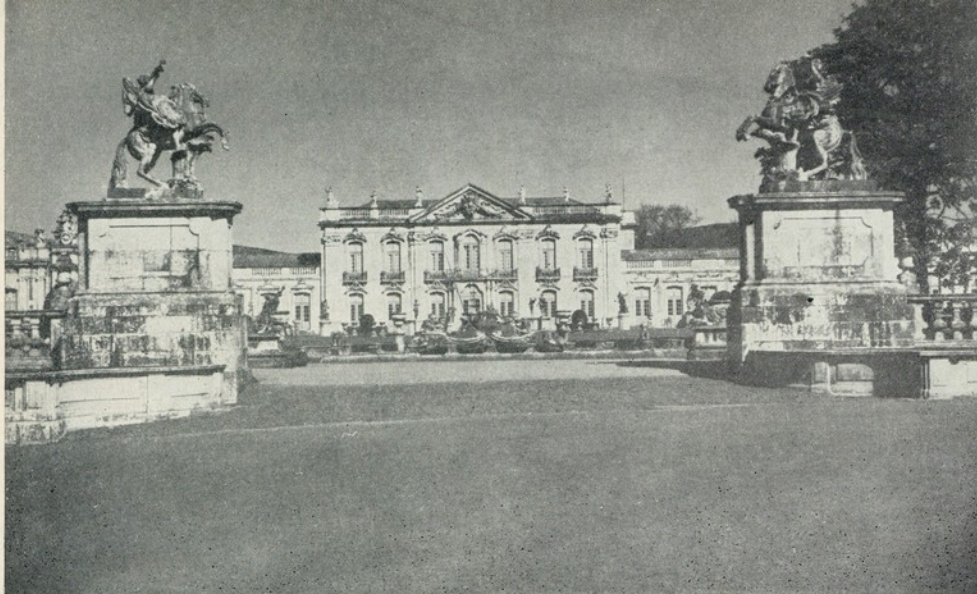


Recordem-se as obras de urbanização, de abastecimento de energia eléctrica e de águas, de novas instalações hospitalares, de novas escolas, levadas a efeito em Sintra, Mafra, Torres Vedras, Lourinhã, Cadaval, Alenquer, Azambuja, Loures e Sobral de Monte Agraço e estará dado o índice do nível atingido em toda a província da Estremadura.

Outro distrito da província, o de Setúbal, merece, de igual modo, menção especial. Criado em 22 de Dezembro de 1926, a pesca e a indústria de conservas são as suas principais riquezas. Como nota curiosa, acentue-se que o distrito de Setúbal muito embora situando-se na Estremadura, abrange metade do litoral do Baixo Alentejo, razão dos seus aspectos por vezes dispare.

Servida por um grande porto de mar, Setúbal tem sido extraordinariamente valorizada nos últimos tempos, em consequência de importantes obras de embelezamento e de urbanização. As suas praias, consideradas das melhores do País, oferecem as melhores condições de segurança. Entre os principais monumentos, devem salientar-se os do Castelo de S. Filipe, Torre do Outão, igrejas de Santa Maria e de S. Julião e Convento da Arrábida e Ermida do Corpo Santo.

Palmela, Montijo, Moita, Barreiro, Alcochete, Seixal, Almada, Sesimbra, Alcácer do Sal e Grândola são os mais importantes concelhos do distrito.



ASPECTO DO PALACIO DE QUELUZ QUE NOS MOSTRA A FACHADA DITA DE CERIMONIA SOBRE O JARDIM PEN-SIL. O PAÇO DE QUELUZ, TRAÇADO COM NOBREZA E GRACIOSIDADE É UM DOS MONUMENTOS NACIONAIS DO DISTRITO DE LISBOA CONHECIDO EM TODO O MUNDO.

PORMENOR DE UMA DAS MAIS TÍPICAS PRAIAS DA ESTREMADURA — A DE SESIMBRA, PONTO LITORAL DE MUITA FORMOSURA ONDE VIVE ACTIVA PO-PULAÇÃO DE PESCADORES.



PANORAMA DE VILA FRANCA DE XIRA, NA MARGEM DIREITA DO TEJO SOBRE O QUAL SE VÊ A PONTE MARECHAL CARMONA, OBRA DE ENGENHARIA QUE VEIO FOMENTAR O DESENVOLVI-MENTO ECONÓMICO DE UMA REGIÃO FARTA E UBÉRRIMA.

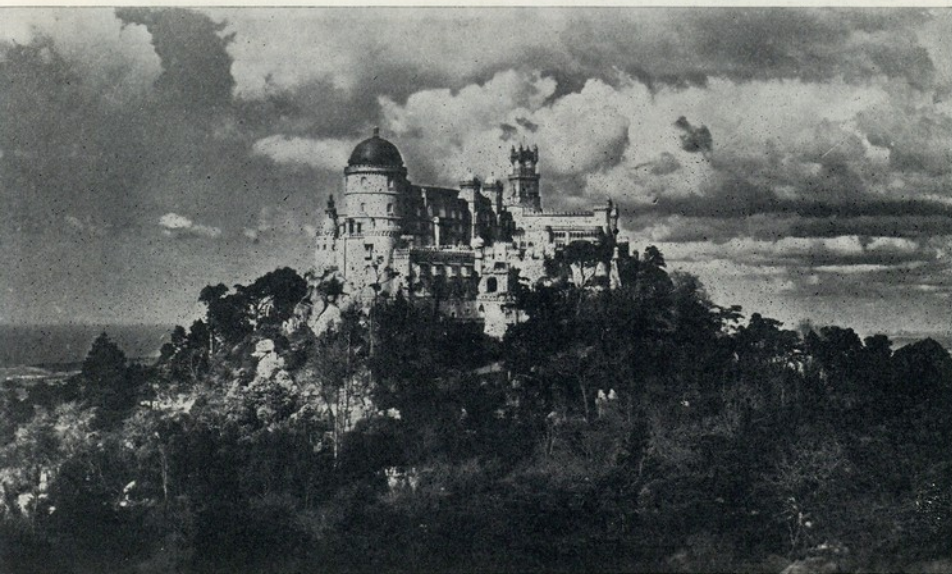


MAFRA

MAFRA, a célebre Mafra que D. Afonso Henriques arrebatou à Moirama e a que D. João V deu a notoriedade de que goza, com o não menos célebre monumento do seu Mosteiro, o *Escorial português*, segundo Unamuno, embora, na palavra, algo azeda, de Herculano, *uma sensaboria de pedra ou de mármore*. Só pelo Mosteiro, por sua grandiosidade, e por tantas maravilhas encerrar, uma delas o carrilhão que não tem igual no Mundo, Mafra seria grande, e grande é, na verdade, para os de hoje: — museu admirável de artes diversíssimas, muito particularmente de arquitectura e estatuária, que — supomos nós — bastam para justificar uma visita demorada, atenta e lúcida de turista. Nem nos demoramos — por falta de espaço,

claro — na descrição das suas maravilhas, ou na sua enumeração. Admire o leitor, se lhe sobrar tempo, a sua Biblioteca, onde, há anos, ainda se contavam, pelo menos, 35 mil volumes. Enche o dia, e, mais que um dia, muitos outros, quem por amor da Cultura e da História, se der a esquadrihar o Mosteiro monumentalíssimo de Mafra. Uma vez que o viajante se haja saciado das maravilhas do Mosteiro, assim como, já noutra aspecto, da Tapada que lhe fica anexa, também lhe não faltam sitios por onde, a partir de Mafra, pode ir, em excursão, como seja, por exemplo, à Ericeira, praia das melhores que temos no País, onde, além do panorama marítimo, sempre maravilhoso, tem boas pousadas, ou pensões ou hotéis, dos mais modernos.

A BASÍLICA MOSTEIRO



O CASTELO DA PENA

SINTRA

SINTRA é um dos mais belos recantos do Mundo, o «jardim encantado» de Klingensor, como lhe chamou Richard Strauss. A sua vegetação, já própria, já exótica; os seus parques e jardins sempre floridos que bordejam as estradas; as suas lindas vivendas e os seus palácios, aninhados no arvoredo — tudo isto, no aspecto de beleza natural, dá a Sintra encanto muito seu, extraordinário. Bons hotéis e pensões, para que os turistas repousem com comodidade, e onde podem ter seu poiso — digamos assim — a fim de, querendo, dar seus passeios — que são deliciosos — até Colares, Praia das Maças, Azenhas do Mar, Peninha, Cruz Alta, Mafra, Ericeira.



L I S B O A

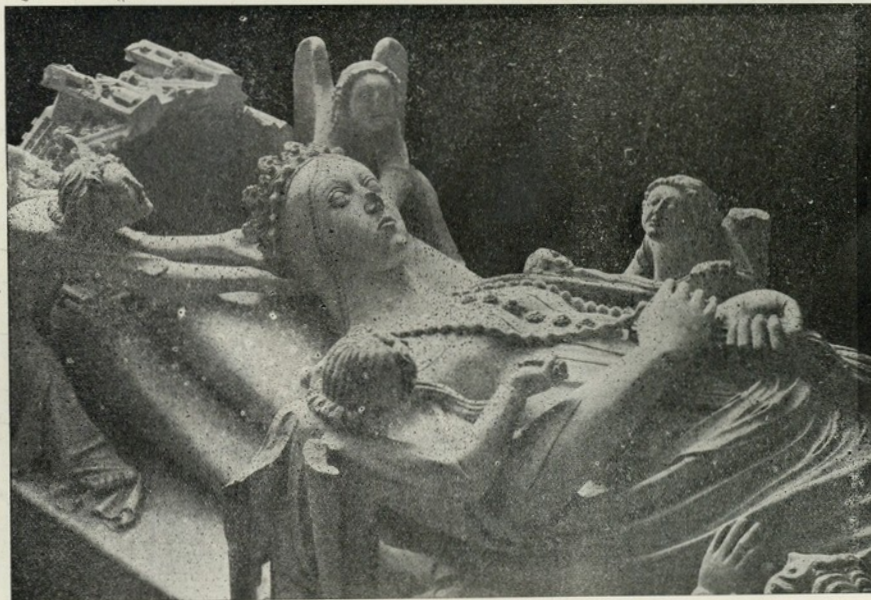
LISBOA tem sido, nos últimos anos, o índice e o reflexo mais perfeitos da vida portuguesa. De uma cidade quase provinciana, atrasada bastantes décadas no caminho do progresso, distante, em embelezamento e civilização, das outras capitais de população equivalente e igual categoria, transformou-se, num quarto de século apenas, num grande centro europeu, que nada ficando a dever à maior parte dos aglomerados urbanos do velho continente, não perdeu, todavia, a sua fisionomia própria e a sua marcada individualidade.

A capital cresceu notavelmente, a população aumentou de forma bem sensível — mas ao mesmo tempo e harmonicamente, seguindo um plano bem estudado, grandes tra-

balhos do mais alto interesse citadino se realizaram num ritmo que não pára nem afrouxa sequer.

Lisboa é hoje uma cidade onde, de preferência, se reúnem congressos internacionais da maior projecção política, científica, artística ou administrativa.

É uma cidade que, colocada em excepçãoal posição geográfica, valorizou essa situação privilegiada, recebendo a toda a hora a visita de quantos do Novo Mundo vêm visitar a velha Europa. Mas é uma cidade, insistimos — que mantém uma feição peculiar, que a torna inconfundível, como carácter e aspecto, aos olhos dos estrangeiros, cada vez mais numerosos, que a admiram.



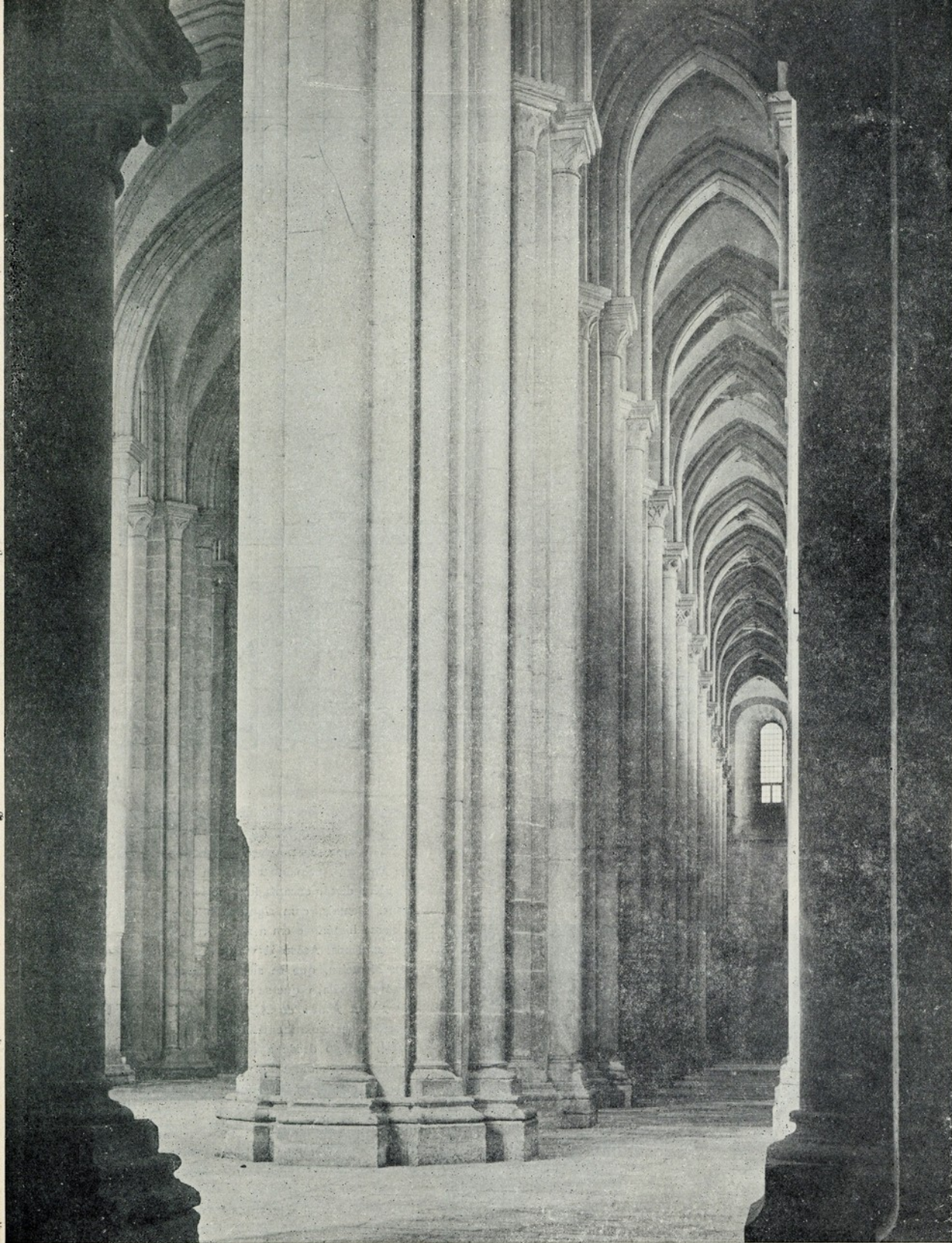
PORMENOR DA ESTATUA JACENTE DO
TUMULO DE D. INÊS DE CASTRO

ALCOBAÇA

CENTRO de região pomícola sem igual na Metrópole, esta vila de Alcobaça, e uma das povoações mais importantes de Portugal, pelo labor agrícola e industrial; e, além disso, encantadora pelas suas paisagens. Demais, com significado especial, em a nossa história e em a nossa Arte, como todos sabemos. Acaso já viram e admiraram o seu Mosteiro, que se situa precisamente no centro da vila, e que se chamou *Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça*? Tudo nessa Abadia, particularmente no Templo, é admirável, e logo desde a entrada nos dá uma impressão grandiosa de conjunto arquitectónico, e com suas dimensões proporcionadas e nobres. Só em esquadriñar o Templo se nos vão horas de admiração, e de meditação, até pela severidade da igreja, segundo o estilo monástico cisterciense. A *Sala dos Túmulos*, com os túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro, obras que são de valor artístico universal. O *Claustro de D. Dinis*, ou ainda chamado *do Silêncio*, típico modelo cisterciense de claustro, e maravilha que nos eleva acima de terrenidades. Mais não referimos, por nos não alongarmos. De Alcobaça, podemos dar belos passeios até Alpedriz, até Cós, até Cela, Caldas da Rainha, Batalha, Aljubarrota — alguns destes sítios que nos falam bem insistentemente ao nosso coração de portugueses.



PORMENOR DA ESTATUA JACENTE DO
TUMULO DE D. PEDRO



EM ALCOBAÇA A ABADIA BENEDITINA COMUNICA-NOS A QUASE ETERNIDADE A QUE PARECEM VOTADAS AS NOBRES ABÓBADAS, COLUNAS E OGIVAS DO VELHO MOSTEIRO, ÚLTIMO ECO DA GALA ARQUITECTÓNICA ROMÂNICA.

É LA QUE REPOUSAM EM SEUS TÚMULOS, JÓIAS DE PEDRA LAVRADA, D. PEDRO E D. INÊS DE CASTRO, OS PROTAGONISTAS DO «GRANDE DESVAIRO».

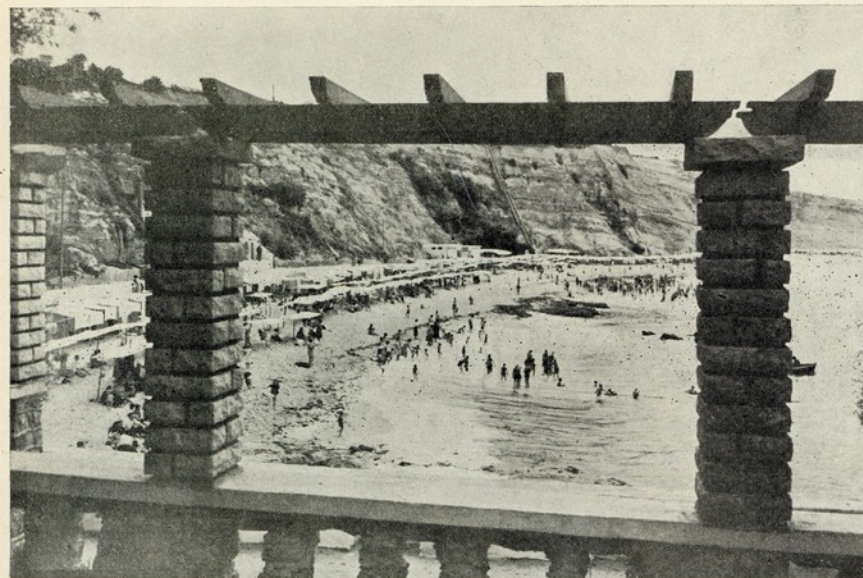


NAZARÉ

▲ LEM de centro piscatório importante, Nazaré é uma das praias de Portugal mais frequentadas, pois que estação estival onde a temperatura média não vai além de vinte graus, e praia oceânica que melhores condições tem do que as de mais nomeada, como Espinho ou Figueira, por exemplo. Houvesse um pouquinho de mais interesse, Nazaré seria uma das melhores estâncias balneares de toda a Europa. Acreditamos que o seja um dia. Há muito que ver



e admirar nesta praia — não falando, já, do colorido das gentes da povoação, dadas desde séculos à pesca — como, indo ao topo do promontório, não há panorama que possamos admirar ou ter admirado com maior enlevo de grandeza, francamente aberto para o Oceano. Naturalmente, o banhista da Nazaré se não nega a umas excursões maravilhosas. Pois, não se esqueça de uma excursão, ou seja o subir até ao pico de S. Bartolomeu; não se esqueça de ir até à foz de Alcobaça, e de visitar a antiga vila chamada de Pederneira, num monte sobranceiro à praia, e que já existiria no ano de 1190.



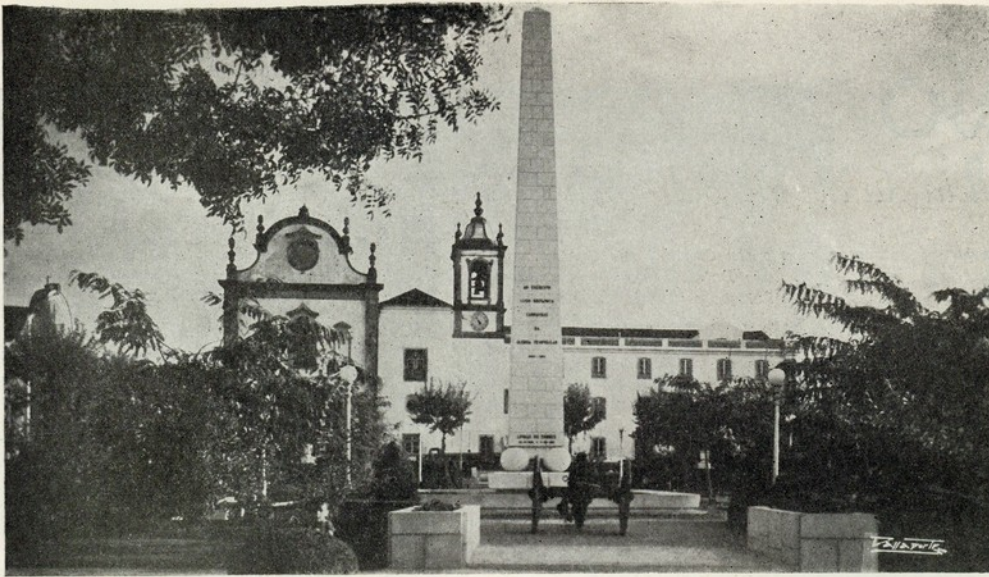
Crato, D. António, com intenção de derrubar Filipe II; e dela foi que para o exílio partiu a Família Real, no dia 5 de Outubro de 1910. Na área desta freguesia, devemos lembrar aos leitores, há uma nascente de águas minerais, com estabelecimento termal, águas que se usam no tratamento de enfermidades do estômago e da pele. Chama-se a nascente de *Santa Marta*. Citamos da «Guia de Portugal»: — «A Ericeira — escreve Raul Brandão — é terra de pescadores pobres... que só conseguem viver alugando no Verão as suas casas muito limpas aos banhistas, e de marítimos reformados que, depois de terem percorrido o mar a bordo dos navios de Lisboa, acabam sempre por voltar à sua terra natal. Escolhem então uma casa na arriba, nesta rua estreita e comprida, construída no extremo da penedia e pendurada sobre o abismo. Trazem um óculo, algumas recordações, um painel com os sinais e as bandeiras de todos os países, e ali se instalam para a vida e para a morte...».

ERICEIRA

NESTA página se arquivam três sugestivos aspectos da Ericeira — povoação velha de muitos séculos, pois que o seu primeiro foral data de 1129. Apinha-se no alto de uma arriba, sobranceira ao Oceano. Tem duas praias, sempre muito concorridas de banhistas na quadra do Verão: — a praia do norte e a praia do sul, entre as quais se abre o portinho da Ribeira, que é onde varam as embarcações pesqueiras.

Na costa, entre rochedos, existem furnas curiosas, obra dos desabamentos da mesma e da erosão marítima. Alguns terraços que se viram ao mar, donde o admiramos e podemos gozar o sempre único espectáculo da agonia do Sol — o Astro-Rei — a afogar-se nos confins do horizonte marítimo. Estância de repouso do corpo e da alma, onde podemos recompor os nervos, e ganhar ou recuperar saúde. Merecem que os visitemos: — o forte, edificado que foi por D. Pedro II, em 1706; a igreja de S. Pedro, restaurada ao tempo de D. João V, e em frente da qual se ergue um Cruzeiro que tem a data de 1780; a ermida de Santo António, que está sobre a muralha da arriba do porto e nos apresenta azulejos de 1789 (imagens de Nossa Senhora da Boa Viagem e de Santo António); o pelourinho da Praça, ao estilo manuelino e relíquia que é dos antigos foros da Ericeira; e a ermida de S. Sebastião, que dá o nome à praia, acima da praia do norte. Tem várias histórias a Ericeira: — nela, com sua corte, se estadeou o falso D. Sebastião, de nome Mateus Álvares; nela desembarcou o Prior do



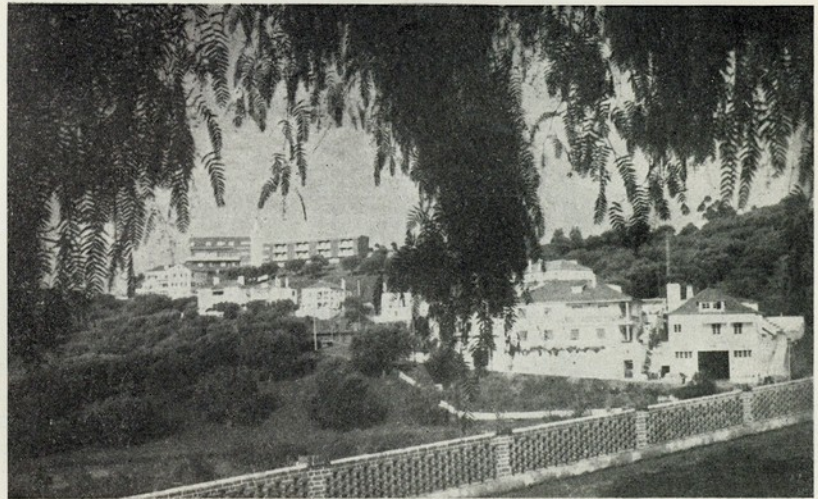


MONUMENTO AO EXÉRCITO LUSO-BRITÂNICO EM TORRES VEDRAS

TORRES VEDRAS

SEM dúvida que Torres Vedras, com o seu concelho, é região de turismo. Bastaria indicar estes notáveis atractivos: — as Termas dos Cucos e da Maceira, e a Praia de Santa Cruz. Entretanto, mais são os atractivos, como adiante vamos ver.

Torres Vedras foi vila muito importante, onde por várias vezes tiveram a corte os Reis de Portugal. No seu recinto ou interior, vários são os seus monumentos, dignos de atenta visita: — o convento da Graça, que foi de eremitas calçados de Santo Agostinho, com seus belos azulejos azuis e brancos, no adro; a igreja da Misericórdia, templo pequeno, construído nos fins do século 17, começos do 18; o edifício dos Paços do Concelho — em cujo arquivo se guarda o foral do Rei D. Manuel I; a igreja de S. Pedro, monumento nacional, e igreja das mais antigas da vila, com lindo portal manuelino; o célebre Chafariz dos Canos, também monumento nacional e que é uma fonte gótica, de 1516, e restaurada em 1831; a igreja de Santa Maria do Castelo, monumento nacional outrossim; o sítio do Castelo, ao qual devemos subir, se queremos admirar o panorama que dali se desfruta; o Patim, moradia que foi dos alcaides-mores da vila, com sua porta manuelina; a igreja de Santiago, a grã-esplanada da Várzea, com bellissimo arvoredado de faias e choupos; fora da vila, ao norte, junto ao Sisandro e à estrada que vai para Peniche e Lourinhã, na extremidade da Alameda de Nossa Senhora do Ameal, a ermida do mesmo Orago, antiquíssima e também monumento nacional, etc.



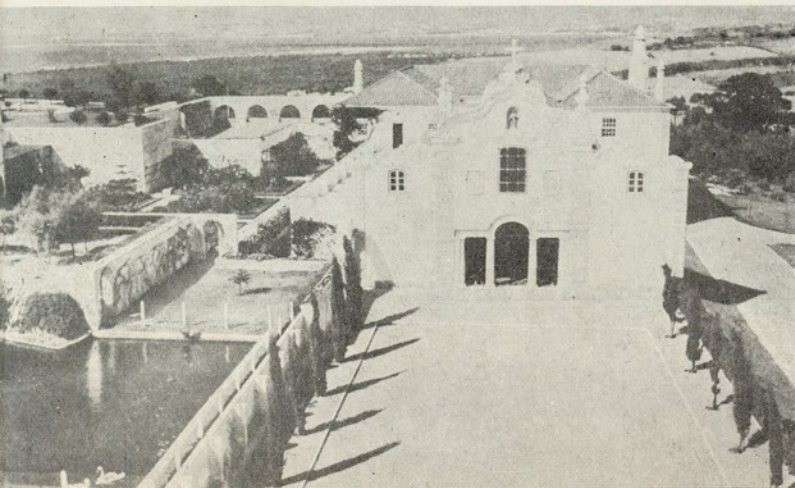
ABRANTES

NÃO é oficialmente considerado região de turismo o concelho de Abrantes. Entretanto, podemos tê-lo como região de turismo, particularmente depois que ali se edificou a notável albufeira do Castelo de Bode, obra que atrai visitantes à região,

pela sua grandiosidade. Demais, não faltam nos arredores pontos de vista admiráveis, e estâncias de repouso por ocasião de férias, e um Hotel de Turismo, do melhor que temos, entre nós, nesta especialidade industrial. A cidade, por si, tem bastante que admirar, como seja a entrada, do lado das Portas de Constância, a qual se embelezou. Vale a pena percorrer algumas povoações do concelho, como Rossio ao Sul do Tejo, que é admirável, e outras que pelos seus topónimos revelam antiguidade histórica. Abrantes é um concelho essencialmente industrial, onde existem importantes fábricas metalúrgicas.

Abrantes — a *fresca Abrantes*, como lhe chamou o poeta Camões — ostenta alguns monumentos dignos de visita do turista, como seja, por exemplo, a igreja da Misericórdia, a igreja de S. João, monumento nacional, fundada em 1300 pela Rainha Santa Isabel; a igreja de Santa Maria do Castelo, transformada em Museu Regional «D. Lopo de Almeida»; a Torre de Menagem, a igreja de S. Vicente, também monumento nacional. A pouca distância do Rossio de Abrantes, no alto de S. Miguel, desfruta-se belo panorama. O célebre actor Taborda era natural desta vila.

O CONVENTO DOS CAPUCHOS, EM ALMADA, SOB-RANCEIRO A PRAIA DA CAPARICA QUE SE DIVISA AO FUNDO



RIBATEJO

— *provincia da alegria e da fartura*

SANTAREM é a capital da pitoresca provincia do Ribatejo, cheia de cor, alegria e de fartura, que a terra fértil, na maioria regada pelo Tejo, lhe proporciona.

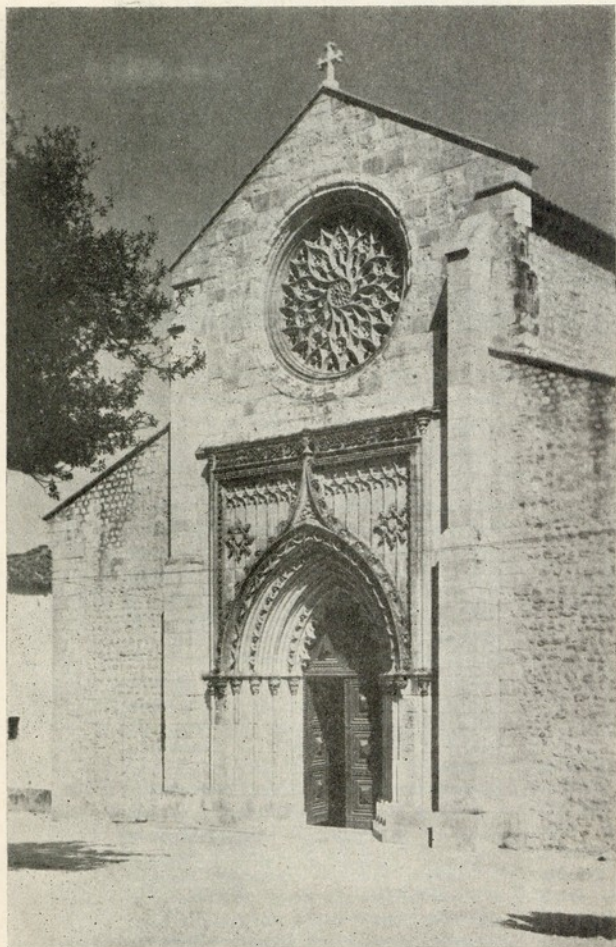
Grandes áreas agrícolas espalham-se pela vasta região, com a beleza do tapete verde das searas e das pastagens, com as manadas dos loiros, os rebanhos e o gado cavalariço, num conjunto admirável que dá ideia exacta da riqueza da provincia e do seu pitoresco. O traço mais característico da sua fisionomia é a planície imensa, cortada por pequenos acidentes orográficos, dos quais o mais elevado é o da Serra de Aire.

Santarém oferece ao visitante alguns monumentos, como S. João de Alporão, templo singular onde se marca a passagem do românico para o gótico; os templos da Graça de S. Salvador e de Santa Clara; o Hospital do Santo Cristo, as igrejas da Misericórdia e de Santo Estêvão e a ermida de Santa Iria. Das modernas Portas do Sol, o turista pode admirar um magnífico cenário, seja nas horas calmas do Verão ou nos dias das cheias do Inverno, hoje sem a gravidade de tempos atrás, graças à barragem do Castelo do Bode e a outros trabalhos hidráulicos.

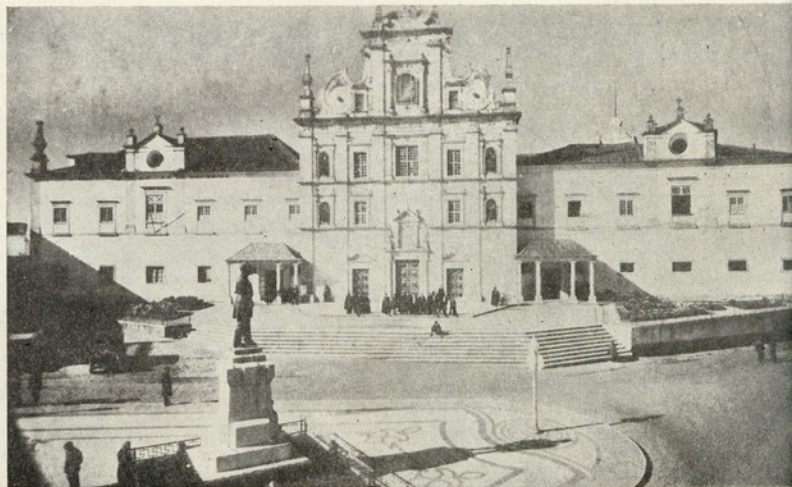
Tomar, com o seu Convento de Cristo, as igrejas de S. João Baptista, do Olival e da Conceição, o pitoresco santuário da Piedade e outras preciosidades, dão interesse à linda cidade do Nabão. No Norte da provincia, Abrantes, com as ruínas do seu castelo, a grandiosidade dos seus panoramas e outras riquezas, chama os turistas, que na região têm muitos outros motivos que o prendem: Torres Novas, que conserva lanços do seu castelo; Golegã com o seu templo manuelino; o castelo do Almourol, frente a Tancos, no meio do Tejo, e as férteis lezírias que se estendem para sul e vêm terminar perto da Azambuja.

Não devemos deixar de assinalar as suas feiras, como a de S. Martinho, na Golegã, e a grande Feira de Santarém; as festas dos Tabuleiros, em Tomar, da Senhora do Castelo, em Coruche, e a do Colete Encarnado, em Vila Franca de Xira, com campino alegre, aprumado, segurando com firmeza o pampilhão, com que domina o toiro, nas grandes esperas de gado ou nas lezírias.

O ribatejano, que tem na culinária belos acepipes, sabe também cantar e dançar, como o «fandango», que tem carácter e pitoresco.



DE CIMA PARA BAIXO, DA DIREITA PARA A ESQUERDA:
— A Praça Gualdim Pais, em Tomar, vista do castelo da linda cidade do Nabão; frontaria do Seminário Patriarcal de Santarém (século XVII); outro monumento da capital ribatejana, pórtico e rosócea da Igreja da Graça.





ALTO ALENTEJO E BAIXO ALENTEJO

Alto e o Baixo Alentejo englobam as terras mais portuguesas de Portugal, pelo seu arreigado tradicionalismo, pelos costumes das suas gentes — bondosas e simples — pelo que têm de evocativo de páginas gloriosas da nossa História, os seus monumentos, igrejas e palácios.

Evora e Portalegre, no Alto Alentejo, são

Castelo de Vide

— «Sintra do Alentejo»

CASTELO de Vide ergue-se em frente da Serra de S. Paulo, a meia encosta de uma das colinas de S. Mamede, e a 460 metros de altitude, numa situação extremamente pitoresca, que, junto à abundância das águas e à pujança da vegetação, lhe valeu a denominação de «Sintra do Alentejo».

A proximidade da bela região de Portalegre, Marvão e S. Mamede vaticina-lhe um grande futuro como centro de turismo, pela construção de hotéis, casinos e balneários, e por aproveitamento mais perfeito das suas águas. Além disso, Castelo de Vide é terra cheia de interesse arqueológico e de carácter. Muitas das suas ruas se conservam absolutamente intactas desde os séculos XV e XVI, como uma pequena Pompeia que houvesse sido soterradas por um cataclismo e surgisse agora à luz do dia.

VISTA PARCIAL DE VILA VIÇOSA



ÉVORA — MERCADO DESCOBERTO DE CHÃO DAS COVAS

simbolos do que acima acentuámos. Portalegre, com uma área superior a 6.000 quilómetros quadrados, de planícies imensas, reúne as maiores altitudes, nos acidentes orográficos de Castelo de Vide, Marvão e Serra de S. Mamede. Como factores económicos, destacam-se a criação de gado suíno e cavalares bem como, na produção agrícola, a azeitona, vinhos e cereais.

Denotando progressos acentuados e grande prosperidade, também ali têm sido executados melhoramentos de toda a ordem, desde a construção de bairros económicos e de escolas, à abertura de novas artérias.

Alentejo, bem como Arronches e Monforte.

Evora, a tão característica cidade alentejana do «Giraldo-Sem-Pavor» e capital do outro distrito do Alto Alentejo pode, afoitamente classificar-se como «cidade-museu» sendo, entre todas as cidades do País, a que maior número de monumentos possui, desde o Convento dos Lóios, ao Paço Arquiepiscopal, ao Palácio da Inquisição, ao templo romano.

Sob o aspecto económico, Evora revestese da maior importância, visto ser o fulcro comercial de todo o distrito.

A capital do distrito, de fundação remotíssima, beneficia das indústrias de moagem e da oleícola e, entre os seus monumentos, são dignos de realce a Igreja de Santa Maria, o Arco Romano, o Museu Arqueológico.

○ ALGARVE

de amendoeiras em flor
e das belas praias

○ *Algarve é a província portuguesa que tem uma paisagem característica, que na Primavera nos encanta com o seu tapete de ervas floridas, no Verão com a beleza das suas praias atlânticas, que se podem frequentar ainda no Outono e, no Inverno, com o seu belo clima, sem agressivos frios e com as amendoeiras em flor.*

Dividida em três zonas distintas e cada uma delas com a sua morfologia, o Algarve, banhado pelo Oceano a oeste e sul, separado de Espanha pelo Guadiana e do Alentejo pelas serras de Monchique e do Caldeirão, constitui um quadro de aspectos inconfundíveis, com beleza e doçura que, com a luminosidade do ambiente geral e o seu casario alvo, com «ar moirisco», lhe dá ainda mais vida e mais atractivo.



FORMOSO CONJUNTO DE AMENDEIRAS EM FLOR — VISÃO TÍPICA DA PRIMAVERA ALGARVIA

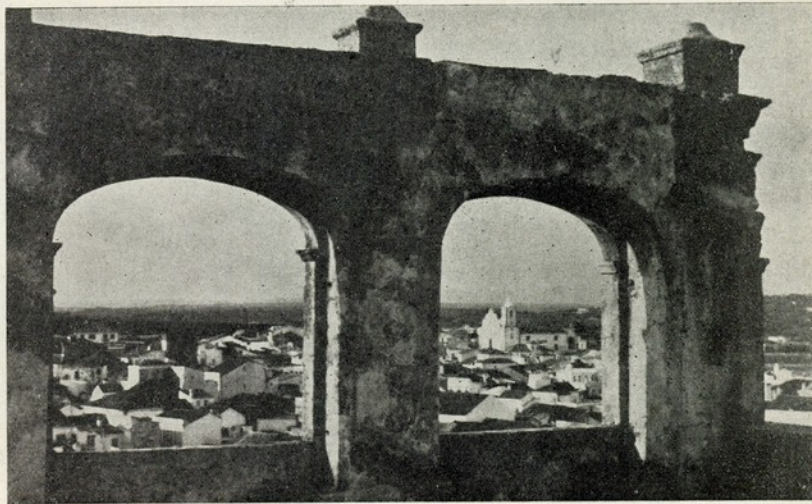
UM RECANTO, E DOS MAIS BELOS, DA PRAIA DA ROCHA, ORGULHO DO ALGARVE



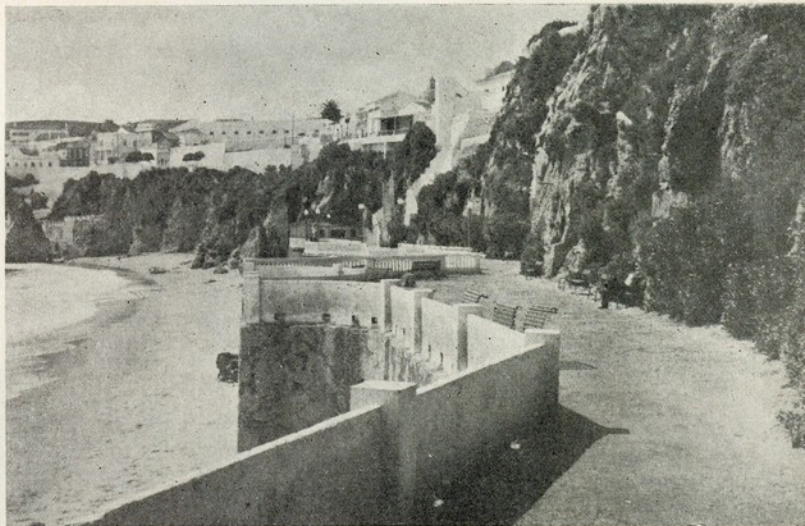
No estuário do Guadiana, Vila Real de Santo António, que Pombal mandou construir no local onde existira Arenilha, engolida pelo mar, é uma vila diferente das povoações algarvias, que não tem feição árabe; Tavira, com chaminés graciosas e janelas quinhentistas; Fuzeta, centro piscatório, de menos valor do que Olhão, que nos mostra a beleza das suas casas de açoteias e que vive mais da pesca e da indústria de conservas. E o turista, continuando a sua caminhada para Oeste, sempre com panoramas agradáveis, entra na capital do distrito, vítima do grande terramoto de 1755 e, depois em Alportel, verdadeira estação sanitária e bela estância de repouso, para em seguida ir até Loulé, no meio de campos férteis e com os seus templos ricos de azulejos e de lavores de pedraria. A beira do Atlântico, a bela praia de Albufeira, que se enche de banhistas na época própria, o mesmo sucedendo às de Monte Gordo, da Conceição e da Rocha e a tantas outras, onde a paisagem marinha é deslumbrante.

E o visitante não deve deixar de ver, entre outros motivos de atracção, a vila de Portimão, para admirar a sua vida industrial; a velhíssima Silves; os campos de Alcantarilha e de Estombar; a Sintra do Algarve, que é Monchique, excelente para repouso, e Sagres, de tantas recordações históricas.

O Algarve, que foi outrora escolhido para centro de estudos náuticos e de aprendizagem de navegação de mareantes, tem ainda alguns velhos castelos e monumentos dignos de serem visitados. O seu folclore é típico; as suas feiras têm pitoresco e os seus doces são afamados.



VISTA PARCIAL DA CIDADE DE LAGOS



PASSEIO MARGINAL NA PRAIA DE LAGOS

PESCADORES COSENDO AS REDES NA PRAIA DE MONTE GORDO



MERCADO DE PEIXE EM PORTIMAO



PORTIMÃO

O primeiro porto de pesca da costa algarvia, depois do de Vila Real de Santo António, é Portimão, cidade muito industrial, que se alastra em grande extensão até ao estuário do rio do mesmo nome. Monumentos arquitectónicos notáveis: —a sua igreja matriz, reconstruída em 1755 e ainda em 1950, com portal gótico e interior de três naves azulejadas, dos séculos XVII e XVIII, de quatro tramos, tectos de madeira, arcos de volta redonda e colunas dóricas. Próximo, uma casa com porta quinhentista. E a igreja dita do Colégio, que foi convento dos Camilos.

Porém, os arredores de Portimão, não há outros mais belos em todo o Portugal: — assim, Ferragudo, *«alvejante aldeola erguida a modos de pirâmide em cima de rochedo bem íngreme, que fica do outro lado do rio: a praia da Angrinha, a Praia Grande, a sempre bela Praia da Rocha, «larga varanda aberta de um lado para o deslumbramento do Oceano e, do outro, para o azulado vulto de Monchique, que lhe barra o horizonte numa perspectiva incomparável. Para uma ideia mais perfeita da beleza incomparável desta parte da costa algarvia, nada como subir à grande muralha, e, caminhando sempre à sua beira, dirigir-se para o poente. De Portimão ou, melhor, desta Praia da Rocha, pode o banhista dar suas excursões: — a Lagos, a Armação de Pera, pelo mar; a Silves, pelo rio de Portimão, que lembra o Mondego. Júlio Dantas tem uma página formosa acerca do passeio rio acima, partindo-se da Rocha — chamando-lhe um dos mais belos passeios que nos proporciona o Algarve.*



A CAMARA MUNICIPAL DE FARO



MONUMENTO AO MINISTRO DUARTE PACHECO, EM LOULÉ



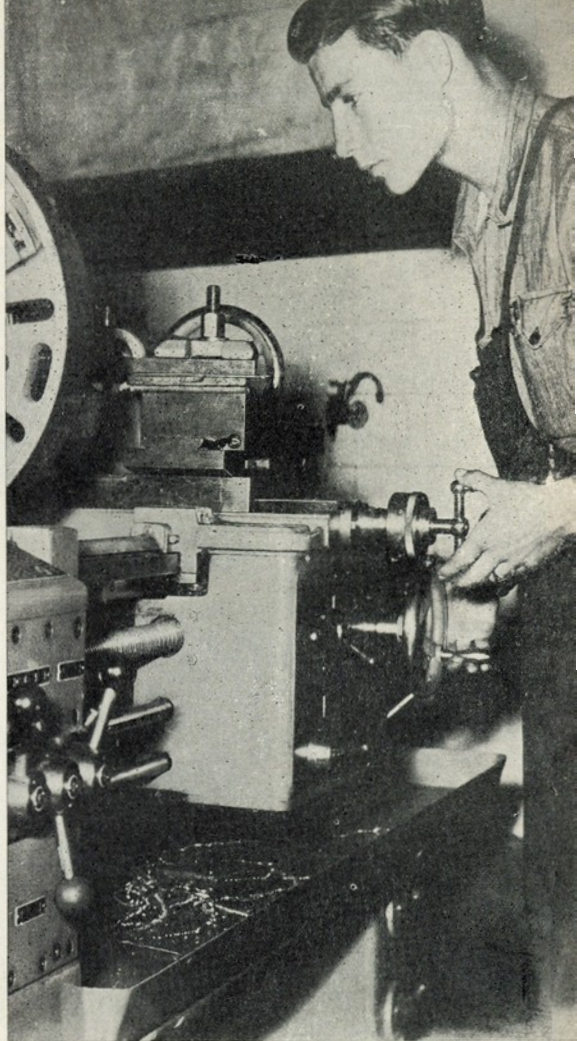
TRECHO DA DOCA E CAIS DE FARO

UM RECANTO DO JARDIM PUBLICO DE FARO

EXPANSÃO COMERCIAL DE PORTUGAL EM TODO O MUNDO

PORTUGAL tem, nos mercados mundiais, um lugar de especial relevo graças aos seus tradicionais produtos de exportação — vinhos, conservas de peixe e de frutas, cortiça, produtos resinosos e madeiras; e, nos últimos tempos, celulose, pneus, minérios desde o cobre, chumbo, estanho e volfrâmio até a esse precioso urânio, indispensável a todas as manifestações científicas que têm por base a radioactividade. Exportam a Madeira e os Açores bordados, vinhos preciosos e frutas incomparáveis. Por sua vez, as exportações das nossas províncias ultramarinas, multiplicam-se em numerosos produtos, cotados em todos os mercados e que vão desde os cafés de Angola, S. Tomé, Fogo e Timor, aos açúcares de Angola e Moçambique, chá do Gurué, minérios de ferro e manganés de Goa, cânhamo, sisal, milho e citrinos, diamantes da funda — toda uma série de produtos fundamentais, que fazem avultar a nossa posição como exportadores nos mercados da Europa, da América e até da Ásia, pois alguns desses produtos são colocados na Austrália e até no longínquo Japão.

O nosso país projecta-se no Mundo através desses produtos e alguns deles são considera-



dos, com justiça, como os melhores entre todos.

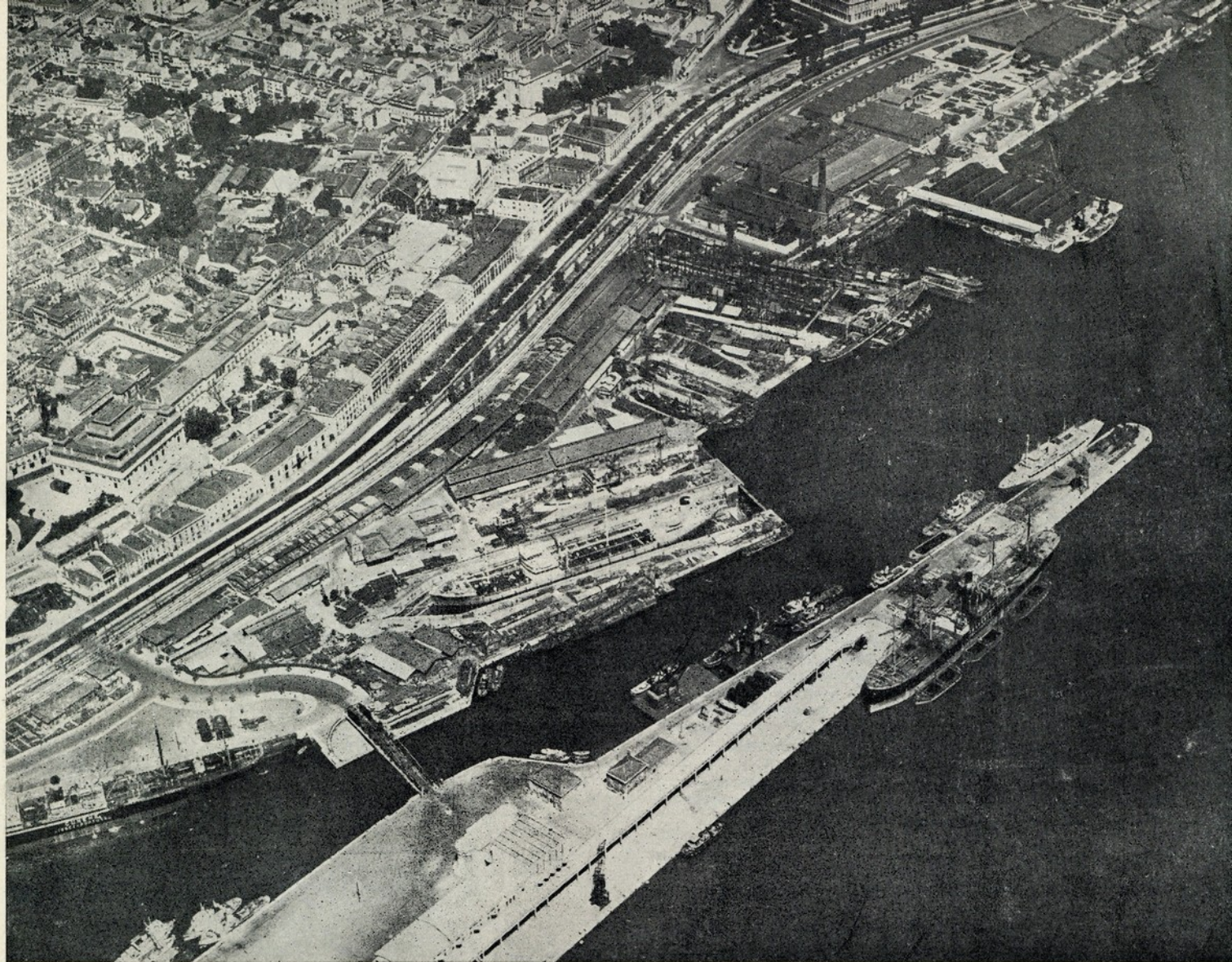
Alguns são o produto genuíno do solo ou do subsolo. Outros, porém, surgem por virtude do trabalho português nos campos, nas oficinas, nos laboratórios, nos escritórios, no mar.

Os portugueses a trabalharem nas planícies do Império a cultivar o algodão; nos campos pantanosos de Alcácer ou da Guiné, a produzir arroz; nas colinas africanas, ardentes e úberes, a plantar café; nos montados alentejanos a descascar sobreiros que dão a cortiça que vai a todo o Universo; no mar, na faina da pesca, e nas fábricas de conservas, a criar riqueza; nos pinhais, a cortar madeira ou a extrair gema, que se transformará em resina; nos olivais, nas pedreiras, nos montes e nos vales, no oceano e nos rios, nos pomares polícromos e nas minas de carvão e sal gema, são os criadores dessa riqueza.

Aos comerciantes e homens de negócios que superintendem em tais trabalhos, também há que se render justiça pelo que contribuem pelo esforço da sua inteligência e perspicácia na expansão desses produtos.

A este conjunto de esforços se pode na verdade chamar, com real significado, Portugal exportador.

A todos se deve a expansão do nosso país no Mundo.



O PORTO DE LISBOA

TOMOU-SE por hábito dizer que o porto desfeia a cidade — e não é exacto. O porto de Lisboa tem beleza própria — justamente a que resulta do conjunto dos seus cais, das suas instalações nos múltiplos aspectos, dos navios que o visitam e do seu característico movimento, que é vida e vida febril, intensa, donde imanam torrentes e torrentes de tudo quando é necessário à economia da Nação e à existência de cada um de nós.

As suas estações marítimas, para uso dos passageiros e dos que os vão esperar

ou deles se vão despedir, são verdadeiras esplanadas, donde podem todos gozar o movimento surpreendente do porto e recrear a vista nas suas águas e margens. E, quando elas não bastassem, nada impede que ao longo de um ou outro tracto da faixa adstrita à exploração portuária se construam obras adrede destinadas a gáudio das pessoas, como, por exemplo, no tracto compreendido entre o Terreiro do Paço e o Cais do Sodré, na Junqueira, desde Santo Amaro ao Bom Sucesso, e em Paço de Arcos.

O PORTO DE LEIXÕES

Foi no século XVIII, tempo em que mais activo se tornava o nosso comércio com o Brasil, que começou a ser notada a falta na costa norte do País de um porto onde de modo fácil pudessem acolher-se as embarcações acoçadas pelo temporal ou perseguidas pelos piratas, pois o Douro, com a irregularidade do seu regime hidrográfico, nem sempre era abrigo acessível. Daí, a ideia de um porto artificial na bacia formada por uma fieira de rochedos disposta em semi-círculo, frente à praia de Leça da Palmeira – os Leixões. O primeiro projecto de aproveitamento desses baixios e recifes para o que viria a ser o Porto de Leixões, data logo da mesma época, mas não conseguiu interessar o Marquês de Pombal.

Precedida de embaraços e incidentes diversos a construção só veio a começar efectivamente em 1894.

Duzentos anos depois de ter florescido o grande anseio dos portuenses, o Porto de Leixões é hoje, como se vê por este aspecto parcial que nos mostra a esplêndida Docas N.º 1, magnífica realidade e importante meio de fomento para a economia da Nação.



PORTUGUESE

FISH PRESERVES



It seems to be that primitive man was already aware of some rudimentary ways of preserving food.

We can ascertain by a comparative study of the most primitive races of the globe, that even nowadays the preservation of certain food, most easily transported in the regular migrations of those peoples in search of better conditions of life, is well known.

In Portugal as indeed in the whole of Europe, the industry of preserving fish by means of salt is very ancient and references to it are to be found in documents dating from the first dynasty.

However the preserving of fish, specially sardine and tunny, did not become economically important until its industrialization, that is to say, when the process of sterilization at high temperatures in hermetically sealed containers was invented.

In 1865 a factory for preserved tunny in olive oil was started at Vila Real de Santo António and by the end of 1880 another factory was established at Setúbal for sardines.

Thence forward the industry of preserving fish did not cease to develop and it commenced to look for those harbours closest to the richest fishing places along the Portuguese coast.

If the Portuguese fish was already noted for its excellent taste since the time of the Romans, it has become still better known and

more famous thanks to the continued progress and improvements made in the industry consequently the connoisseurs came to connect the name of Portugal with that of the delicious sardines from its shores.

There are in fact good reasons for this as the sardines fished off our shores (*clupea pilchardus*) possess such organoleptic qualities as render them an exquisite product of high quality, the different tastes of which are only appreciated by the best connoisseurs who see in the Portuguese sardines one of the most wonderful marvels of Creation.

The industry of fish preserves has quickly developed in Portugal, since its introduction.

It is no exaggeration to say that the principal reason for this is to be found in the excellent quality, of the three materials therein employed — the fish, the oil and the salt. Three famous products of unrivalled quality and which, therefore, are bound to the Portuguese sea and land as they depend on the natural elements that rule their existence.

Subsequently the political and economic conditions of Europe as from 1913 caused an extraordinary consumption of Portuguese fish preserves and caused an exceptionally rapid growth in the industry the repercussion of which is still felt in the general organization.

Troubled after 1923 by the consequences of the economic crises that brought tragedy to so many European homes, the industry of preserves foresaw bankruptcy and, despite several vicissitudes, succeeded in organising itself in 1932, under the form of the Portuguese Union of Sardines Preserves.

Also in this department of our economy the effects of Dr. Oliveira Salazar's creative ability were felt. As a matter of fact, the Prime Minister visited in 1931 all the industrial centers and, with the care of an attentive doctor, he saw and observed all the symptoms of the evil, diagnosing them in a masterly manner in order to establish the basis of their reorganization.

At last, on the 10 th. July 1936 decrees N.ºs 25.775, 25.776 and 25.777 were issued giving the industry the actual form of its structure and organization.

Much has been done in this long history. Much has been tried and performed in order to guarantee the high quality of the products and to cater for the individual tastes of the consumers.

Every effort has been made to establish the industry on an efficient basis because, if it is true that the high quality of the products coming from our factories deserve

to be praised in the odes of a new Horace or the eulogies of a new Lucullus, it is also true that as an investment of capital and as a remuneration for manual work the preserves industry is worthy of the most careful protection as one of the three most important sources of national wealth.

★

Since the basis of its reorganization were set down, as said before, through the corporate formula, the industry of fish preserves found the help it needed to expand freely.

On the one hand it had credit facilities at its disposal, which enable it to face the difficulties of the markets, and on the other and its workers were protected financially during the periods when they have to be laid off during the season when fishing is prohibited.

Technical assistance has been rendered to it with the warmest enthusiasm, affording it the means of competing with foreign competition and furthermore of overcoming the difficulties created artificially by customs tariffs which were put on with a view to hindering its entry into those countries.

Subjected to an agreed and readily accepted discipline the Portuguese industry of fish preserves was able to improve its methods of work and to send to every market an unrivalled product which, owing to its quality, has no possible competition.

As regards sardines, the industry works nowadays exclusively with fish selected in summer, the minimum fat content of which always gives the customer the guarantee of good quality.

As a matter of fact the official representatives of the Portuguese Institute for Fish Preserves examine all the fish entering the factories and only allows it to be utilized after testing all the necessary requisites. At every stage of its treatment not only the materials employed but even the machinery and conditions of work are constantly tested. After that, each lot is still examined by means of a careful gathering of samples and finally the laboratory of the Portuguese Institute for Fish Preserves says the last word about the preserves to be exported.

It can readily be appreciated therefore that quality is absolutely uniform and the contents of each tin takes with it the name and the prestige of its country of origin.

★

Human life has radically changed during the last decades. Similarly the happy and

PORTUGAL EXPORTS TINNED FOOD TO THE MOST IMPORTANT COUNTRIES OF THE WORLD

STATISTIC SERVICE
OF THE I. P. C. P.





UMA TRINEIRA DA PESCA
DA SARDINHA

easy conditions which caused life to run with the smooth monotony of a stream of oil have also been altered.

Owing to different causes the origin of which may perhaps be found in the 1914 and 1939 wars, life began to be reckoned up by days of tragedy with intervals of hard and dramatic struggle for our daily bread.

Work no longer spares classes, sexe or ages but is nowadays universally hard and painful necessity.

So family life lost that permanent unity that kept all its members at home, round the same table, sheltered by the same walls.

The father is no longer the only one whose mission it is to support all the rest, with the result that all the other members of the family also have to contribute their share.

For this reason modern man needs a simple but complete nourishment, containing all the requisites suitable to modern civilization and travel.

Apart from its food value this ideal food should therefore contain the maximum amount of nourishment in the smallest space so as to fit in with the requirements of modern travel.

It seems therefore that Providence has destined Portugal to give 20th. century man the essential food to adapt him to the requirement of modern life.

Few have perhaps realized what rich food value is offered to them in a simple can of Portuguese Sardines.

The Late Professor Charles Lepierre has already after several analyses made in the laboratory of the Portuguese Institute for Fish Preserves, referred to the very high nutritive content of Portuguese preserved sardines. In various analyses the conclusion reached was always the same — ie 100 gr. Portuguese preserved sardines have a food value of 372 calories, that is to say, no other food has such a high nutritive content.

Besides this they contain five of the most important vitamins necessary to life.

In fact from information kindly given by Professor D. António Pereira Forjaz we verify that sardines contain, besides vitamin A (better A₁) or axeroftol, C²⁰ H³⁷ OH (already noted by Ungewitter as an agent of great importance) and vitamin D, C²⁷ H⁴³ OH (one the most active agents) irradiated de — hydrocolesterol, vitamin B or aneurin C¹² H¹⁸ O⁶ N¹ S (which the sardine contains in the percentage of 0.04 - 0.08 mg.) vitamin B₂ or lactoflavine C¹⁷ H²⁰ O⁶ N¹ (which the sardine contains in the proportion of 0.25 - 0.53 mg. per cent) and nicotilamide or factor PP, C⁶ H⁶ ON² (1 a 4 mg. per 100 g.).

From this it will be seen that what has been said above is no exaggeration and it only remains to taste the fish as the proof of the pudding is in the eating.

It must not be supposed, however, that the industry of Portuguese fish preserves is limited to sardines. Portuguese waters also yield tunny anchovies, mackerel and other fish which by their quality, delicious and exquisite flavour are worthy of the tables of the most exigent.

The severest and most rigorous control is exercised over their treatment also, and by this means the most efficient guarantee is given to consumers.

Lost treasures, possibly enclosed in the decomposed hulks of ships long since disappeared are nowadays looked for in every sea.

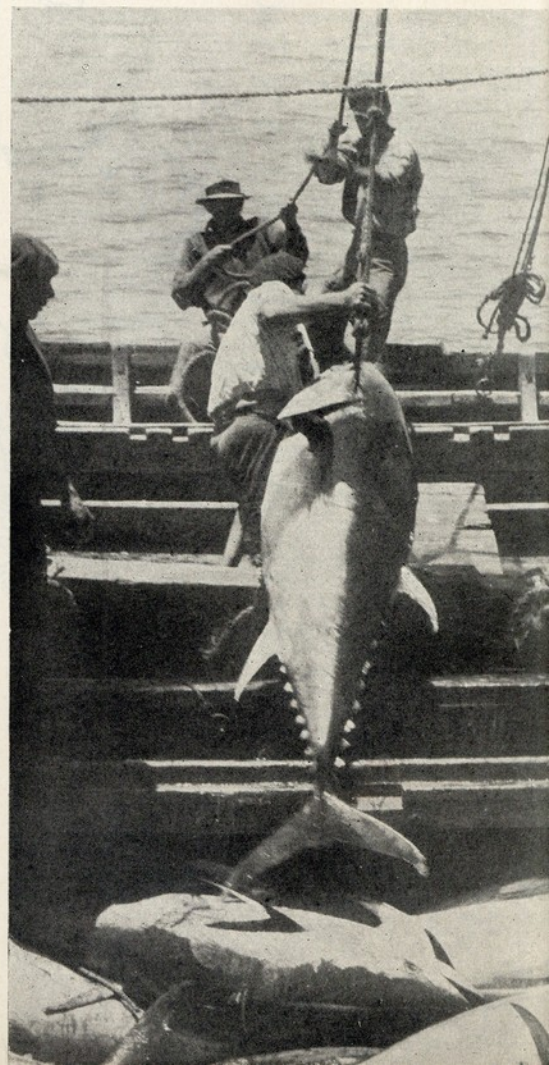
Misfortune at sea storms and war have take toll of much, and much has been lost there.

Portugal, however, generously offers in each little can of preserved fish unrivalled treasures also taken from the bottom of the sea but which represent, instead of death and disaster, life, health and happiness.

Portuguese fish preserves are nowadays the most realistic contribution to Peace given to men of good will.

A. DURA O FERREIRA

UM BELO EXEMPLAR DE ATUM





ASPECTO DO ENLATAMENTO DE FILETES DE ANCHOVAS

THE Portuguese Institute of Fish Conserves (*Instituto Português de Conservas de Peixe* — I. P. C. P.) employs its efforts to propagate the best principles among the conserve factories, in order that the exported produce be irrefragable from the point of view of presentation and from the hygienic point of view. The factory of conserves should be a veritable laboratory of microbiology, or rather we can compare it to a surgical operating room where the practitioner employs all possible means so that the patient be not infected during the operation. The same may be said of that part of the factory where the process of preservation takes place; rigorous cleanliness in all services must be assured, for we must not forget the general principles stated above. Fish is a food eminently perishable. The various treatments should be, and are, carried out so that contamination, always possible, be reduced to a minimum. The working of the cooking and sterilising apparatus should be carefully controlled in order to assure efficacy.

In addition to this, the I. P. C. P. itself supervises the covering oils: olive and nut oil (*arachide*).

All oils, such as cotton oil, soja oil, sesame oil, prohibited by the Portuguese law, are absolutely excluded from conserves. Any oil that, from the point of view of purity, does not answer to the established principles, is refused: indication of iode, acidity, foreign oils, etc.

A severe control is exercised on the shipping wharf, at the time of exportation, by the examination and analysis of the cases of each consignment exported, in order to furnish every guarantee to the purchaser.

It is in such a manner that the control verifies if the oil inside the tins is the same as that indicated on the outside; a tin on which is indicated «olive oil» contains only

THE CHEMISTRY OF CONSERVES

by prof. Charles Lepierre

olive oil, to the exclusion of nut oil (*arachide*).

But the activity of the Institute goes further. Some years ago one noticed the presence of small quantities of lead in the Portuguese conserves, as, also, in the conserves of other countries.

At one time, the presence of this lead, in traces, called the attention of the Portuguese manufacturers. The laboratory of the I. P. C. P. was well prepared and well equipped for this study.

It placed itself in contact with the specialised laboratories of other countries, in order to study and compare the methods proposed.

In this manner, thousands of analyses were made which permitted to verify that the conserves of other countries contain appreciable quantities of lead. The methods employed for this research are of the most reliable and the most sure. We will now pass in review the properties of the Portuguese sardine conserve.

FRESH SARDINE. — The manufacture of the conserve of sardines takes place during the eight months of the year when the fish is at its best — from May to December. During the other months the manufacture is prohibited.

The average analysis of the composition of the sardine, without the head and emptied

internally (Lab. of the I. P. C. P.), during the months when the manufacture is permitted, gives the following result:

SARDINES

Water	62.0
Fats	16.5
Proteins	18.5
Mineral substances	2.5
Food value, for 100 gr.	222 calories.

We must not forget that, as *Hinard* observes, from the point of view of minerals, the marine environment is the receptacle of all the mineral elements known, and consequently, the beings that live there can draw therefrom all the mineral elements of which they have need, without having to fear the deficiencies to which terrestrial animals are exposed. That is an argument in favour of *marine food* in general.

We must also remember that authoritative writers (*Quinton*) maintain that animal life has had its origin, primitively, in the sea and that our organism, by the composition of its mineral part, tends to demonstrate this marine origin.

Besides, all things equal, fishes contain as much or more, of iodine, arsenic, manganese, etc. than land animals. The vitamins



UM CERCO DO ATUM

FRUTAS DE PORTUGAL PARA A GRÃ-BRETANHA

○ Reino Unido com elevada população desfrutando, no geral, nível de vida elevado é um grande consumidor de frutas e produtos hortícolas.

De todos os pontos do Mundo mesmo os mais remotos afluem aos seus portos — sobretudo Londres — os melhores produtos em demanda de uma valorização que a procura excepcional daquele mercado permite esperar.

Não admira, por isso, que também os frutos portugueses tenham tentado a sua sorte no mercado inglês.

As quantidades que ali temos colocado, não correspondem, porém, ao que as nossas possibilidades potenciais poderiam fazer supor.

No período anterior à última guerra, a Grã-Bretanha comprava a Portugal entre 50 a 80% das uvas e cerca de 90% dos melões, que exportávamos além de menores quantidades de maçãs para cozer, da variedade *Espelho*, de cerejas, de castanhas, de ananases (dos Açores), de amêndoas, de alfarroba, etc.

A guerra, impondo severas restrições ao consumidor britânico, impediu, enquanto durou, o aparecimento de quaisquer frutas frescas portuguesas na Grã-Bretanha, provocando uma crise avassaladora na indústria ananaseira dos Açores, a qual perdera também, e pelo mesmo motivo, o outro grande mercado — a Alemanha.

Felizmente, com o termo do conflito, as restrições à entrada de frutas naquele grande mercado foram desaparecendo e as frutas portuguesas aparecem hoje novamente nos mercados da Grã-Bretanha.

As quantidades exportadas de uvas, melões e ananases são ainda muito inferiores às de antes da guerra; afigura-se-nos, no entanto

que poderão aumentar bastante, sobretudo a de melão.

Aparece também, como novidade, a exportação de banana, como resultado de um aumento da produção na Ilha da Madeira que o Continente Português, seu exclusivo mercado durante muitos anos, não consegue absorver.

No capítulo «frutos secos», verifica-se que se mantém elevada a compra de alfarroba e aumentaram bastante as exportações de miolo de amêndoa (cerca de 40% do total exportado por Portugal em 1955, ou sejam 9.314 toneladas).

Este grande aumento nas exportações de amêndoa parece significar que a indústria de confeitaria inglesa aprecia as excelentes propriedades sápidas das amêndoas de Portugal, produzidas na afamada província do Algarve e na região do Douro — quase a mesma que produz o célebre Vinho do Porto.

A exportação de figos passados mantém-se também em bom nível.

No sector das conservas merece realce a exportação de concentrado de tomate, hoje produzido em Portugal em condições de competir com o de qualquer outra proveniência, tanto em qualidade como em preço. Novas fábricas estão em vias de apetrechamento e dada a boa aceitação do produto português por parte do mercado inglês espera-se que os próximos anos assistam a um incremento sensível da nossa exportação para este destino.

A nossa situação geográfica, a excelência dos produtos agrícolas portugueses, que atingem sabor e perfume inigualáveis, o avanço da época da colheita relativamente a outros produtores, permitem esperar que a exportação de frutos e produtos hortícolas para a Grã-Bretanha venham a ultrapassar num futuro próximo o nível actual.



EXPORTAÇÃO PARA INGLATERRA (Continente e Ilhas Adjacentes: Madeira e Açores)

<i>Espécies</i>	<i>Quantidades (kg)</i>	<i>Valores (Escudos)</i>
FRUTOS VERDES	1.260.982	7.238.921\$
Ananases (Açores)	285.400	4.364.198\$
Bananas (Madeira)	451.915	1.420.129\$
Uvas	455.517	1.183.084\$
Melões	49.250	110.600\$
Outros	18.900	160.910\$
FRUTOS SECOS	15.489.748	123.275.740\$
Alfarroba	11.546.367	15.416.449\$
Amêndoa (em casca)	22.320	148.398\$
» (em miolo)	3.914.105	107.491.592\$
Outros	6.956	219.301\$
FRUTOS DESIDRATADOS	435.446	1.708.788\$
Figos	435.446	1.708.788\$
CONSERVAS	3.149.615	19.258.779\$
Tomate	3.135.534	19.077.197\$
Outros	14.081	281.582\$
<i>Total</i>	20.335.791	151.582.228\$





PINHAL RESINADO

RESINA PORTUGUESA

A capacidade industrial dos portugueses tem uma das suas mais importantes expansões na indústria dos resinosos. Portugal pode alinhar ao lado da América, da França, da Espanha e da Grécia, e em lugar de relevo, como fornecedor desta matéria-prima essencial.

Para atingir tal posição na escala dos valores económicos foi preciso, além da acção técnica e do capital, vencer os proprietários dos pinhais, que se contam por muitos milhares, de que a extracção de gema, quando feita por operários especializados em conformidade com o resultado de longos estudos, é operação que, longe de danificar a árvore e torná-la imprópria para os únicos fins até então conhecidos, representa novo rendimento a acrescentar ao que sempre se obtém pela venda da madeira.

Dados os primeiros passos vitoriosos, que conduziram ao máximo desenvolvimento da produção, surgiu a necessidade da organização interna, da garantia da genuinidade dos produtos e sua conveniente embalagem e, ainda, do fomento da exportação, pela abertura de novos mercados e conservação daqueles em que a concorrência tanto se manifestava.

Para corresponder a essa necessidade, criou-se, em 1936, um organismo de coordenação económica, — a Junta Nacional dos Resinosos — paralelo àqueles que já haviam dado os melhores resultados noutros sectores da exportação.

Decorridos 14 anos, pode dizer-se que a indústria portuguesa de resinosos tem a sua existência assegurada.

Os industriais, em vez de se confinarem à cómoda rotina, adaptam as suas fábricas aos mais recentes progressos da técnica.

De 1947 para cá a exportação realizada em cada ano anda à volta de 40 mil toneladas de pez e de 10 mil toneladas de aguarrás.

Em vez de reclamações sucedem-se os louvores à qualidade e embalagem destes nossos produtos, vindos dos mais importantes importadores.

Nenhuma mercadoria pode ser exportada sem prévio exame dos peritos da Junta Nacional dos Resinosos; das barricas de pez e dos bidões de aguarrás tiram-se amostras que são devidamente analisadas.

Se a análise é favorável emitem-se as licenças de exportação e fornecem-se certificados de garantia.

Estas providências, não apenas

compreendidas mas desejadas por todos os industriais, dão aos compradores dos resinosos portugueses a certeza de adquirirem produtos de qualidade indiscutível, perfeitamente classificados e acondicionados.

Nos acordos comerciais celebrados entre Portugal e outros países, quase sempre têm de incluir-se partidas de pez e aguarrás, em conformidade com orientações transmitidas pela Junta Nacional dos Resinosos.

E assim, graças à enorme expansão dos produtos resinosos portugueses, derivada da sua alta qualidade e do seu preço justo, acontece que em cada ano a produção é totalmente exportada, sem que da colheita anterior fique qualquer «stock» que embarce a venda da produção futura.

One of the most impressive proofs of the industrial capacity of the Portuguese is the development of their naval stores industry.

Portugal can rank with America, France, Spain and Greece as an outstanding supplier of essential raw materials.

To attain this end, it was necessary, besides technique and capital, to convince the proprietors of pine forests, of whom there is a great number here, that sap extraction, carried out by experts in harmony with the experience resulting from long studies, far from harming the tree and rendering it unsuitable for the only purposes generally known, represents a new source of income to be added to that derived from the sale of timber.

In the trade treaties between Portugal and other countries, it is nearly always necessary to include pitch and essence of turpentine, in harmony with instructions transmitted by Junta Nacional dos Resinosos (Naval Stores National Board).



EMBARQUE DE PEZ

A INGLATERRA

continua sendo o principal mercado das NOSSAS FLORESTAS

N O quadro geral da nossa balança comercial o Reino Unido ocupa um dos primeiros lugares, embora em 1956 se tivesse operado um retraimento, sobretudo nas importações, algumas das quais foram transferidas para a Alemanha Ocidental.

Entre os produtos que continuamos exportando para a Inglaterra figuram, além dos Vinhos do Porto e das conservas, as madeiras e o volfrâmio. Das 37.200 toneladas deste mineral que exportámos, no valor de 283.500 contos, em 1955, cerca de dois terços foram para o Reino Unido.

Quanto às madeiras, num total de 300.000 toneladas exportadas, no valor de 392 milhares de contos, o Reino Unido importou 192.128 toneladas, valendo 182.300 contos, o que representa cerca de 65% do total da tonelagem global e quase 50% do valor.

O comércio desta mercadoria sofreu grandes oscilações no período de 1951 a 1955.

O quadro seguinte dá-nos a ideia dessas oscilações.

VALORES EM MILHARES DE CONTOS

Ano	Madeira em bruto	Madeira trabalhada	Totais
1951	41.650	61.100	102.750
1952	93.600	68.450	162.050
1953	49.400	48.200	97.600
1954	38.500	72.500	111.000
1955	50.340	131.800	182.140

Quanto ao volume, expresso em metros cúbicos, no mesmo período teve o seguinte desenvolvimento:

MILHARES DE METROS CÚBICOS

Ano	Madeira em bruto	Madeira trabalhada	Totais
1951	108.900	47.200	156.100
1952	177.340	43.300	220.640
1953	107.420	40.300	147.720
1954	96.250	63.410	159.660
1955	124.300	109.400	233.700

Verifica-se pela leitura destes dois quadros que as oscilações derivaram de factores diferentes do preço, embora houvesse uma depressão deste em 1953.

Este ano foi o pior do mercado exportador de madeiras, não só porque diminuiu o volume da exportação como também por ter sofrido depressão o preço unitário.

O ano de 1955 foi um ano de franca recuperação. Pelos dados que temos — mas ainda não rectificamos — o ano de 1956 parece ter sido de estagnação.

★

Tradicionalmente, foi grande a exportação das nossas madeiras em grosso, principalmente esteios para minas, para a Inglaterra.

Depois da última guerra mundial aumentámos grandemente a exportação de madeira trabalhada, denominada a destinada a caixas, cestos e barris. O movimento nestas espécies tem sido acendente, e é assim que de 72.570 toneladas, em 1953, subimos para 132.000, em 1955.

Naquele primeiro ano o valor desta exportação foi de 158 milhares de contos — e em 1955 de 294.500 contos (valores globais).

Esta característica do movimento de exportação de madeiras indica-nos um crescimento da nossa industrialização e oferece maiores vantagens ao País pelo que representa de aumento de mão-de-obra.

A exportação para a Inglaterra acompanhou aquele movimento, aparecendo como compradores dois países da Comunidade — a Rodésia e a União Sul-Africana — que não importavam madeira em bruto.

★

Esta espécie do nosso comércio externo ocupa no conjunto das nossas exportações o quinto lugar, representando 6,5% daquele conjunto, atingindo cerca de 75% do valor da exportação do Vinho do Porto.

Em relação à Inglaterra é a terceira das exportações em valor, vindo seguidamente o volfrâmio.

Este representa 3,4% do valor global das exportações.

★

Desde longos anos que nos ligam ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda os melhores laços de intercâmbio

comercial. País de mercadores, de banqueiros, de industriais, acantonado na bruma de duas ilhas do Norte da Europa, necessitava sempre das matérias-primas das outras nações.

Tendo-o Deus dotado de ferro e de carvão, rapidamente criou no seu solo uma forte e poderosa indústria transformadora, polarizando em Londres, no século XIX, o comando industrial do Mundo.

Lá se tinham já refugiado banqueiros flamengos, venezianos e florentinos, séculos antes, em consequência das lutas religiosas.

Estes dois factores criaram a «City» — baluarte inexpugnável, durante mais de um século, das finanças mundiais.

Por outro lado, a expansão do seu comércio marítimo iniciada pelo «Navy Act» fomentou o desenvolvimento da marinha mercante.

O Mundo assistiu à realização de um estranho fenómeno económico: Um país isolado pelo mar constituiu-se em fábrica imensa alimentada pelo carvão e pelo ferro do seu solo; criara nas sete partidas do Mundo empresas de exploração das matérias-primas nelas existentes; transportava-as em navios construídos nos seus estaleiros com ferro do seu solo e mão-de-obra nacional; transformava-as; e seguidamente aqueles mesmos navios, em retorno, vendiam pelo Mundo além os produtos manufacturados. Era uma exploração total no sentido horizontal e vertical.

O lucro era fabuloso e o Império, dominando os mares, de que detinha as posições-chaves, estendia-se, alargava-se — hipertrofiava-se.

No caminhar da História e nas rotas dos mares encontramos desde séculos, desde o alvorecer das duas nacionalidades, nem sempre como amigos, é certo, mas muitas vezes ajudando-nos mutuamente.

As duas Pátrias tinham uma vocação idêntica — o mar — , e o velho Atlântico, e o Índico e o Pacífico, tantas vezes indomáveis nas suas cóleras, eram sulcados de lés a lés pelas naus e pelos navios de Portugal e da Inglaterra.

O comércio nasceu naturalmente entre estes dois países assim ligados por um destino histórico, desenvolveu-se e ainda hoje se mantém em nível muito alto.

Decaiu, é certo, o Império, sob o peso esmagador de duas guerras mundiais no curto espaço de meio século, mas, altivamente, a Inglaterra continua realizando o seu destino.

Portugal reencontrou-se nas virtudes quase esquecidas na apagada e vil tristeza das lutas intestinas e, mercê de Deus, readquiriu um prestígio bem abalado, restaurando-se na sua dignidade e na plenitude da sua soberania. E tudo foi obra de um homem, da sua tenacidade, da sua austeridade, do seu valor.

Lição dos tempos, lição da História.

Que ela se repita para o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e que a restauração do seu sentido imperial se faça pelas mãos donatárias da sua graciosa, linda e tão digna Rainha.

Uma Isabel, que também foi Rainha e depois foi Santa, realizou em Portugal o estranho milagre do ouro transformado em rosas: — que Isabel de Inglaterra, a Segunda reinante desse nome, veja nos longos e longos anos do seu reinado renascer a mais alta prosperidade da sua Nação.



PORTUGAL CORTICEIRO

E AS SUAS RELAÇÕES COM A GRÃ-BRETANHA

O consumo mundial de cortiça, quer pelo incremento havido na procura dos produtos tradicionais, como as rolhas e boias, quer pelo crescente interesse que têm merecido os granulados e os aglomerados, sob as mais diversas formas, tem-se revelado com abertas tendências de expansão, conforme o permite afirmar a análise estatística. Na vanguarda dos países produtores desta matéria-prima, considerada cada vez mais como produto essencial, está Portugal, onde o sobreiro dispõe de condições óptimas para o seu desenvolvimento, fornecendo ao Mundo mais de metade da cortiça que este consome.

Por isso e ainda porque, no seu pequeno território continental, se situa quase um terço da área de povoamento do sobreiro no Mundo — a área suberícola do país atinge cerca de 700.000 Ha. —, dele se extraindo uma cortiça de óptima qualidade, sobremaneira apreciada pelos diversos consumidores, merece amplamente o título de país suberícola por excelência.

Uma legislação que vem sendo aperfeiçoada desde os primeiros alvares da nacionalidade, aliada a um clima invulgarmente propício e aos cuidados dedicados à árvore, tornaram a cortiça portuguesa conhecida e estimada em todos os mercados, pois apresenta reunidas, no mais elevado grau, a leveza, elasticidade e uniformidade, qualidades altamente apreciadas nesta substância que, ao mesmo tempo, é impermeável, imputrescível, isoladora dos sons, vibrações e temperaturas e resistente à maioria dos agentes químicos.

Segundo a monografia «Production et Commerce International du Liège» publicada em 1947 pela F. A. O., pertencem a Portugal 150.000 das 308.500 toneladas que se julga constituírem a produção mundial de cortiça; todavia, este cômputo da produção normal portuguesa deve pecar por defeito, calculando-se que seja de 180.000 toneladas o quantitativo médio da cortiça que anualmente se extrai dos nossos montados, compreendendo as cortiças virgens e as de reprodução.

Os poderes públicos portugueses dispensam ao sobreiro uma adequada protecção que

está agora a ser reforçada mediante a execução de um criterioso plano de fomento suberícola.

Aos zelos da produção acrescem os da industrialização, para o que se conjugam a proverbial aptidão do operário português, a experiência técnica e o «controle» da qualidade dos produtos fabricados facultado pela Junta Nacional da Cortiça através de um Laboratório de Estudo e Ensaio da Cortiça.

Nos trabalhos de fabricação da indústria corticeira portuguesa, desde a preparação de matéria-prima até à obtenção das mais variadas manufacturas, ocupam-se normalmente cerca de 20.000 operários, distribuídos por mais de 500 fábricas que, apetrechadas com a mais moderna aparelhagem, laboram a quase totalidade da matéria-prima fornecida pelos montados nacionais.

Na defesa do bom nome deste valioso produto, a Junta Nacional da Cortiça, organismo oficial coordenador das actividades corticeiras, actua como elemento de fiscalização e, quando solicitada, está apta a fornecer certificados de origem, qualidade, peso e humidade dos produtos a exportar, cuja apresentação, categoria e preço não temem confronto com os dos outros países.

É oportuno referir que, não obstante a propaganda e protecção de que os produtos plásticos têm beneficiado, a rolha de cortiça mantém-se firme na posição adquirida através dos séculos, graças a constituir o melhor vedante para vinhos, licores, brandies, etc., o que lhe confere a qualificação de guarda fiel das bebidas de qualidade.

Relativamente aos materiais para isolamentos térmicos, amontoam-se os substitutos mas ainda é a cortiça o produto que mais garantias oferece quando se pretende uma exploração industrial económica das instalações frigoríficas.

Podem ainda apontar-se, como outras importantes aplicações da cortiça, o papel para pontas de cigarros, as solas e palmilhas, as boias de pesca e flutuadores de toda a ordem, as tiras para chapéus, os discos para cápsulas coroa, anilhas, empanques para canalizações e cabeças de motores, revestimentos de

paredes e pavimentos, isolantes fónicos e antivibráticos, casquilhos para a indústria de fiação ou onde se requiera grande coeficiente de atrito, etc.

Em todas estas manufacturas que a indústria corticeira nacional produz estão bem patentes a excelente qualidade e um perfeito acabamento, atributos que lhes impõem a aceitação em mais de 100 mercados consumidores.

A Grã-Bretanha, em especial, e de uma maneira geral toda a Comunidade Britânica figura, evidentemente, entre os habituais compradores das nossas cortiças e respectivas manufacturas; destaca-se, como é lógico, pelo volume de aquisições, a Grã-Bretanha que, desde sempre, vem ocupando o 2.º posto entre os consumidores normais. Assim, compreende-se que o mercado britânico tenha um interesse extraordinário para o sector corticeiro português, pois forma com os Estados Unidos e a Alemanha os pilares fundamentais do equilíbrio económico da indústria portuguesa da especialidade.

Efectivamente, o quantitativo de produtos de cortiça canalizados anualmente para aquele mercado atinge um volume considerável, só superado pelo correspondente aos Estados Unidos; apresenta, todavia, mercê das qualidades preferidas, uma mais elevada valorização média, pois que, enquanto os importadores americanos adquirem especialmente matéria-prima, a Grã-Bretanha e seus domínios compra diversas manufacturas, quer de cortiça natural, quer de cortiça aglomerada, em elevada percentagem. Salientam-se, pelo lugar que ocupam no comércio corticeiro português com o mercado britânico, as rolhas e a obra não especificada de cortiça natural, os aglomerados para isolamento, os discos de aglomerado e a obra não especificada de cortiça aglomerada; relativamente a este último produto, deve ainda realçar-se que as importações britânicas têm vindo a aumentar consideravelmente, com destaque para a especialidade comumente designada «bastões», a partir da qual, pela simples operação de corte, se obtém os discos de cortiça aglomerada.

EXPORTAÇÃO DE CORTIÇA PORTUGUESA PARA A GRÃ-BRETANHA

Nomenclatura	1951-53 (1)		1954		1955		1956 (2)	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
MATÉRIA-PRIMA	17.074	47.068	16.234	56.953	16.670	67.901	11.003	43.223
Cortiça para trituração	16.457	41.854	15.699	49.804	15.797	57.245	10.623	38.297
Prancha	617	5.214	535	7.149	873	10.656	380	4.926
SEMI-MANUFACTURAS	3.513	19.100	3.280	18.569	3.036	17.936	3.223	18.691
Granulados	3.506	18.996	3.273	18.386	3.032	17.804	3.221	18.654
Quadros	7	104	7	183	4	132	2	37
MANUFACTURAS	7.911	115.335	7.232	130.207	6.527	149.077	7.844	151.535
De cortiça natural	1.464	59.240	1.300	70.505	1.435	85.875	1.132	69.331
De cortiça aglomerada	6.447	56.095	5.932	59.702	5.092	63.202	6.712	82.204
Totais	28.498	181.503	26.746	205.729	26.233	234.914	22.070	213.449

(1) Média anual.

(2) Sujeito a rectificação.

COMPANHIA GERAL DA AGRICULTURA DAS VINHAS DO ALTO DOURO

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, fundada por Alvará Régio de 10 de Setembro de 1756, entrou já no seu terceiro século de existência.

A criação desta Companhia foi pedida em 31 de Agosto de 1756 numa representação, apresentada a S. M. El-Rei D. José I pelos principais lavradores de cima do Douro e homens bons da cidade do Porto, com o fim de debelar a grave crise por que então passavam o comércio e a agricultura.

E, na verdade, a sua instituição foi não só decisiva para a resolução dessa crise, como ainda constituiu uma das mais notáveis iniciativas que, nessa altura, foram tomadas para promover o desenvolvimento económico do nosso País.

Assim, as exportações dos afamados vinhos da região duriense que em 1756 eram de cerca de 12.000 pipas, elevaram-se em 1801 para cerca de 66.000 pipas, a maior parte das quais importadas pelo Reino Unido.

Este aumento foi devido a adequadas normas para a recuperação da qualidade, as mais importantes das quais se acham fixadas no próprio diploma da Fundação, que definiu logo as medidas de garantia e de genuinidade dos vinhos de feitoria, os quais passaram a ser obrigatoriamente acompanhados do Douro ao Porto por cartas de guia e exportados com guias assinadas pelo Provedor e por todos os Deputados da Companhia em cascos com a marca, a fogo, da sua aprovação.

Estes documentos são substancial e respectivamente as guias de verificação para entrada de vinhos generosos do Douro no entreposto de Gaia e os Certificados de Origem, actualmente em vigor, pois deles diferem apenas na forma e nomenclatura.

No mesmo diploma da sua fundação foi também a Companhia, cuja história se confunde em muitos passos, não só com a da privilegiada Região Duriense e a do seu afamado produto, mas ainda com a de todo o Norte do País, incumbida de proceder à delimitação da região dos vinhos de feitoria



do Douro, tendo sido a primeira demarcação aprovada por Aviso Régio de 4 de Outubro de 1761.

E a publicação do Alvará Régio de 30 de Setembro de 1757, cometendo à Companhia o encargo de fiscalizar a produção e o fabrico dos vinhos da mesma referida região, figura também entre as normas adoptadas para a melhoria da qualidade.

Reabilitada, assim, a qualidade, aumentou o desejo dos compradores pelo produto, e, portanto, a procura, o que, por sua vez, originou o crescimento da produção e o estabelecimento de um preço mais compensador para o comerciante e para o lavrador. Com o fim de fomentar a produção a Companhia investiu capitais na agricultura, emprestando ao juro de 3% ao ano e fornecendo, mais tarde, enxofre aos lavradores, e, para valorizar o preço dos vinhos do Douro, fundou diversas fábricas onde milhares de pipas de vinho foram convertidas, por destilação, em aguardente.

O desenvolvimento das exportações conduziu à criação de novas indústrias subsidiárias, como a da aduela e cascaria e a de arcos de ferro e bem assim ao progresso das

comunicações. Rasgaram-se novas estradas, como a marginal do Porto à Foz do Douro e a de Amarante à Régua e Lamego, e em 1780 iniciou-se o corte dos rochedos de S. Salvador da Pesqueira, o qual tornou o rio Douro navegável até Barca d'Alva.

O Alvará Régio de 24 de Outubro de 1761 sancionou a resolução da construção de duas fragatas de guerra para defenderem dos assaltos dos corsários o transporte dos vinhos generosos até aos mais remotos mercados mundiais, e o Alvará Régio de 3 de Julho do ano imediato criou a Aula de Náutica para o ensino dos oficiais da respectiva guarnição.

Conforme determinação do Alvará Régio de 9 de Fevereiro de 1803 deve-se à Companhia a fundação da Real Academia de Marinha e Comércio, que mais tarde se converteu na Academia Politécnica do Porto, hoje incorporada na Universidade do Porto.

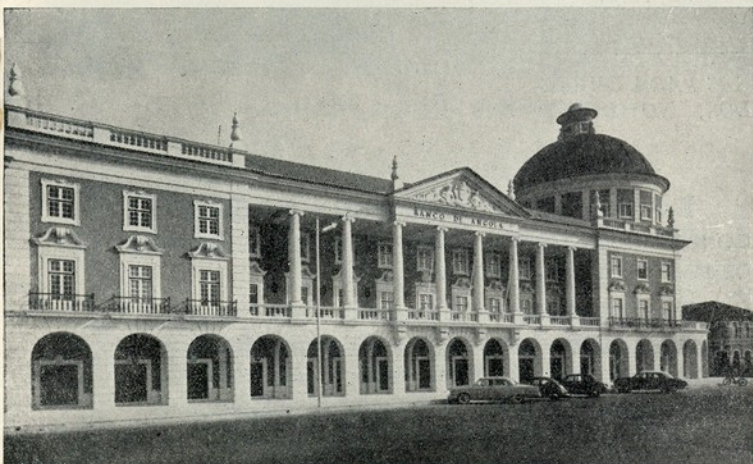
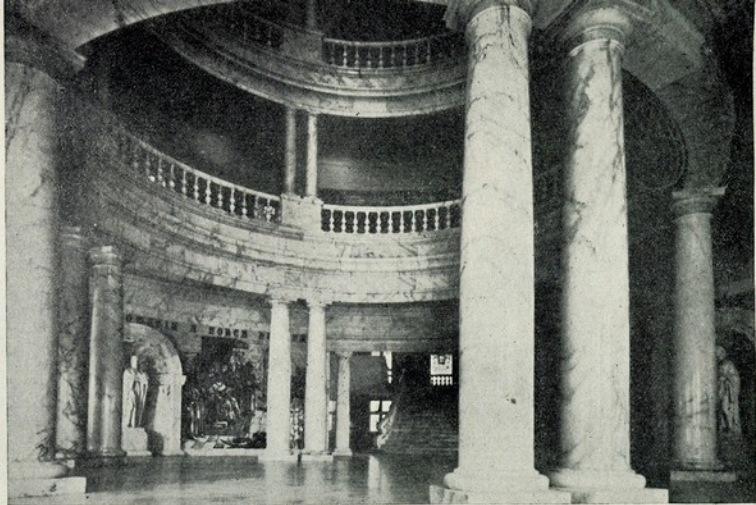
Com mais de dois séculos de existência, possui, naturalmente, a Companhia o mais completo stock de vinhos do Porto, envelhecidos em cascos, desde a célebre colheita de 1815, e de vinhos de mesa, aguardentes e espumantes naturais de superior qualidade, tidos no mais alto apreço nos diferentes mercados consumidores.

O título de REAL acha-se, desde os tempos mais remotos, vinculado à Companhia, precedendo sempre, quer em português, quer noutras línguas, as diversas designações por que é conhecida nos vários mercados, conforme o demonstram muitos dos documentos antigos do seu valioso arquivo.

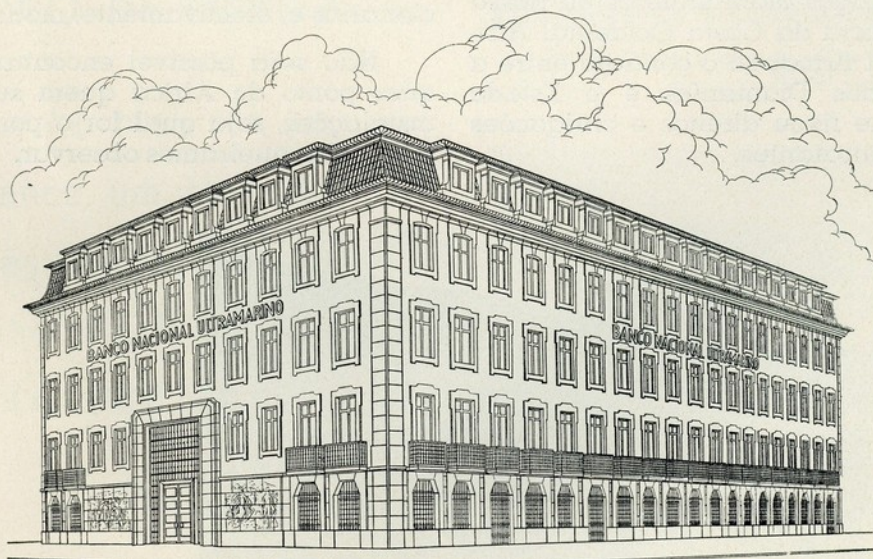
Por isso esta Companhia, tendo já completado dois séculos de existência, é, com toda a propriedade, a «Bi-Secular Real Companhia Velha».

A Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro compreende a Real Companhia dos Vinhos do Porto; Royal Oporto Wine Company, Real Companhia Velha e The Old Company. A sua sede é na Rua das Flores, n.º 69, no Porto. São agentes em Lisboa: Amorim, Coelho & Feio, Ld.ª; Rua Luís Augusto Palmeirim, 20-A.

O BANCO DE ANGOLA, estabelecimento bancário emissor da nossa grande província ultramarina de que tomou o nome, instalou a sua sede em Luanda, no majestoso edifício de que aqui se reproduzem dois aspectos — o átrio e a fachada principal.



O Banco de Angola, com um capital de 100.000.000\$, tem delegações em Lisboa, Benguela, Cabinda, Gabela, Lobito, Malange, Moçâmedes, Nova Lisboa, Novo Redondo, Sá da Bandeira, Silva Porto, Vila Marechal Carmona e Vila Luso.



O BANCO NACIONAL ULTRAMARINO é um dos estabelecimentos bancários mais importantes do País. A sua sede, que já era magnífica, vai agora ser ampliada, e dessa iniciativa resultará o imponente edifício em estilo pombalino de que aqui se vê o projecto.



GRUPO DE CASAS PARA EMPREGADOS CASADOS, NO DUNDO

EM todos os mercados mundiais da especialidade a «Diamang» é conhecida. Das entranhas da terra angolana saem preciosas pedras que não são apenas jóias de alto preço, como elementos essenciais ao funcionamento das mais delicadas peças, à manutenção das mais portentosas indústrias.

Fundada em 1917, a Companhia dos Diamantes de Angola propôs-se explorar e lavrar os jazigos diamantíferos da nossa grande província da Costa Ocidental Africana. Em 1921 firmou-se o contrato entre a Companhia dos Diamantes e o Estado Português, que fixou direitos e obrigações das partes contratantes.

Desde então a Lunda não mais deixou de significar região progressiva, quer para os europeus, quer para os nativos.

E é interessante salientar como, a par da exploração mineira, a Companhia dos Diamantes de Angola tem desenvolvido uma ampla e sempre inteligente actividade no sentido de dar bem-estar e conforto a quantos trabalham sob a sua alçada. A assistência que presta a todos os seus funcionários é, efectivamente, modelar.

Não será possível encontrar em qualquer ponto de África quem supere essas instalações, seja qual for o ponto de vista por que as queiramos observar.



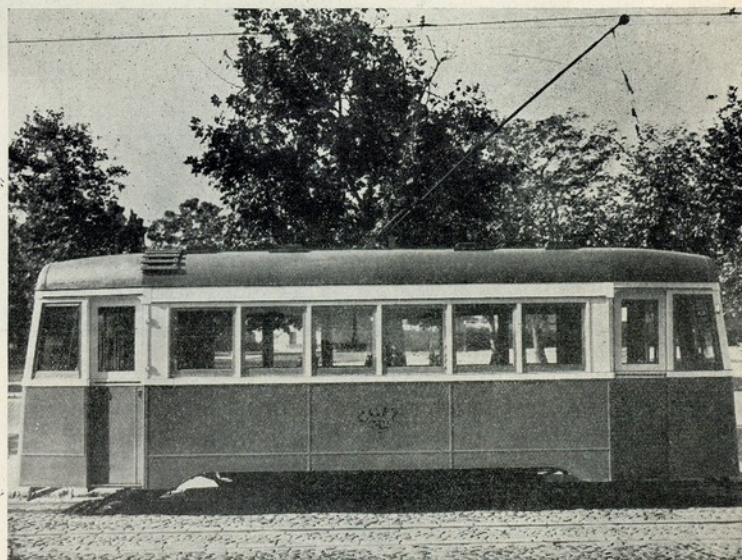
ASPECTO DO TRABALHO NAS MINAS DO DUNDO



1901 — Inauguração da tracção eléctrica em Lisboa

A COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA

tem sido, há mais de cinquenta anos, um elemento activo nas relações comerciais entre PORTUGAL e a GRÃ-BRETANHA



1951 — Carro motor e de reboque de uma nova série construída nas oficinas da Companhia.



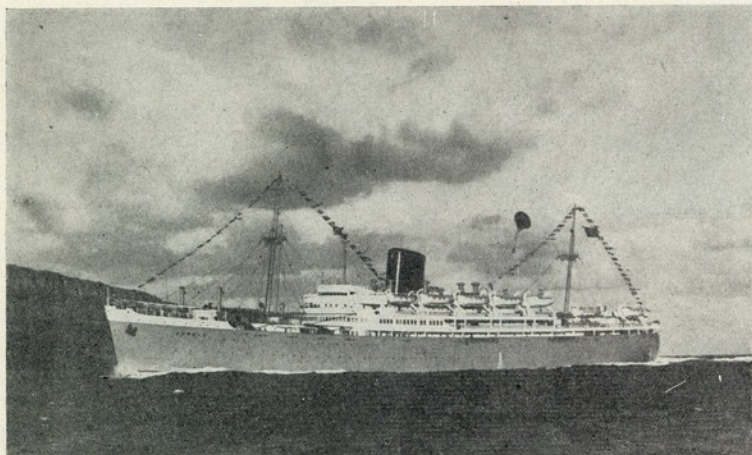
1957 — O mais recente modelo de autocarro em serviço

Companhia Nacional de Navegação

EM 1881 fundava-se, em Lisboa, a Empresa Nacional de Navegação, tendo categorizados comerciantes e homens de negócios a impulsionar o seu desenvolvimento. Alguns deles dedicaram-lhe o melhor da sua vida e tudo fizeram, mesmo nos períodos

çâmedes», de 9.120 toneladas; «Rovuma», de 9.100 toneladas; «São Tomé», de 9.050 toneladas; «Nacala», de 3.350 toneladas; «Tagus», de 1.680 toneladas; e estão em construção o «Chinde» e o «Angoche».

A C. N. N. dispõe de agências em todos os



O PAQUETE «ANGOLA», DA C. N. N.

mais difíceis, para promover a sua prosperidade ou, pelo menos, para a não deixarem soçobrar — naquele caos em que parecia se havia de perder a própria Nação.

Entre todos citaremos o nome de Jayme Thompson como símbolo desses homens esforçados, homem de negócios e verdadeiro «gentleman», homem de rija ténpera e de uma só palavra, homem cuja memória é evocada hoje, ainda, com o maior respeito e saudosa admiração.

Em 1918, transformava-se a Empresa na actual Companhia Nacional de Navegação e continuou a ser servida pelos espíritos mais dedicados, pelas vontades mais rectas e pelos valores mais firmes.

A Companhia Nacional de Navegação é hoje uma das grandes entidades particulares postas ao serviço da economia da Nação.

No surto de progresso vivido pela Marinha Mercante portuguesa nos últimos anos, a Companhia Nacional de Navegação surge-nos numa posição de primeiro plano.

Dispõe de serviços rápidos de carga e passageiros para a África Ocidental, África Oriental, Índia, Macau e Timor.

No número de navios modernos de passageiros, onde se encontram todas as comodidades que os progressos da técnica e da ciência têm ido conquistando a pouco e pouco, contam-se as unidades seguintes: «Niassa», de 10.000 toneladas; «Angola», de 9.350 toneladas; «Moçambique», de 9.423 toneladas; «Quanza», de 6.230 toneladas; «Índia» e «Timor», ambos de 7.000 toneladas; «Zambézia», de 1.857 toneladas; e «Zuico», de 1.505 toneladas.

A frota de navios de carga é constituída pelos barcos seguintes: «Save», de 1.300 toneladas; «Sofala», de 12.145 toneladas; «Mo-

portos africanos e nos principais portos do Mundo.

E como frota auxiliar tem 4 rebocadores, 5 lanchas e 33 batelões. Todos os serviços da C. N. N. funcionam de molde a satisfazer cabalmente a alta função económica que lhes está confiada e que tem primordial importância no desenvolvimento das relações comerciais e troca de produtos entre a Metrópole e o Ultramar e entre este e os diversos mercados mundiais, onde os produtos ultramarinos têm colocação. O serviço de passageiros teremos de classificá-lo como verdadeiramente modelar, pois conhecemo-lo por experiência própria.

Desejamos, apenas, salientar mais este pormenor, que nos parece, aliás, de suma importância: é à Companhia Nacional de Navegação que está confiada a missão — de verdadeira confiança — de manter as carreiras regulares de transporte de passageiros e mercadorias entre a Metrópole e as distantes províncias portuguesas de Macau, Índia e Timor, com os seus modernos e confortáveis navios que têm os nomes das duas últimas províncias que referimos.

Cumpra a Companhia Nacional de Navegação uma grande missão de importância e vital interesse para o País.

E porque o movimento entre a Metrópole e as Províncias Ultramarinas aumenta sem cessar, em breve entrará em construção um grande paquete para as carreiras de África desta Companhia.

E esta a notícia que damos em primeira mão, a fechar esta breve síntese.

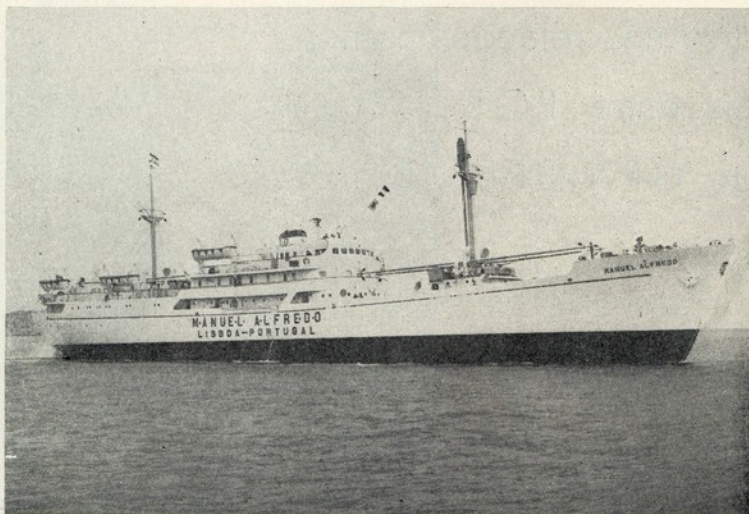
Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes

ENTRE as grandes empresas nacionais de navegação avulta, pela sua importância, número de unidades de que dispõe e pelos valores fundamentais que a sua existência importa na vida económica da Nação, pelas mercadorias que os seus navios carregam, por tudo, enfim, a Sociedade Geral do Comércio, Indústria e Transportes.

É mais uma das iniciativas triunfantes

desse grande industrial que foi Alfredo da Silva e que após o desaparecimento deste, manteve o mesmo ritmo de desenvolvimento e de progresso.

Fundada em 25 de Julho de 1919 e logo que passou aquele período angustioso em que viveu a vida pública portuguesa, até 1926, a Sociedade Geral do Comércio, Indústria e Transportes começou a prosperar e a ocupar



uma posição de grande relevo — maior por cada dia que passa.

As suas unidades — e mesmo ainda antes do período de ressurgimento da nossa Marinha Mercante, já navegavam pelos mais diversos mares e podiam ver-se tanto no Rio de La Plata, na Argentina, carregando trigo, como nos portos do Norte da Europa.

Mas é, sobretudo, no comércio com as províncias portuguesas do Ultramar que os navios da Sociedade Geral têm prestado, desde o início, os serviços mais relevantes.

Na actualidade a Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes, dispõe de 34 navios, sendo 25 a motor e 9 a vapor. Uma série destes barcos, construídos nos estaleiros navais de Lisboa, são modernos, confortáveis e têm óptimas instalações para as tripulações e passageiros. São trinta os navios de carga com acomodações para passageiros, distribuídos pelas diversas classes.

Comportam as referidas unidades um total de 227 lugares de 1.ª classe; 100 lugares de 2.ª classe e 148 lugares de classe turística e, ainda, 25 lugares de 3.ª classe, em navios mais antigos.

A Sociedade Geral tem ainda uma grande frota auxiliar constituída por 7 rebocadores, 5 lanchas a motor, 33 batelões, 27 fragatas, 1 barco de água, uma draga e 5 batelões de dragadas.

Em construção tem a Sociedade, neste momento, 13 navios de 800 toneladas e 2 de 320 toneladas, destinados ao serviço de cabotagem em Cabo Verde e que prestarão inestimáveis serviços àquela Província do Ultramar português.

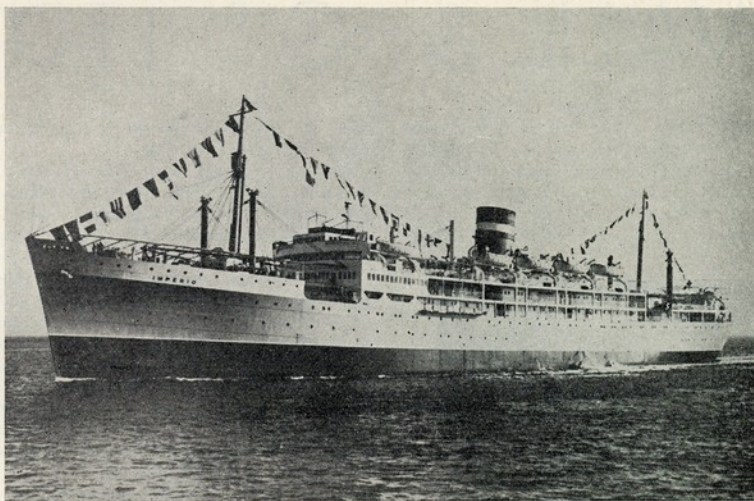
As carreiras regulares que a Sociedade Geral mantém são entre a Metrópole, Cabo Verde e Guiné; entre a Metrópole, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola; Norte da Europa, Matadi e Angola; Antuérpia e Portugal.

Mantém um serviço permanente de transporte de fosfatos no Norte de África e de pirites do Pomarão, tramping, agência de navios, trânsitos, e serviços de reboques fluviais e de alto mar.

Nestes últimos são de salientar os que efectuou: em 10-10-955, reboque do navio-tanque «Menara», de 10.627 t., de Nova Iorque para La Spezia, efectuado pelo rebocador «Praia da Adraga»; em 10-7-956, reboque do navio-tanque «Dovrefjell», de 9.862 t., de Middlesbrough para Nápoles, efectuado pelo rebocador «Praia da Adraga»; em 29-11-956, reboque das barcaças de carga denominadas «Cachucho», de 387 t., «Congro», de 378 t., e «Polvo», de 386 t., de Lisboa para Mormugão, efectuado pelo rebocador «Praia da Adraga»; em 10-1-957, reboque do navio panamense «Aci» de 2.292 t., de Lisboa para Messina, efectuado pelo rebocador «Praia Grande».

Em 1955 a Sociedade Geral registou um movimento de 7.764 passageiros; transportou 1.504.423 toneladas de carga e a sua frota percorreu 1.268.383 milhas. As principais mercadorias transportadas foram: minérios, 664.550 toneladas; carvão, 145.770 toneladas; cereais, 129.815 toneladas; açúcar, 51.571 toneladas; adubos, 96.775 toneladas; oleaginosas, 49.636 toneladas; farinha de peixe, 23.797 toneladas; óleos, 20.158 toneladas; sisal, 6.514 toneladas; cimento, 47.672; madeira, 28.231; vinhos, 22.683.

Eis, numa breve síntese, o movimento da Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes, cuja sede social é em Lisboa, na Rua do Comércio, 39.



O PAQUETE «IMPERIO», DA C. C. N.

Companhia Colonial de Navegação

A construção naval — em que a Inglaterra detém tradições seculares — é desde há longos anos um dos elos nas relações comerciais entre a Grã-Bretanha e Portugal.

Efectivamente, depois da era da construção em madeira — em que fomos e ainda somos exímios — e até que a nossa indústria de construção em ferro atingisse o nível mais elevado que vai conquistando gradualmente, foram os estaleiros britânicos, em grande parte, os fornecedores de navios para as nossas Marinhas de Guerra, Mercante e de Pesca.

Na actualidade, por virtude do desenvolvimento daquela nossa indústria, a situação mudou. Já se constroem em Portugal navios de apreciável tonelagem e, actualmente, no respeitante à Marinha Mercante, quase que só recorremos ao estrangeiro para grandes navios de passageiros.

Quando, há dez anos, o Ministro Américo Tomás traçou, através do seu despacho n.º 100, a senda que havia de conduzir ao nosso ressurgimento marítimo — eram tantos e alguns tão grandes os navios a construir em curto prazo, que houve, necessariamente, que recorrer à indústria estrangeira. E coube à indústria britânica a tarefa de construir, por exemplo, uma boa parte dos novos navios da Companhia Colonial de Navegação. O primeiro paquete de passageiros do programa marítimo — o «Pátria», de 10.943 ton. DW — saiu dos estaleiros de John Brown, no Clyde, berço da construção naval britânica. Dali saiu também, um ano depois, o paquete «Império», da mesma tonelagem, ambos construídos em espaço de tempo que se pode considerar curto.

Mas outros navios confiou também a Companhia Colonial de Navegação a estaleiros britânicos: os navios-motores de carga «Ganda» e «Amboim», de 9.418,5 toneladas DW., construídos nos estaleiros The Burntisland Shipbuilding C.º, Ltd., e os navios-motores de carga «Nampula» e «Chaimite», de 2.108 toneladas DW., construídos nos es-

taleiros The Grangemouth Dockyard C.º, Ltd.

Estas construções traduzem um intercâmbio importante no campo da actividade industrial, aspecto que não pode deixar de se situar no campo, mais amplo, das seculares e sempre amistosas relações entre Portugal e a Grã-Bretanha.

Ao acentuar o facto, no momento em que Lisboa recebe condignamente a Rainha Isabel II e o Duque de Edimburgo, a Companhia Colonial de Navegação associa-se ao tributo de amizade e de admiração que o Governo e o povo de Portugal prestam aos mais altos representantes da sua remota e fiel aliada — a gloriosa Nação britânica.



Union Assurance Society Ltd:

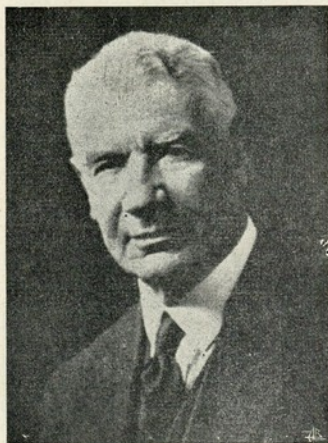
DE entre as Companhias Inglesas que em Portugal exercem a indústria seguradora, tem papel relevante a «UNION ASSURANCE SOCIETY, LTD.».

Fundada no ano de 1714, em Londres, onde tem a sua Sede, o seu Capital actual autorizado e subscrito é de £ 450.000, e o realizado £ 100.000.

Desde 1933 que explora em Portugal os ramos de Fogo, Agrícola, Automóvel e Acidentes Pessoais, sendo seus Agentes Gerais, em Lisboa, a conceituada Firma Rocha Leão & C.º, com escritórios na Rua dos Bacalhoiros, 139, 1.º.

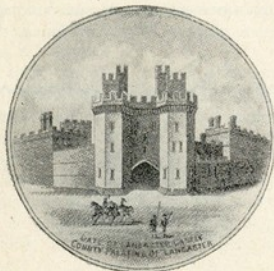
WALL & C.º LTD.

A RCHIBALD James Wall fundou, há cinquenta e cinco anos a casa Wall & C.º, que mercê do alto prestígio moral que o respectivo fundador gozava, alcançou rapidamente sólida e grande reputação em toda a cidade, em todo o País. A Wall & C.º su-



ARCHIBALD JAMES WALL
Fundador da casa Wall & C.º, Ltd.

cedeu, em 1933, a firma Wall & C.º, Ltd., de que são hoje únicos proprietários os srs. Charles A. Wall e Richard A. Wall, filhos daquele conceituado comerciante, continuadores da linha de conduta imposta por quem soube, com invulgar mérito, conquistar as mais só-



Palatine Insurance Company Limited

DENTRO da indústria seguradora, tem situação preponderantíssima em Portugal esta antiga Companhia Inglesa, estabelecida em Londres desde 1886.

Como outras suas congéneres, a Palatine Insurance Company Limited, na sua expansão pelo Mundo, fixou-se também em Portugal onde explora os ramos de seguros: Incêndio, Automóveis, Agrícola e Acidentes Pessoais.

São seus Agentes Gerais em Portugal a muito conhecida e estimada firma de Lisboa, *Sociedade Comercial Remus, Limitada*, com escritórios na Rua do Comércio, 8, 3.º.

lidas amizades, não só no meio português como na colónia britânica.

Wall & C.º, Ltd., com sede na Rua da Reboleira, 55 — Porto, representa algumas das maiores e mais prestigiosas companhias de navegação do Reino Unido, Holanda, etc., destacando-se, entre outras, as grandes e conceituadas firmas armadoras britânicas Ellerman Lines, Ltd.; a Moss Hutchison Line, Ltd., cujos navios, modelares, construídos especialmente para servirem as linhas Inglaterra-Portugal, garantem toda a eficiência no transporte de mercadorias; e, ainda, a Hudig & Pieters (Lusitânia Line), cujos cargueiros servem as carreiras para Holanda e Bélgica.

Mas, não é apenas o ramo de navegação, exercido desde a fundação, que Wall & C.º, Ltd., serve com inquestionável mérito. A importação de carvões provenientes das origens mais qualificadas vem merecendo dos continuadores da obra fundada por Archibald James Wall a melhor e mais inteligente das atenções. Só assim, de resto, se justifica a notável posição de preferência que a numerosa clientela do combustível dá a Wall & C.º, Ltd.

Um outro sector, importante, da actividade mercantil desta prestigiosa firma é a exportação de madeiras para minas e para outros objectivos.

Wall & C.º, Ltd. têm nos últimos anos dedicado também grande actividade ao ramo de seguros, sendo agentes no Norte do País da importante «Norwich Union Fire Insurance Society, Ltd.».

Empreendedores, homens de acção e de trabalho, Charles A. Wall e Richard A. Wall, para além do muito que têm feito a favor das melhores relações comerciais luso-britânicas e da contribuição larga que têm prestado para o engrandecimento do intercâmbio económico entre as duas nações aliadas, há longos anos que vêm também dando directos esforços a favor da economia de Portugal. Os seus nomes, nomes que o Norte, todo o Norte, respeita, estão ligados à exploração lousífera da vila de Valongo, a dois passos da cidade do Porto, como principais sócios da Companhia Portuguesa de Ardósias, Lda. que ali exploram as minas e a manufactura de lousas de toda a espécie. Lousas essas que, mercê da sua alta qualidade, são exportadas para os mais diversos países do Mundo.



COMPANHIA DE SEGUROS "GARANTIA"

O nome da Garantia firmou-se, desde há muito — e em bases de uma solidez absoluta, indiscutível — na vida nacional. Honra sobremaneira a indústria nacional de Seguros, de que constitui verdadeiro título de glória. E isto porque ninguém ignora o que é e o que tem sido a projecção desta Empresa nos domínios do seu vasto sector de trabalho — o seguro em todos os ramos, à excepção do automobilismo. Nos demais — nomeadamente em fogo e em vida — a carteira da Garantia é notabilíssima. Com mais de um século de vida — posto que fundada em 1853 — ela tem atravessado, vitoriosa, a vida nacional sobranceira às contingências de vária ordem que tem acompanhado estoura. A sua sede, na Rua Ferreira Borges, 37, Porto, é o centro, o dinamo das múltiplas actividades da Empresa, de cujo progresso nos dão justa medida e fiel imagem os grandiosos edifícios com que tem opulento a Capital do Norte.

Por ela falam, alto e bom som, o grandioso Coliseu do Porto, o majestoso Palácio Garantia, na Rua Sá da Bandeira, o edifício do Café Palladium e o monumental edifício que está a ser construído — e já em vias de conclusão — na Avenida dos Aliados, a dois passos do novo Palácio Municipal.

Assim a Garantia não constitui apenas, e como acima se frizou, um motivo de legítimo orgulho para a Indústria que serve e para a cidade que a viu nascer: porque é título de glória para o Trabalho Nacional.

Pelo que respeita à cidade do Porto, ele habituou-se, sempre, a contar, à certa, com os valiosos préstimos dessa grande Empresa; e contará sempre, confiadamente, «garantidamente». E isto porque — como rege o ditado — «amor com amor se paga».



Guardian Assurance Company Limited.

COM o capital inteiramente realizado de £ 2.079.839, a **Guardian Assurance Company Limited**, com sede em Londres — 68, King William Street — desde 1821, data da sua fundação, que no Reino Unido, e em muitos outros países, pratica todas as modalidades de seguros autorizados por lei.

Em 1908, iniciou a sua actividade segura-

dora em Portugal, subscrevendo apólices dos ramos de seguros: Incêndio, Perda de Lucros, em consequência de incêndio, Terramotos, Marítimos, Aéreo e Postal.

Desta importante firma seguradora inglesa, com Sucursais e Agências em todo o Mundo, são seus Agentes Directores em Portugal o conceituado estabelecimento bancário **Banco Burnay**, Lisboa.

ERRATA

Da rapidez com que houve de elaborar-se este Número Especial do DIÁRIO DA MANHÃ resultaram imperfeições e erros que o leitor há-de por certo relevar-nos.

Todavia queremos ressaltar duas gralhas de maior prejuízo para o sentido textual — e que são as seguintes:

No artigo *RELAÇÕES CULTURAIS LUSO-BRITÂNICAS*, da autoria do sr. prof. dr. Gustavo Cordeiro Ramos, na 49.^a linha da 1.^a coluna da 2.^a página, onde se lê: romancista, deve ler-se: *romani- nista*; e na 66.^a linha da mesma coluna e página, onde se lê: eminente, deve ler-se: *oxoniense*.

